



ESTARREJA
MUNICÍPIO

RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA

**DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL
/ SETOR DE PLANEAMENTO URBANÍSTICO**

Maio 2015

ÍNDICE GERAL	Pág.
1. Introdução	5
2. Contexto	8
3. Considerações Metodológicas.....	11
4. Avaliação do Estado do Ordenamento do Território - Sistema Territorial Municipal	14
4.1. Quadro de Referência do Sistema Territorial/Estratégico.....	14
4.2. Fichas Síntese de Indicadores	30
4.2.1. Eixo Socioeconomia.....	31
Dinâmica Demográfica.....	31
Estrutura Económica.....	50
4.2.2. Eixo Povoamento.....	73
4.2.3. Eixo Acessibilidade/Mobilidade.....	95
4.2.4. Eixo Ambiente.....	110
5. Avaliação do Sistema Municipal de Planeamento.....	119
5.1. Antecedentes – PDM 1993.....	119
5.1.1. Medidas Preventivas/Alteração PDM.....	119
5.1.2. Fundamentos da Revisão do PDM.....	124
5.1.3 O Quadro Estratégico.....	126
5.1.4. Avaliação do Grau de concretização/Execução.....	132
5.2. Os Instrumentos de Gestão Territorial em Vigor.....	136
5.2.1 Âmbito Municipal.....	137
5.2.2 Outros Instrumentos de Ordenamento.....	147
5.3. PDM 2014.....	155
5.3.1 Cronologia do Processo.....	155

5.3.2 Enquadramento Estratégico/Operacional.....	158
5.3.3 Especificação de Indicadores - Execução do PDM 2014.....	168
6. Considerações Finais.....	173
Referências Bibliográficas.....	175

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - NUTIII Baixo – Vouga.....	16
Figura 2 - Baixo Vouga Lagunar.....	17
Figura 3 - Percursos BIORIA.....	19
Figura 4 - Eco Parque Empresarial de Estarreja.....	20
Figura 5 - Limite do Plano de Pormenor do Eco Parque Empresarial de Estarreja.....	21
Figura 6 - Programa Nacional De Política de Ordenamento do Território (PNPOT).....	22
Figura 7 - Principais Eixos Rodoviários.....	23
Figura 8 - Programa Operacional do Centro de Portugal POR / Enquadramento dos 100 concelhos da região centro.....	25
Figura 9 - Instrumentos de Gestão Territorial em Vigor no Município de Estarreja.....	137
Figura 10 - Plano de Pormenor do Eco Parque Empresarial de Estarreja.....	138
Figura 11 - Plano de Pormenor do Parque empresarial da Quimiparque.....	140
Figura 12 - Plano de Urbanização do Polígono Nascente da ADP -EI.....	141
Figura 13 - Plano de Urbanização da Cidade de Estarreja.....	142
Figura 14 - Plano de Urbanização do Centro de Salreu.....	144
Figura 15 - Plano de Pormenor da Póvoa de Baixo.....	145
Figura 16 - Plano de Pormenor da Quinta do Outeiro.....	146
Figura 17 - Área de Intervenção da REDE (Cidades e Vilas Com Mobilidade Para Todos)	149

Figura 18 - Apresentação Câmara Municipal de Estarreja - Workshop “Pessoas portadoras de deficiência e as barreiras do dia-a-dia”	149
Figura 19 - Região de Aveiro – Plano Intermunicipal de mobilidade e transportes (PIMT-RA)	153
Figura 20 - Planta de Ordenamento Do Plano Diretor Municipal de Estarreja.....	160
Figura 21 - Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 1 (UOPG 1) - Freguesia de Pardilhó.....	167
Figura 22 - Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 2 (UOPG 2) - Freguesia de Avanca e União de Freguesias de Beduído e Veiros.....	167
Figura 23 - Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 3 (UOPG 3) - Freguesia de Salreu.....	168

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação do Território Municipal –PDM93.....	128
Quadro 2 - Espaços Potenciais (Urbanizáveis) PDM93.....	130
Quadro 3 - Níveis de Concretização das Propostas de Ordenamento PDM93.....	133
Quadro 4 - Cronologia do Processo de Revisão do PDM.....	155
Quadro 5 - Quadro Estratégico da Revisão do PDM.....	161
Quadro 6 - Objetivos Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) /Objetivos Revisão PDM.....	162
Quadro 7 - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável /Objetivos Revisão PDM.....	163
Quadro 8 - Objetivos do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C) /Objetivos Revisão PDM.....	164
Quadro 9 - Ações Previstas - Modelo de Organização Espacial do Concelho de Estarreja.....	169
Quadro 10 - Ações Previstas - Acessibilidades Rodoviárias.....	170
Quadro 11 - Ações Previstas - Sustentabilidade do Desenvolvimento Económico.....	171
Quadro 12 - Indicadores de Ocupação e Regime do Uso do Solo.....	171

1. Introdução

O presente documento enquadra-se na obrigatoriedade legal estabelecida nas bases gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBOTU) e no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), os quais remetem para a responsabilidade das Câmaras Municipais e outras instituições do Estado a necessidade de procederem à monitorização e avaliação do ordenamento do território com uma periodicidade bianual.

Com efeito, a necessidade de construção de um modelo de avaliação do ordenamento do território encontra-se plasmada já na lei de bases da política de ordenamento do território e urbanismo de 1998 (Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto), no seu artigo 28º (n.º 3), a qual foi recentemente objeto de uma reforma estruturante tanto do ponto de vista dos conteúdos (normas relativas à disciplina do uso do solo) como do ponto de vista do seu sistema jurídico (instrumentos de execução dos planos territoriais). Contudo, em matéria de monitorização e avaliação dos programas e planos territoriais, a publicação da Lei nº 31/2014, de 30 de maio (a qual revoga a lei de bases de 1998) estabelece no n.º1 do artigo 57º que *Todos os programas e planos territoriais devem definir parâmetros e indicadores que permitam monitorizar a respetiva estratégia, objetivos e resultados da sua execução* e no nº2 do mesmo artigo, *O estado, as regiões autónomas e as autarquias locais recolhem a informação referida no número anterior e promovem a elaboração dos respetivos relatórios de execução, bem como a normalização de fontes de dados e indicadores comuns, no prazo e condições a definir na lei.*

Por sua vez e ainda no âmbito do regime de avaliação dos instrumentos de gestão territorial, o DL 380/99, de 22 de setembro, republicado pelo DL 46/2009, de 20 de Fevereiro, Diploma que aprovou o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, estabelece que as entidades responsáveis pela elaboração dos instrumentos de gestão territorial devem promover a permanente avaliação da adequação e concretização da disciplina de uso do solo definida naqueles instrumentos, bem como, relativamente aos planos sujeitos a avaliação ambiental, dos efeitos significativos da sua execução no ambiente, tendo em vista a aplicação das medidas corretivas necessárias previstas na Declaração Ambiental (artigo 144º). O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial define ainda que *A câmara municipal elabora, de dois em dois anos, um relatório sobre o estado do ordenamento do território a nível local, a submeter à apreciação da assembleia municipal*” (n.º 3, do artigo 146.º)

A avaliação dos instrumentos de gestão territorial realiza-se com a elaboração do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT), documento que procede ao balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos,

fundamentando uma eventual necessidade de revisão daqueles instrumentos (n.º 4 do artigo 146º do DL46/2009, de 20 de fevereiro).

Atendendo à recente publicação da Revisão do Plano Diretor Municipal de Estarreja (Diário da República n.º 133, II Série, 14 de julho de 2014, Aviso n.º 8186/2014), o presente documento pretende sistematizar um conjunto de informação de natureza qualitativa e quantitativa que corporize um primeiro momento da construção de um modelo de atualização e monitorização contínua de informação em matéria do ordenamento do território.

O primeiro Plano Diretor Municipal de Estarreja (PDME) mereceu aprovação pela Assembleia Municipal, em 27 de Outubro de 1992, tendo sido ratificado em reunião de Conselho de Ministros de 14 de Janeiro de 1993 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/93, publicada no Diário da República n.º 45, I Série - B, de 23 de Fevereiro). O processo de revisão do PDM teve o seu reinício em 2005 (Reunião Camarária de 22 de Fevereiro de 2005, com a aprovação da deliberação n.º 85/2005 sobre o retomar dos procedimentos de revisão do PDM) e despoletou a necessidade de elaboração de estudos de caracterização territorial do município, com vista ao diagnóstico do Concelho, por forma a obter-se as diversas leituras temáticas das realidades em presença, base de informação integradora do quadro estratégico global do Plano. Contudo, os diversos entraves burocráticos, as constantes mudanças nos panoramas legais, os incontáveis documentos, diretivas e orientações a nível comunitário e nacional que enquadram o desenvolvimento do território no âmbito da sustentabilidade económica social e ambiental, refletiu-se na morosidade da concretização do processo de revisão do PDM e da obtenção da plena eficácia daquele instrumento de gestão territorial.

Assim, considerando o tempo decorrido desde 2005 até a abertura do Período de Discussão Pública da proposta de revisão do PDME e do Relatório Ambiental, com início em fevereiro de 2013 (reunião ordinária de 14 de fevereiro de 2013 da Câmara Municipal, na sequência da conferência de serviços promovida em 10 de janeiro de 2013, nos termos do n.º 4 do Artigo 75.º-A do RJGT) e face à publicação dos resultados definitivos dos censos de 2011 em finais de dezembro de 2012, não foi possível atempadamente atualizar a informação constante dos estudos de caracterização territorial da proposta do PDM, sob pena de se incorrer em mais atrasos neste processo.

Face a este enquadramento, o relatório do estado do ordenamento do território que se apresenta reflete uma primeira síntese da avaliação da execução do PDM de 1993, constante dos fundamentos do relatório da revisão do PDM aprovado, procede igualmente à sistematização/avaliação dos restantes instrumentos de gestão territorial entretanto produzidos e fundamentalmente, inicia, através da atualização de um conjunto

de indicadores gerais e específicos, já com base nos censos de 2011 e noutros elementos oficiais, o processo de monitorização do PDM de Estarreja ora vigente (PDM de 2014).

Neste sentido, este primeiro momento de avaliação é entendido igualmente como uma oportunidade de atualização de forma sintética de alguma informação alfanumérica associada a quatro eixos de referência do desígnio do desenvolvimento sustentável¹ e por conseguinte, considerados estruturantes da avaliação do sistema territorial municipal: socio economia, povoamento, mobilidade e ambiente.

O REOT de Estarreja, no contexto da legislação referida e dos antecedentes do processo de Revisão, consubstancia um primeiro momento de avaliação do território de Estarreja, salientando-se que nem todas as áreas temáticas terão um tratamento tão detalhado quanto desejável, designadamente a componente ambiental, dado que o Relatório ambiental, peça integrante do PDM recentemente aprovado, será oportunamente alvo da respetiva monitorização em sede de relatório específico e de acordo com a legislação em vigor.

É importante sublinhar que neste primeiro relatório, são apresentados indicadores de base que deverão ser o mais possível discriminados no futuro e que não obstem ao posterior ajustamento e desenvolvimento, designadamente no âmbito da atualização dos estudos de caracterização territorial do PDM de Estarreja em vigor.

A avaliação do nível de execução dos objetivos e da concretização das ações propostas no PDM em vigor no concelho de Estarreja e demais planos que venham a integrar o sistema de planeamento municipal, torna-se, pois, nesta fase, extemporânea, dada a dimensão temporal, desde a sua aprovação (julho de 2014), até ao presente momento.

Em síntese, o REOT que se apresenta assume os seguintes objetivos:

1. Dar cumprimento à legislação: artigo 53º da Lei nº 31/2014 de 30 de maio (LBPOTU) e artigo 146º do DL 46/2009 de 20 de fevereiro que republica o DL 380/99 de 22 de setembro;

¹ Relatórios de Estado do Ordenamento do Território: Orientações metodológicas para a sua elaboração – Dissertação de Mestrado em urbanística e Gestão do Território, Olga Prada, outubro de 2008.

2. Servir de base, enquanto instrumento de trabalho à elaboração de análises e estudos de base territorial com múltipla finalidade;
3. Definir indicadores no consequente processo de monitorização;
4. Monitorização da implementação dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT);
5. Dar apoio à tomada de decisão ao nível do ordenamento do território, fundamentando igualmente uma eventual necessidade de revisão dos instrumentos de gestão territorial.

2. Contexto

O primeiro Plano Diretor Municipal de Estarreja (PDME) mereceu aprovação pela Assembleia Municipal, em 27 de Outubro de 1992, tendo sido ratificado em reunião de Conselho de Ministros de 14 de Janeiro de 1993. O PDME foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/93, publicada no Diário da República n.º 45, I Série - B, de 23 de fevereiro e alterado (regime simplificado) posteriormente pela Declaração n.º 158/2001 (2.ª Série) da DGOTDU, publicada em DR, n.º 110, II Série de 2001-05-12 e pela Alteração Regulamentar ao Plano Diretor Municipal, publicada no DR, n.º 49, II Série de 2010-03-11, retificada posteriormente pela Declaração n.º 599/2010, publicada no DR, n.º 60, II Série de 2010-03-26.

A decisão de elaboração da Revisão do PDME de Estarreja, data de 20 de Junho de 1994, muito antes de findar o seu período de vigência (10 anos), circunstância que resultou do facto da Câmara Municipal de Estarreja (CME) constatar a necessidade de resolução de diversas situações com as quais se vinha confrontando desde a entrada em vigor do Plano, decorrente das Normas de Ocupação Urbanística, as quais o PDM em vigor (elaborado nos termos do DL 69/90 de 2 de Março) definia como normas-padrão, contando com a possibilidade de proceder a ajustamentos e acertos, no momento da gestão urbanística, mas que legislação posterior veio a reprimir e impedir.

A aprovação do processo de Revisão ocorreu a 31/ 01/ 96 e a aprovação da constituição da então Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA) ocorreu a 21 de Novembro de 1996 (Despacho n.º 158/96 de 21/11, publicado no DR, II Série n.º 270).

A elaboração da proposta da Revisão do PDM sofreu várias tramitações processuais, tendo começado a ser elaborado à luz do D.L. 69/90 de 2 de Março, e tendo vindo a sofrer as necessárias adaptações que o

compatibilizaram com o atual quadro legislativo (DL 380/99 de 22 de Setembro republicado agora pelo DL n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro).

Pese embora a proposta de Revisão do PDM tivesse sido concluída, (primeira versão) a 18 de maio de 2000 e entregue na Comissão de Coordenação Regional do Centro - CCRC, para recolha de pareceres técnicos das Entidades não representadas na Comissão Técnica, a 25 de maio a Câmara Municipal solicitou a suspensão do processo de pedido de pareceres técnicos às Entidades não representadas na Comissão Técnica, por força de um novo traçado do Itinerário Complementar n.º 1 - IC.1 – (a Nascente da EN 109), em corredor distinto do previsto na proposta de revisão acabada de concluir e que tinha sido remetida a essa entidade.

A retoma do processo da revisão do PDME só viria a ocorrer, 10 anos após a sua vigência, em 2005, após Reunião Camarária de 22 de Fevereiro de 2005, com a aprovação da Deliberação n.º 85/2005. Desde então, sucederam-se diferentes panoramas legais, com reflexo nos conteúdos materiais/ documentais dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (referente apenas ao regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, de 1990 até 2014 foram publicados sete diplomas, aos quais acresceria os referentes aos regimes da Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, entre outros), bem como nas orientações emanadas pela administração central.

São inúmeros os diplomas que enquadram os Instrumentos de gestão territorial como expressão das políticas tendentes a enquadrar o desenvolvimento do território no âmbito da sustentabilidade económica, social e ambiental, realçando-se a nível nacional, o PNPOT (Lei n.º 58/2007, 4 de Setembro), um dos instrumentos chave para a implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) no período 2005/2015, o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (RCM n.º 115-A/2008, 21 de Julho), o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, publica o PNDFCI na íntegra) e o Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DL 17/2009 de 14 de Janeiro o qual, republica o DL 124/2006, de 28 de junho). A nível regional a proposta do Plano Regional do Ordenamento do Território do Centro (PROT-C), Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2006, de 23 de março, constituiu o quadro de referência estratégica mais importante na elaboração da Revisão do PDM do Concelho de Estarreja (PDM 2014), pese embora o PROT-C não se encontre ainda formalmente em vigor, carecendo da sua aprovação.

O PDM de 2014, procurou refletir os princípios, objetivos e orientações superiores que têm visado no essencial, conjugar de forma equilibrada as três vertentes do desenvolvimento sustentável: Proteção e Valorização Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Económico.

De destacar, no entanto, que pese embora a revisão do PDM só tenha sido publicada em Julho de 2014, o sistema de planeamento municipal de Estarreja encetou processos e dinâmicas inerentes e inevitáveis à realidade do concelho, procurando ajustar-se a um quadro de significativas mudanças. É neste contexto, que foram elaborados Planos Municipais de Ordenamento do Território, cujas incidências programáticas consubstanciaram a qualificação do ambiente urbano como forma de afirmação positiva de tecidos e malhas urbanas (Plano de Urbanização da Cidade de Estarreja, Plano de Urbanização do Centro de Salreu, entre outros), bem como potenciaram processos de revitalização, designadamente da área industrial histórica de Estarreja.

Ainda no âmbito da dinâmica encetada e procurando atenuar a incerteza de um processo moroso de Revisão do PDM, procedeu-se ao estabelecimento de Medidas Preventivas (MP), na área dos perímetros urbanos do PDM (na classe de espaço urbano) e do Plano de Pormenor da Quimiparque, por um prazo de dois anos (MP ratificadas pela RCM n.º 103/2003, publicadas no Diário da República, I Série – B, n.º 182 de 8 de agosto de 2003), as quais foram prorrogadas por mais um ano. A 8 de março de 2006, procedeu-se ao estabelecimento de novas Medidas Preventivas.

Em 2010 iniciou-se uma nova etapa nesse mesmo processo, por força da impossibilidade de se estabelecer novas medidas preventivas ou prorrogar mais as vigentes para além de agosto/2009, através da publicação a 11 de março desse mesmo ano de uma “Alteração Regulamentar do Plano Diretor Municipal Estarreja (PDME)”. Tal alteração, promoveu na altura um conjunto de alterações pontuais às normas do PDM, na classe de espaço urbano, evitando desta forma o regresso à vigência de um número elevado de normas com um caráter excessivamente restritivo e inadequado à realidade cadastral e urbana do território municipal constantes do regulamento PDM em vigor (PDM 1993) e com todas as implicações negativas daí decorrentes na gestão urbanística.

É neste contexto, que surge a concretização da Revisão do PDM de Estarreja, com a sua aprovação formal em 2014 e que se pretende iniciar a construção de um modelo de avaliação e monitorização do ordenamento do território que detenha também a capacidade de reflexão sobre o que correu bem e o que correu menos bem, a forma e a causa, permitindo uma aprendizagem pela experiência, podendo contribuir para a execução de melhores planos e como consequência para uma melhor gestão do território.²

² Relatórios de Estado do Ordenamento do Território: Orientações metodológicas para a sua elaboração – Dissertação de Mestrado em urbanística e Gestão do Território, Olga Prada, outubro de 2008.

3. Considerações Metodológicas

Porque o Ordenamento do território resulta, inevitavelmente, do sistema de planeamento e do sistema territorial sobre o qual o primeiro atua, estrutura-se o presente relatório em dois grandes capítulos:

- O primeiro referente à Avaliação do Estado do Ordenamento do Território;
- O segundo reportando-se à Avaliação do Sistema Municipal de Planeamento.

Em termos metodológicos, a elaboração do primeiro capítulo teve como orientação, a recolha e sistematização de informação de base relativa aos principais eixos do sistema territorial: Socioeconómico, Povoamento, Mobilidade e Ambiente. Para cada eixo foram criados domínios ou temas, sobre os quais se definiram e selecionaram diversos indicadores, sintetizados em fichas, responsáveis pela informação real e quantificada para efetuar a análise sumária das diferentes temáticas ao longo do tempo. Tentou-se, sempre que possível, obter valores para mais do que uma unidade geográfica e temporal (possibilitando análises comparativas e evoluções a partir de 1993). Neste primeiro trabalho, são apresentados essencialmente os indicadores base, que deverão ser o mais possível discriminados e adaptados no futuro, inclusivamente na atualização dos estudos de caracterização territorial do município do PDM de 2014, permitindo uma intervenção mais direta de todas as divisões da CME sobre as quais os temas abordados incidem nas suas diferentes áreas de especialização.

Para a definição dos indicadores, recorreu-se à informação constante do último Recenseamento Geral da População e da Habitação (2011) e para efeitos de análises evolutivas, foram consultados os estudos de caracterização territorial da Revisão do PDM (cujas análises recorrem aos dados disponíveis à data - censos de 2001) e a informação dos recenseamentos anteriores, designadamente de 1991 e 2001. Para além destas fontes, recorreu-se a diversos sites institucionais e a outras fontes oficiais, e ainda à informação da Divisão de Equipamentos e Vias da Câmara Municipal de Estarreja (CME) e do Setor de Inventariação e Gestão da Informação Geográfica.

A NUTII Região Centro e a NUTIII Baixo Vouga, região e sub-região onde está inserido o concelho de Estarreja, constituem as unidades geográficas/territoriais para fins estatísticos em vigor e de referência para a análise.

Deste modo, procede-se a uma síntese descritiva da dinâmica do sistema territorial, através da apresentação, sempre que possível, das transformações ocorridas e das tendências instaladas no território – espaciais,

demográficas, económicas, ambientais, uso do solo – desde a aprovação do 1º PDM até à ratificação da sua Revisão em 2014.

Uma questão importante no âmbito das análises sumárias efetuadas, prende-se com os dados relativos ao Recenseamento Geral da População e Habitação de 2011 e estimativas, uma vez que *“A classificação territorial utilizada corresponde à geografia em vigor à data dos Censos 2011 (CAOP 2010). Neste sentido, não contempla as alterações territoriais ocorridas posteriormente, nomeadamente as decorrentes da Lei n.º 61/2012 de 5 de dezembro (Fixação dos limites territoriais entre os municípios de Faro e de Loulé) e das leis n.º 56/2012 de 8 de novembro (Reorganização administrativa de Lisboa) e n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro (Reorganização administrativa do território das freguesias), ambas com efeitos a partir de 30 de setembro de 2013. Com a divulgação dos resultados para 2013, o INE encerra o ciclo de produção de estimativas de população residente segundo a divisão administrativa em vigor à data dos Censos 2011 (CAOP 2010). (INE)”*

É importante sublinhar, que nem todos os temas referentes aos quatro eixos selecionados do sistema territorial, tiveram uma abordagem tão pormenorizada quanto desejável, devendo-se tal fato a razões de ordem diversa. No que se refere aos equipamentos e estando em curso a revisão da carta educativa do concelho, optou-se por aguardar pelos futuros desenvolvimentos deste “instrumento”, por forma a serem integrados dados mais atuais no próximo ciclo de avaliação. Paralelamente a abordagem aos indicadores relativos à capacidade de oferta e de procura das restantes valências de equipamentos, serão atempadamente analisados, requerendo uma avaliação mais exigente e mais complexa do ponto de vista da sua pormenorização, remetendo-se tal análise no âmbito da atualização dos estudos de caracterização do território municipal. Por outro lado, a dimensão ambiental apresenta deliberadamente um caráter redutor, uma vez que não se pretende duplicar a avaliação e monitorização de um conjunto de indicadores, que inclusivamente se encontram patentes na Declaração Ambiental, resultante do Relatório Ambiental do PDM recentemente aprovado, tornando-se desde já extemporânea a sua análise. Assim e nos termos do Artigo 11º (Avaliação e Controlo) do DL 232/2007 de 15 de junho (Regime Jurídico de Avaliação Ambiental Estratégica) a avaliação e monitorização Ambiental assentará, oportunamente, em sede de relatório próprio nos resultados da execução do PDM, face às medidas/metastas de sustentabilidades preconizadas na respetiva Declaração Ambiental.

A monitorização e avaliação estratégica do desempenho ambiental das propostas e dos objetivos decorrentes do processo de Revisão do PDM é também uma competência do serviço responsável pela elaboração do Plano Diretor Municipal, Setor de Planeamento Urbanístico (Divisão de Gestão Urbanística e Territorial) em colaboração com o Setor de Serviços Urbanos e Ambiente (Divisão de Obras Municipais e Ambiente),

devendo para o efeito prosseguir com a realização dos exercícios regulares (anuais), os quais poderão integrar o próximo ciclo de elaboração do REOT.

A forma de operacionalização da segunda parte da avaliação do REOT – Avaliação do Sistema Municipal de Planeamento - tem por base o enquadramento estratégico que antecedeu o atual PDM, por se considerar relevante no universo dos Instrumentos de Gestão Territorial que se foram sucedendo. Nesse sentido esta análise será estruturada em três subpontos:

- Num primeiro momento e pelo papel central que desempenhou por mais do que uma década, procede-se a uma análise do enquadramento estratégico e do planeamento do concelho, no qual é avaliada a execução do PDM de 1993 de acordo com os objetivos então preconizados no modelo de desenvolvimento e de organização territorial e das transformações operadas neste instrumento de gestão territorial, de forma a ultrapassar uma multiplicidade de situações e dinâmicas que impediam o correto ordenamento e que comprometiam o desenvolvimento concelhio;
- Numa segunda fase e decorrente da primeira, procede-se à identificação de todos os instrumentos de gestão territorial que vigoram sobre o território municipal e apresenta-se uma breve abordagem ao conjunto de outros instrumentos de atuação municipal;
- Num terceiro ponto, sintetiza-se o enquadramento estratégico do PDM 2014 e na prossecução da tarefa de medir o grau de implementação deste instrumento de gestão territorial, define-se um conjunto de indicadores do modelo de organização espacial do território e do regime de ocupação e uso do solo os quais, deverão, também, ser alvo de monitorização no próximo ciclo de avaliação.

Transversal aos dois Capítulos atrás mencionados encontra-se uma avaliação onde predomina a observação das dinâmicas do passado³, quer através da análise sumária dos indicadores selecionados, quer através de questões relacionadas com o grau de implementação dos Planos.

³ *Avaliação Ex Post*, Relatórios de Estado do Ordenamento do Território: Orientações metodológicas para a sua elaboração – Dissertação de Mestrado em urbanística e Gestão do Território, Olga Prada, outubro de 2008.

4. Avaliação do Estado do Ordenamento do Território- Sistema Territorial Municipal

Analisar a realidade do território de Estarreja, através de alguns indicadores representativos das condições socio económicas e de qualidade de vida e bem-estar da população é o objetivo deste capítulo. Conforme já referido anteriormente, privilegiou-se um conjunto de domínios referentes aos principais eixos/temas intrínsecos ao desenvolvimento sustentável do território e que fundamentalmente, contemplam:

- Eixo Socioeconómico;
- Eixo Povoamento;
- Eixo Mobilidade;
- Eixo Ambiente

Após uma breve caracterização do enquadramento territorial e estratégico do concelho de Estarreja e da região onde se insere, apresenta-se uma avaliação sumária por indicador e por domínio para cada um dos eixos acima referenciados, através de fichas síntese.

4.1 Quadro de Referência do Sistema Territorial/Estratégico

O Concelho de Estarreja com uma área de aproximadamente 108 Km², integra à escala regional em termos de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, a NUTII - Região Centro e a NUTIII do Baixo Vouga (Fig.1), onde se encontram também os concelhos de Ovar, Murtosa, Aveiro, Albergaria-a-Velha, Sever do Vouga, Águeda, Ílhavo, Vagos, Oliveira do Bairro, Anadia e Mealhada. A Região Centro, constituiu um território diversificado quer ao nível da paisagem, litoral/interior, quer ao nível da distribuição da população (densidades populacionais mais elevadas no litoral e despovoamento nos territórios rurais, no interior) e da estrutura económica (estrutura multivariada, coexistindo nichos de especialização de setores tradicionais). Abrange uma área de 28.199 km² (a segunda maior ao nível das NUTS II de Portugal, superada apenas pelo Alentejo), integra 100 municípios e ocupa 31% da área do território nacional. Com 2,3 milhões de habitantes, concentra 22% da população portuguesa, tendo vindo, na última década, a perder importância em termos populacionais.

A sub-região estatística do Baixo Vouga, pertencente à Região Centro e ao Distrito de Aveiro, compreendendo a porção correspondente à foz da bacia do Rio Vouga, encontra-se limitada a Norte pelo Grande Porto, a Este por Dão Lafões, a Sul pelo Baixo Mondego e a oeste pelo oceano atlântico. Tem uma área de 1802,3 km² e uma população de 390 840 habitantes (censos de 2011).

O território municipal, encontra-se limitado a norte – noroeste pelo concelho de Ovar, a sul pelo concelho de Aveiro, a oeste pelo concelho da Murtosa, a nordeste pelo concelho de Oliveira de Azeméis e a este – sudeste pelo concelho de Albergaria-a-Velha. A população abrangida é de 26997 habitantes (censos 2011), o que corresponde a 7% da população do Baixo Vouga e a cerca de 1,2% da Região Centro. Na última década, Estarreja regista um decréscimo de 4,2% da população residente (menos 1185 pessoas), percentagem que em termos relativos se situa bem acima da média da Região Centro (decrécimo próximo de 1%) e bastante inferior ao saldo positivo de mais 1,3% (5000 pessoas) apresentado pela Sub-Região do Baixo Vouga.

Estarreja integra ainda a área de intervenção da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Centro (CCDR-C), fazendo parte da Entidade Intermunicipal da Região de Aveiro (que integra 11 municípios, uma vez que Mealhada passa a pertencer ao Baixo Mondego, atualização ainda não constante dos dados oficiais do INE), unidade administrativa de delimitação do território para efeitos da programação comunitária 2014-2020 (Quadro Estratégico Comum - QEC), no âmbito do regime do associativismo intermunicipal. Para fins do presente documento recorre-se ainda ao Mapa Nacional - NUTIII, constante do site oficial do INE (Baixo Vouga), para efeitos estatísticos.

O território da Região Centro, apresenta diferentes modelos de ocupação do espaço, evidenciando a dicotomia litoral/interior que se traduz entre outros, no fenómeno da urbanização difusa do litoral e povoamento linear/tentacular ao longo das principais vias de comunicação a par de uma agricultura e pecuária intensivas e em acentuado declínio, ao que contrasta uma concentração urbana no interior convivendo com a rarefação demográfica dos territórios envolventes.



Fig1- NUTIII Baixo-Vouga

O Baixo Vouga integra a zona lagunar da Ria de Aveiro, unidade territorial e paisagística considerada o acidente geomorfológico mais importante a norte da Serra da Boa Viagem, e encontra-se classificada como Zona de Proteção Especial da Ria de Aveiro (Rede Natura 2000).

O Concelho de Estarreja insere-se nesta área territorial da Ria de Aveiro e conjuntamente com Aveiro e Albergaria, formam uma paisagem única de zona húmida - Baixo Vouga Lagunar (Fig.2) - onde se sobrepõem

ecossistemas de elevado interesse ambiental e que são suporte de várias espécies (algumas protegidas) e atividades humanas num perímetro agrícola total de cerca de 4680 hectares.

No âmbito territorial do sistema lagunar da ria de Aveiro, o Município de Estarreja possui mais de 500 km de frente ribeirinha recortada por múltiplos Esteiros e Ribeiras, que lhe conferem um património natural ímpar. “Terras humanizadas, modeladas por um mosaico de ricos habitats, alguns raros como o “Bocage” e outros de elevada importância como os caniçais, juncais, arrozais, campos agrícolas, sapal salgado e praias de vasa e lodos, que gozam de uma biodiversidade única composta por inúmeras espécies da flora e fauna autóctone (...)”. (<http://www.cm-estarreja.pt/seccao.php?s=bioria>).



Fig. 2 – Baixo Vouga Lagunar

Destaca-se nesta vasta área de singularidade natural e paisagística, o projeto BioRia, projeto pioneiro, de conservação e divulgação do património natural do Baixo Vouga Lagunar, o qual impulsionou a requalificação de zonas ambientalmente degradadas. Elaborado por uma equipa de biólogos integrados na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em parceria com a Câmara Municipal de Estarreja e com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Este projeto ambiental foi escolhido para representar Portugal no programa europeu de promoção do turismo sustentável – o Destilink.

O projeto BioRia, com início em 2005 através da implementação do percurso de Salreu dotado de painéis informativos e estruturas de apoio, designadamente o Centro de Interpretação Ambiental, é atualmente uma rede de percursos pedestres e cicláveis em contacto direto com a natureza, composto por 8 percursos, que abrangem a totalidade das freguesias do concelho, de norte a sul (Fig.3). O aproveitamento e valorização dos recursos endógenos locais (fileira identitária) - projeto BioRia - insere-se no desenvolvimento das atividades com maior potencial na sub-região do Baixo Vouga (eventos como a Regata dos Barcos Moliceiros e a Regata

Internacional das Rias Baixas à Ria de Aveiro), atributo para a afirmação da identidade sub-regional no exterior, aproveitando as possibilidades abertas pelas novas procuras ligadas ao turismo de natureza e ao turismo de aventura, as quais têm vindo a ganhar importância crescente na região centro.

O Baixo Vouga Lagunar é também uma das áreas do país com maior potencial agrícola, cujo aproveitamento se encontra bastante aquém das suas potencialidades, devido às limitações e deficiências estruturais existentes. Apesar de a agricultura ter vindo a perder peso na estrutura produtiva e emprego locais do Baixo-Vouga, ainda é uma atividade importante, não apenas pela sua relevância económica, mas também pelos patrimónios cultural e paisagístico a ela associados. A agricultura constitui muitas vezes uma atividade complementar com a pesca, a apanha do moliço (que é utilizado como o adubo) ou outra atividade produtiva. É na faixa litoral do território, sobretudo nos municípios de Vagos, Ílhavo e Murtosa, que a agricultura e a pesca têm um maior peso no emprego, ao beneficiarem da boa fertilidade dos solos e da abundância de água da sub-região.

Com efeito, as atividades agrícolas, pecuárias (sobretudo produção de gado para leite) e piscatórias outrora preponderantes na evolução do sistema económico da zona envolvente à Ria de Aveiro, deram lugar à atividade industrial que domina a estrutura do emprego em praticamente todos os municípios da sub-região. Com exceção de algumas concentrações industriais significativas (por exemplo, em Aveiro, Águeda ou Estarreja), predomina na sub-região uma industrialização difusa, empresas dispersas territorialmente ao longo das principais vias de comunicação, por vezes desqualificada e com carências em termos de infraestruturas de apoio.

Estarreja insere-se na larga tradição industrial do tecido produtivo do Baixo Vouga e da Região Centro e embora a vocação industrial, constitua ainda hoje, a referência do concelho no território nacional, importa salientar que, presentemente este sector encontra-se mais relacionado com a qualidade de atividades industriais implantadas e com o setor dos serviços, do que com a dependência que revelava no decénio 70/81, relativamente aos subsectores das “Químicas” e dos “Produtos Metálicos”.

Hoje, o complexo de Estarreja, “a segunda mais importante plataforma de química pesada do País, a seguir à de Sines” (Carta Regional do Baixo-Vouga, 2008), converteu-se numa estrutura muito dinâmica, de articulação com outras unidades processuais do Cluster português da Refinação de petróleos/indústrias petroquímicas (do qual o Complexo de Estarreja foi o fundador), situadas noutras plataformas industriais. Paralelamente, um outro conjunto de dinâmicas têm sido potenciadas no concelho para a operacionalização de um processo de modernização/diversificação do tecido produtivo industrial, atendendo ao papel que a indústria transformadora detém, enquanto pilar fundamental da sustentabilidade económica e social e à

matriz industrial instalada e emergente, contribuindo para o desenvolvimento do perfil de especialização da estrutura produtiva sub-regional do Baixo-Vouga (clusters industriais).

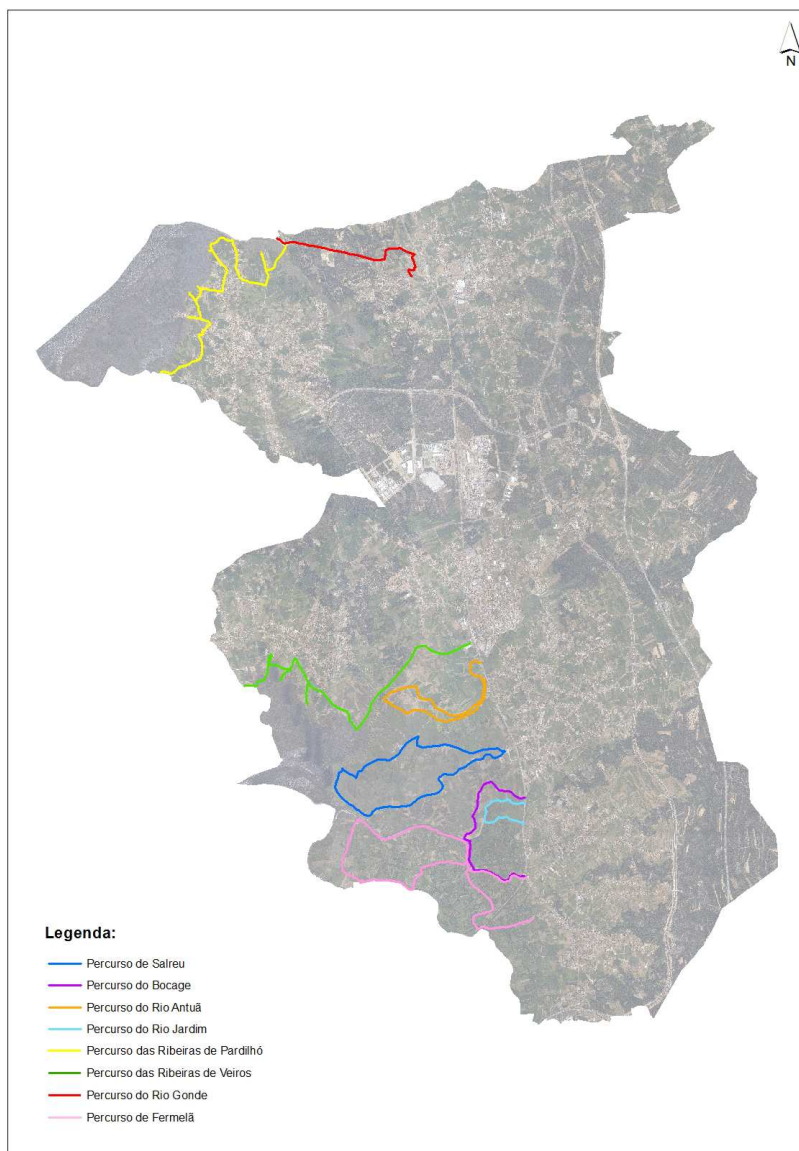


Fig.3- Percursos BioRia

Com efeito o Baixo Vouga, devido à sua vocação internacional, poderá desempenhar um papel determinante na valorização do seu potencial como pólo de internacionalização da Região Centro e do País, se conseguir inverter uma das suas principais fragilidades ao nível do desenvolvimento de serviços avançados de apoio à atividade produtiva.

Neste contexto e atendendo, ao Complexo Químico de Estarreja, um dos mais importantes pólos de consolidação do investimento estrangeiro em Portugal, ao conhecimento da dinâmica do tecido produtivo e no sentido de promover o crescimento económico, a proteção do ambiente e o desenvolvimento social da região, a autarquia tem vindo a desenvolver o Eco - Parque Empresarial de Estarreja (Fig. 4 e 5), com Plano de Pormenor em vigor – *“PP do perímetro I da Área de Desenvolvimento Programado – Espaço Industrial”*.

O Eco - Parque Empresarial de Estarreja tem como principal objetivo, orientar a localização e instalação das diferentes atividades económicas que procurem uma área estruturada e licenciada para esse efeito, com fáceis acessibilidades e numa envolvente empresarial dinâmica, na região Centro/Norte do País. Localizado na convergência de três freguesias do concelho de Estarreja (União de freguesias de Beduído e Veiros, Avanca e Pardilhó), encontra-se estrategicamente articulado com o desenvolvimento do Pólo Químico-Industrial/Quimiparque/Polígono Industrial Nascente e Plataforma Logística, beneficiando da proximidade ao porto de Aveiro e das acessibilidades viárias à rede de auto estradas nacionais e das acessibilidades ferroviárias.



Fig.4- Eco-Parque empresarial de Estarreja

A promoção pública de solo industrial e empresarial urbanizado pela Câmara Municipal de Estarreja – Eco - Parque Empresarial de Estarreja - como meio para a atracção de investimento de novas empresas, pretende acelerar o desenvolvimento local e regional, pela prossecução de objetivos de, adaptação do emprego à dinâmica demográfica, diversificação do mercado de emprego e de estimulação da desconcentração industrial (“gerida” maioritariamente pelas grandes empresas), funcionando o Eco - Parque como motor essencial na (re) industrialização do município e como um complemento do pólo químico. Simultaneamente, a autarquia pretende evitar a dispersão do investimento promovendo uma racional utilização dos solos e economia de custos de infraestruturas, promovendo desta forma também a proteção do ambiente.



Fig.5- Limite do Plano de Pormenor do Eco - Parque empresarial de Estarreja

A inserção territorial de Estarreja numa região bastante povoada, industrializada e dinâmica localizada no centro do País, pode consubstanciar uma importante vantagem, no reforço das dinâmicas já existentes e em novas dinâmicas de investimento, atendendo à centralidade que Estarreja possui em relação à mancha industrial do distrito de Aveiro, devendo tirar também partido do espaço mais vasto onde se insere ao integrar um eixo de grande dinamismo industrial entre Leiria e Aveiro, (indústrias como a cerâmica e vidro, automóvel, metalomecânica, moldes e plásticos, madeira e papel, química), estendendo-se para o interior em direção a Viseu e a espaços envolventes.

Com efeito, no âmbito do modelo territorial nacional constante do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o concelho de Estarreja localiza-se no quadro do sistema urbano e de acessibilidades, num ponto geoestratégico, integrando o polígono Leiria-Coimbra-Aveiro-Viseu – Sistema Metropolitano do Centro Litoral (Fig. 6), muito próximo da conurbação do Norte litoral polarizada pelo Porto, beneficiando de um estatuto privilegiado em termos do padrão de acessibilidades rodoferroviárias, podendo, neste sentido, reforçar a sua posição em diversos domínios no contexto de uma economia mais competitiva.

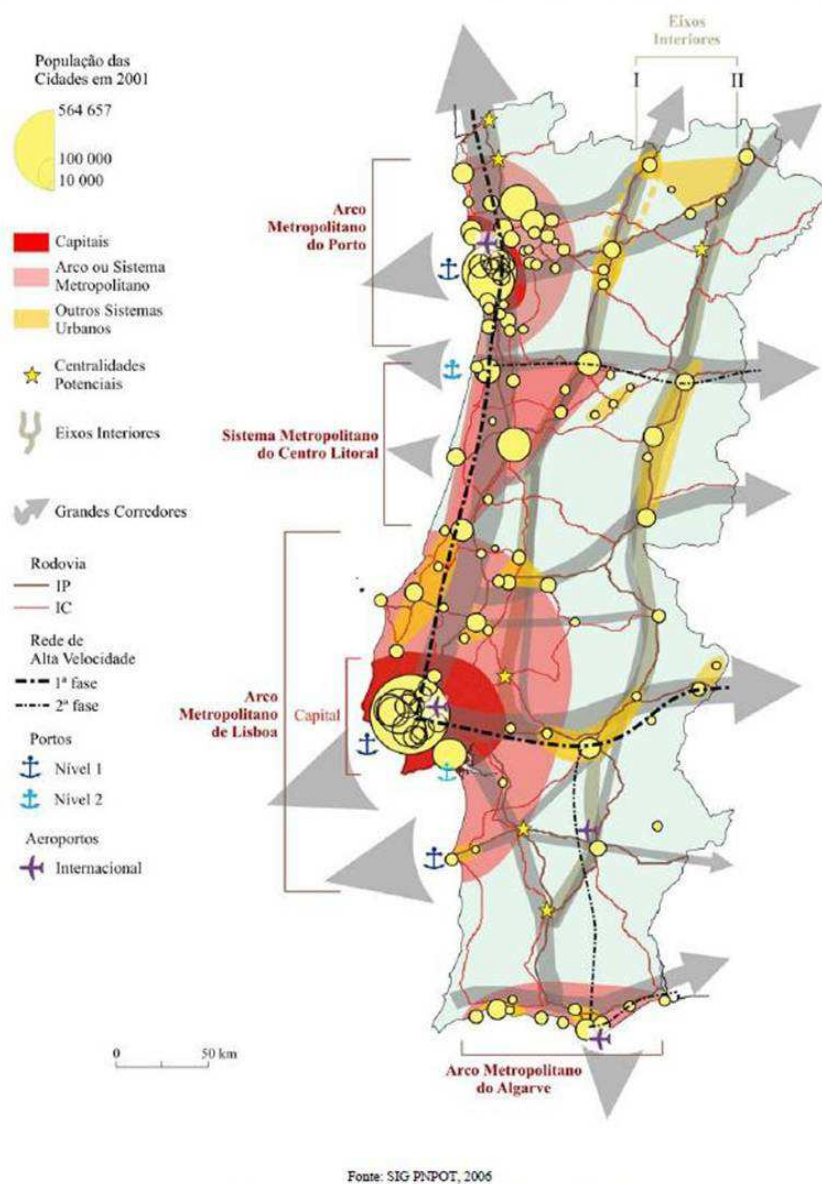


Fig. 6 - PNPOT

Servido pela principal linha Ferroviária - Linha do Norte e apoiando-se em quatro nós, o concelho de Estarreja beneficia de um elevado nível de acessibilidade aos mais importantes itinerários rodoviários, designadamente (Fig. 7):

- À Autoestrada Lisboa-Porto (IP1), através do nó que estabelece com a variante à EN 224 garantindo acessibilidade para o norte do País e a toda a região da Galiza;
- Ao IP5/A25, proporcionada pelo nó a sul de Estarreja, na EN109, uma das principais vias de comunicação transeuropeias que serve o país e que estabelece a ligação de Aveiro a Vilar Formoso e a Espanha (Salamanca e Madrid), conferindo ao concelho vantagens locativas consideráveis, na boa acessibilidade quer ao interior do País quer ao País vizinho;
- Ao IC1/A29, através de dois importantes nós: um na ex-EN 1-12, na freguesia de Salreu, e outro a norte da Cidade de Estarreja na variante à EN224. Este eixo de carácter regional/nacional, efetua ligação entre Lisboa e Valença, através de Estarreja, Ovar, Espinho e Porto, de entre outros importantes centros urbanos.

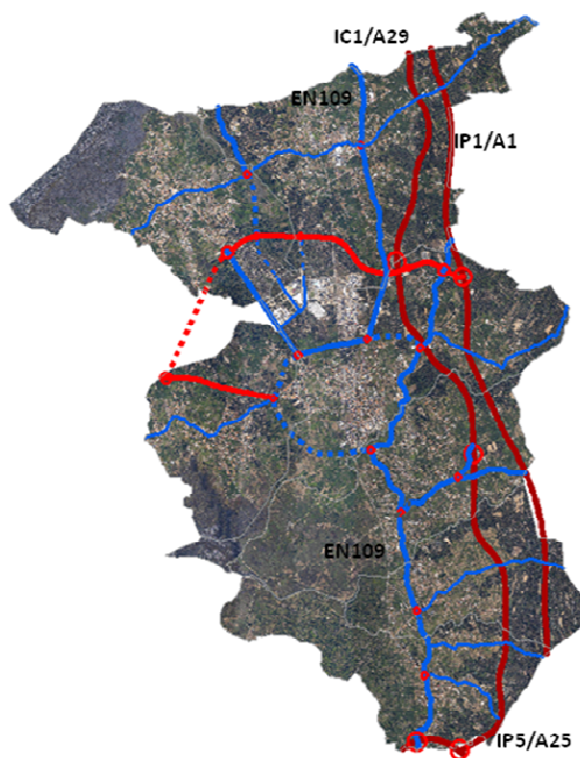


Fig.7 – Principais eixos rodoviários

No âmbito da estratégia do Programa Operacional Regional do Centro de Portugal⁴ (POR, 2014-2020), que visa contribuir “para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e para a coesão económica, social e territorial”, são elencadas as principais assimetrias territoriais da Região Centro. Destaca-se que:

⁴ Mobilização, Envolvimento, Trabalho em Rede, Ambição, Solidariedade (2014-2020) - eixos prioritários de intervenção da Estratégia de Desenvolvimento Regional delineada no Plano de Ação Regional (PAR), bem como das opções assumidas em termos de Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS 3), Operacional da Região (POR). O Plano de Ação Regional (PAR) aponta para um desígnio central, CRER2020, de reforço da Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente.

- “Entre 2001 e 2011, apenas as NUTS III do Baixo Vouga, Pinhal Litoral e Oeste registaram aumentos populacionais, não sendo contudo suficientes para evitar a diminuição populacional verificada nas restantes NUTS III e no conjunto da Região Centro (-0,9%)”;

- “ (...) A competitividade é a componente em que é mais notória a contraposição entre um melhor desempenho observado nas sub-regiões do litoral e um desempenho menos favorável nas sub-regiões do interior, sendo o Baixo Vouga a única NUTS III da Região Centro a registar um índice de competitividade superior a média nacional. Nas últimas posições, de acordo com esta vertente de análise, encontram-se várias NUTS III contíguas do interior da Região Centro (Serra da Estrela, Pinhal Interior Sul, Pinhal Interior Norte, Beira Interior Norte, e Cova da Beira) (...)”;

- “Relativamente a qualidade ambiental, assiste-se a um padrão territorial relativamente equilibrado, e tendencialmente invertido face ao revelado na competitividade, pois quase todas as NUTS III do litoral se situam abaixo da média nacional (Baixo Mondego, Baixo Vouga, Oeste e Pinhal Litoral)”;

- “ (...) Tendo como inspiração igualmente o modelo proposto pela União Europeia, ao assumir para efeitos da Política de Coesão a existência de três tipos diferentes de Regiões, no PAR os 100 municípios (concelhos) do CENTRO de PORTUGAL são classificados como Concelhos da Competitividade (38), Concelhos de Transição (18) e Concelhos da Coesão (44) (...)” (fig. 8)

De acordo com a fig. 8 constante do POR, Estarreja enquadra-se na classificação do agrupamento de “concelhos da Competitividade”, bem como todos os restantes municípios do Baixo Vouga à exceção do concelho de Anadia.

Ainda de acordo com o referido documento, a estratégia de desenvolvimento regional no próximo ciclo de programação, 2014-2020, implica reforçar o investimento em domínios como a competitividade, a investigação, o desenvolvimento e a inovação, com particular enfoque na aproximação entre as PME e as entidades geradoras de conhecimento, por forma a concorrerem para níveis de coesão económica, social e territoriais mais satisfatórios.

Como prioridades, o POR refere ainda que “a Região Centro terá até 2020, sustentar e reforçar a criação de valor, estruturar uma rede policêntrica de cidades de média dimensão, promover um tecido económico resiliente, industrializado e exportador, reforçar a coesão territorial, captar e reter talento qualificado e inovador, dar vida e sustentabilidade a infraestruturas existentes e consolidar a capacitação institucional”.

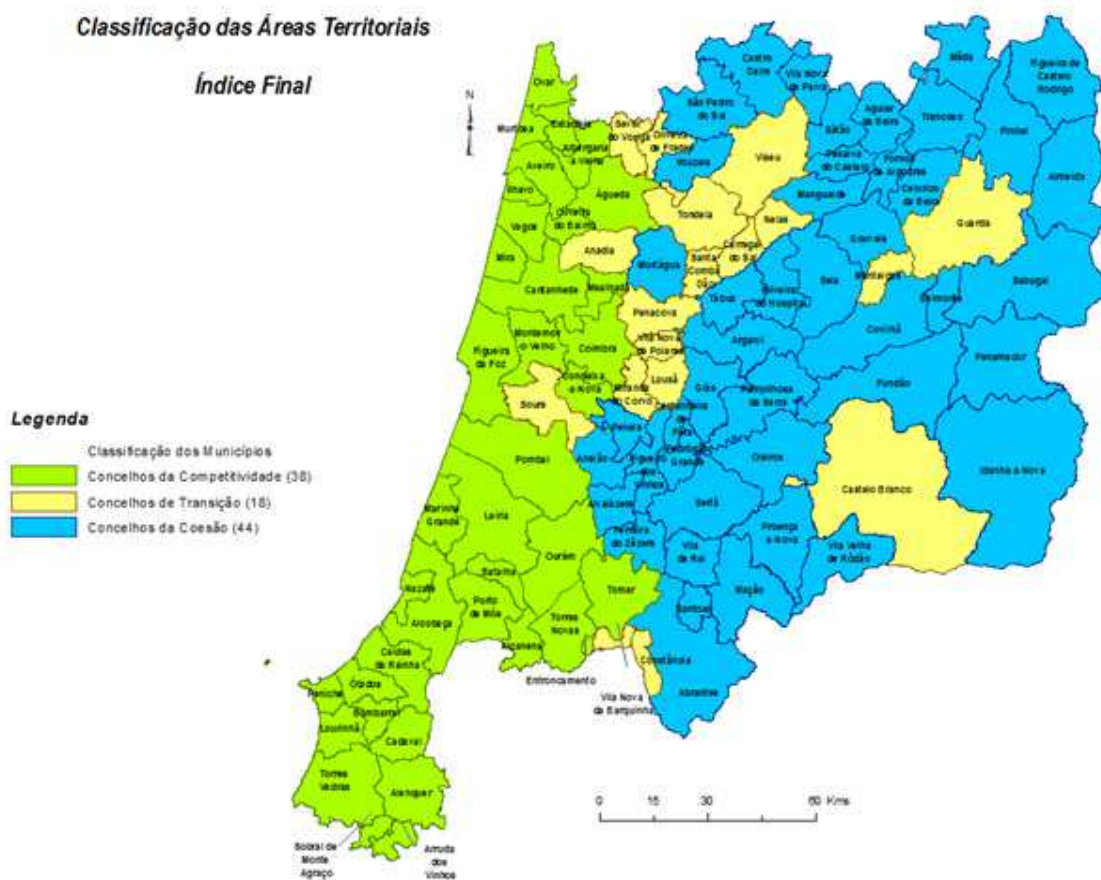


Fig. 8 – POR - Enquadramento dos 100 concelhos da Região Centro enquanto concelhos da Coesão, de Transição e da Competitividade

Com a aplicação dos fundos comunitários inscritos no Programa Operacional, a Região Centro, para o período 2014-2020, ambiciona tornar-se *Innovation Leader* (20% de I&D Nacional e 100 Empresas Gazela⁵), representar 20% do PIB Nacional, diminuir em 10% as assimetrias territoriais, ter 40% da população jovem com formação superior e ter uma taxa de desemprego inferior a 70% da média nacional.

O novo Programa Operacional da Região Centro estrutura-se nos 9 eixos prioritários (correspondendo a 10 objetivos temáticos e 30 prioridades de investimento), seguintes:

⁵ O conceito de empresa gazela corresponde a empresas jovens e inovadoras, com elevados ritmos de crescimento (em número de empregados, mínimo 10 trabalhadores em 2011, em volume de negócios, superiores a 20% e em volume de exportações), sustentados ao longo do tempo, capazes de se posicionarem de forma diferenciadora nos mercados, onde afirmam a sua competitividade.

- Eixo 1: Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR), têm como principal objetivo, o reforço da competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola, das pescas e da aquicultura, incentivando a criação de novas empresas e novas ideias promovendo o empreendedorismo qualificado e criativo orientado para mercados externos;
- Eixo 2: Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS), tem como principal objetivo, o fomento das infraestruturas e das capacidades de Investigação e Inovação (I&I), a promoção de centros de competência, a promoção do investimento das empresas em investigação e inovação e o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior;
- Eixo 3: Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER), tem como principal objetivo, investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida. As prioridades de investimento concentram-se no desenvolvimento das infraestruturas de ensino e formação, na prevenção e na redução do abandono escolar precoce, no fomento de condições de igualdade no acesso ao ensino infantil, primário e secundário, na melhoria da qualidade e eficiência do ensino superior e na melhoria do acesso a aprendizagem ao longo da vida;
- Eixo 4: Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR), tem como principais objetivos, promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral, apoiar o emprego por conta própria, promover a adaptação dos trabalhadores e dos empresários a novos processos e abordagens, desenvolver o potencial endógeno regional e fomentar a coesão territorial;
- Eixo 5: Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR), tem como objetivo, promover a inclusão social, a coesão territorial e combater a pobreza, designadamente, através do desenho de estratégias de desenvolvimento local, lideradas pelas comunidades locais, do investimento em infraestruturas sociais e do apoio às empresas sociais e à regeneração física, económica e social das comunidades e zonas urbanas e rurais desfavorecidas;
- Eixo 6: Afirmar a sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR), tem como principais objetivos, apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores, proteger o ambiente, e promover a eficiência dos recursos. A prioridade recairá na promoção da eficiência energética e na utilização das energias renováveis nas empresas e nas infraestruturas públicas e no sector da habitação;

- Eixo 7: Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR), tem como objetivo, reforçar iniciativas relativas à conservação e valorização do património (natural e cultural);
- Eixo 8: Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR), tem como objetivo dar prioridade a iniciativas que incorporem nas suas propostas o uso de TIC e que constituam apostas na melhoria das capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos. Visa ainda, capacitar as entidades da Região Centro que são essenciais à construção e implementação da estratégia de desenvolvimento regional adotada;
- Eixo 9: Apoiar a mobilidade regional (MOVIMENTOS), tem como objetivo promover os transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas. A melhoria da mobilidade regional, com a ligação dos nós secundários e terciários a infraestrutura da Rede Transeuropeia de Transportes;

No que se refere ao enquadramento intermunicipal, foi desenvolvido e já apresentado publicamente o quadro comum de investimentos da Região de Aveiro (QCIRA) que identifica um conjunto de metas e investimentos que traduzirão a aposta da Região de Aveiro (Unidade Administrativa) na concretização da Estratégia 2020 da União Europeia, centrada nos investimentos inteligentes, sustentáveis e inclusivos, aproveitando os fundos comunitários do Quadro 2014/2020. Neste contexto, foram definidas áreas de realização de Intervenções Territoriais Integradas (ITI's) que englobam os 11 municípios da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA) e a Universidade de Aveiro, que se consubstanciam em 5 Desafios Estratégicos:

1. Promover um contexto de suporte à inovação e ao empreendedorismo;
2. Proteger e valorizar os recursos naturais da Região;
3. Reforçar e capacitar as comunidades de forma inclusiva;
4. Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora;
5. Qualificar a governação e a prestação de serviços públicos.

É neste contexto de afirmação do Centro de Portugal e Região, território rico e diversificado, que Estarreja deverá operacionalizar os desafios que se colocam na promoção do desenvolvimento económico, do reforço

da competitividade, da promoção da inclusão social, da geração de postos de trabalho e de esbatimento das assimetrias territoriais.

A política comunitária para o período de programação 2014-2020 tem como prioridades o crescimento inteligente, crescimento verde e sustentável e crescimento inclusivo, com alta empregabilidade. A valorização das potencialidades e especificidades locais, alinhando-as com as prioridades nacionais e europeias, constitui, o principal desafio para o Município de Estarreja, na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável, inteligente e inclusivo.

Nesse sentido, constitui princípio fundamental da política orçamental do município para 2015 a correta e cuidada aplicação dos dinheiros públicos a par com o desenvolvimento económico, social e territorial (Grandes opções do Plano e orçamento 2015), apostando em 5 grandes eixos estratégicos:

- Desenvolvimento Económico e Competitividade
- Reabilitação Urbana e Valorização do Território
- Inovação e Coesão Social
- Ambiente, Qualidade de Vida
- Governança Municipal

Finalmente e em alinhamento com o atrás referido, no quadro das opções estratégicas do modelo de organização do território municipal inerente ao Plano Diretor Municipal, recentemente aprovado, foram selecionados três grandes Objetivos Estratégicos, para o concelho (para um horizonte de 10 anos):

1. Promoção da Sustentabilidade do Desenvolvimento Económico: através da diversificação e qualificação da base económica local, da integração da vertente ambiental como fator de dinamização económica e social e da reestruturação dos sectores agrícolas e pecuários tradicionais, com base no potencial de extensão do solo rural;
2. Proteção e Requalificação Ambiental e Paisagística: através da criação de condições para a fruição de espaços de valor ambiental e paisagístico na ótica de gestão ativa de recursos naturais e da biodiversidade; da prevenção da degradação ambiental e minimização das vulnerabilidades do território;
3. Qualificação Urbana e Social: através da requalificação, reordenamento e modernização da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, da valorização e animação do património cultural, da revitalização do tecido urbano concelhio; da (re)qualificação do espaço público e do ambiente urbano da Cidade de Estarreja, tendo como base os princípios da sustentabilidade ambiental e da responsabilidade social; da promoção da fixação e atração de população ativa jovem, da qualificação da

rede de transportes / mobilidade / acessibilidade e da promoção de um desenvolvimento urbano mais compacto.

Sendo desejável o desenvolvimento da Região Centro desde a faixa Litoral aos municípios do interior, Estarreja, enquanto concelho de competitividade, com uma localização geográfica central, um padrão de acessibilidades a nível regional e nacional privilegiado, com paisagens únicas e atividades com potencial para o desenvolvimento do turismo ativo e de contemplação (natureza), com pólos marcadamente urbanos e áreas indiscutivelmente rurais, com uma indústria internacionalizada e expansão e diversificação do perfil industrial e empresarial (com Eco-Parque Empresarial, como principal impulsionador), pode potenciar de forma determinante uma forte atratividade em relação a dinâmicas de investimento e geração de novos postos de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento económico e social estratégico da sub-região e região onde se insere.

4.2- Fichas Síntese de Indicadores

4.2.1 Eixo: Socioeconomia

Domínio: Dinâmica Demográfica

Indicadores:

- População Residente
- Densidade Populacional
- População Residente por Grupos Etários
- Taxa de Variação da População Residente
- Taxa de Natalidade
- Taxa de Mortalidade
- Taxa de Crescimento Natural
- Taxa de Crescimento Migratório
- Taxa de Crescimento Efetivo
- Índice de Dependência Total
- Índice de Dependência Jovem
- Índice de Dependência Idosa
- Índice de Envelhecimento

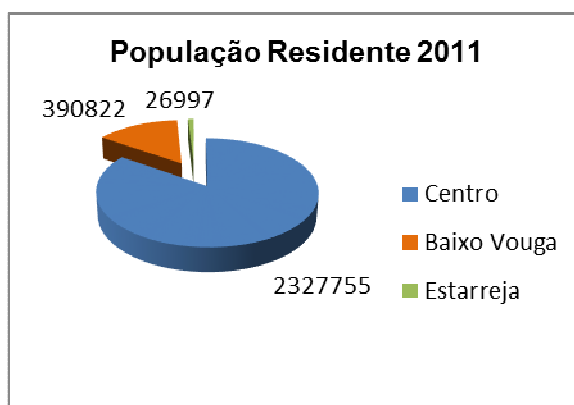
EIXO	Socioeconomia
DOMINIO	Dinâmica Demográfica
ÍNDICADOR	População Residente

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

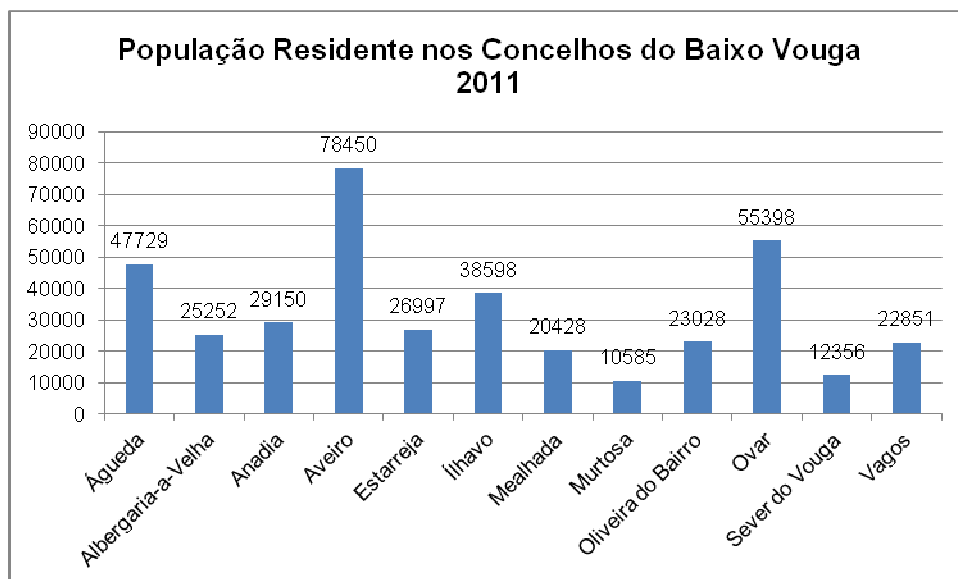
Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

FONTE INE, 2011 (Recenseamento da População e Habitação)

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA



Unidade Geográfica	População Residente
	2011
Avanca	6189
Beduído	7544
Canelas	1438
Fermelã	1332
Pardilhó	4176
Salreu	3815
Veiros	2503
Estarreja	26997



Análise Sumária

De acordo com os resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação de 2011, publicados pelo Instituto Nacional De Estatística (INE), a população residente no concelho de Estarreja é de 26997 habitantes e representam cerca de 7% da população da Sub Região do Baixo Vouga (390 822 habitantes), onde o concelho se insere e cerca de 1,2% do total dos residentes da Região Centro (2327755 habitantes). Atualmente o quantitativo populacional do concelho de Estarreja, ocupa a 6ª posição no âmbito do seu peso para o total de população residente no Baixo Vouga, constituindo, como seria de esperar, Aveiro sede de Distrito e principal polo prestador de serviços e de oferta de emprego, o concelho aglutinador de cerca de 21% da população residente no Baixo Vouga.

Relativamente à distribuição da população à escala das freguesias, ressalta desde logo a freguesia de Beduído, sede de concelho, a concentrar cerca de 28% da população concelhia uma vez que integra o aglomerado urbano principal do concelho – a Cidade de Estarreja – que concentrando bens e serviços proporciona uma qualidade de vida algo diferenciada do restante território. A freguesia de Avanca, surge como a segunda freguesia mais representativa em termos populacionais, uma vez que detém um peso de cerca de 23% no total da população residente no concelho. Com efeito, as zonas norte e centro do concelho, correspondendo às freguesias de Avanca e Beduído, freguesias mais urbanas, polarizam mais de metade da população do concelho (cerca de 51%).

EIXO
Socioeconomia
DOMÍNIO

Dinâmica Demográfica

ÍNDICADOR

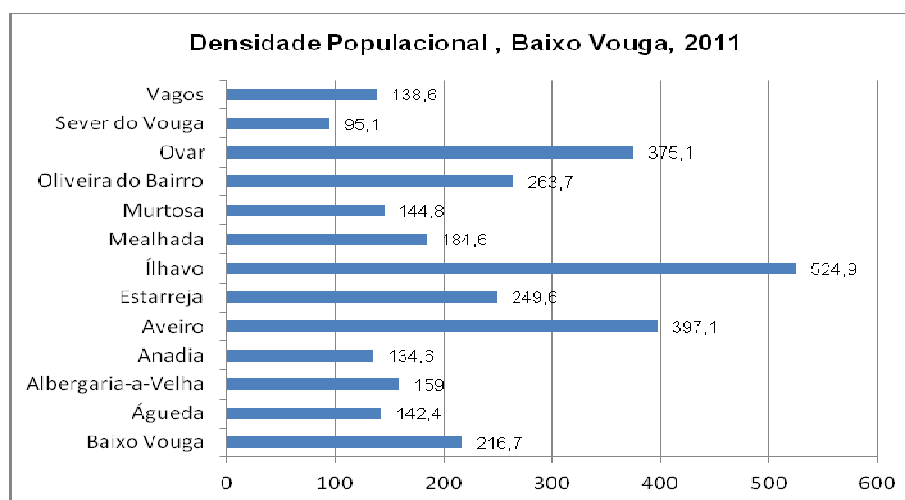
Densidade Populacional

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

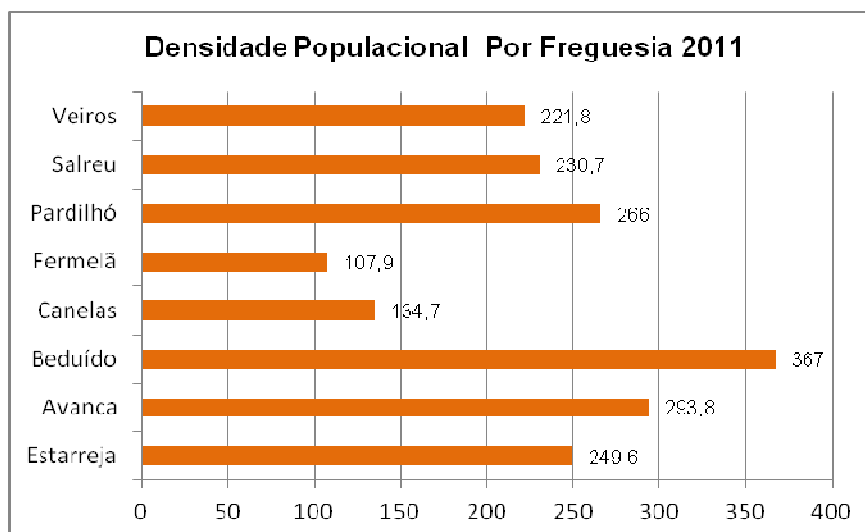
Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).

FONTE

Decenal, INE, 2011e 2001 (Recenseamento da População e Habitação)

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA


Unidade Geográfica	Varição Densidade Populacional 2001/2011
Baixo Vouga	1,24
Estarreja	-4,03
Avanca	-1,41
Beduído	-5,36
Canelas	-3,25
Fermelã	-10,28
Pardilhó	0,05
Salreu	-8,09
Veiros	-4,38



Análise Sumária

O concelho de Estarreja, com um total de 26997 habitantes e estendendo-se por uma área de 108,3 Km², integra-se nos concelhos do Litoral que, em 2011, registam uma densidade igual ou superior a 250 hab/Km², de parceria com Aveiro, Ovar, Oliveira do Bairro e Ílhavo, quando a média registada para o mesmo ano no agrupamento do Baixo Vouga foi de 217 hab/Km².

À escala das freguesias do concelho de Estarreja, os valores da densidade populacional em 2011 evidenciam significativos contrastes entre o Norte e o Sul do território municipal. Com efeito, as zonas norte e centro do concelho, correspondendo às freguesias de Avanca, Pardilhó e Beduído, que polarizam mais de metade da população do Concelho (cerca de 66,3%%), constituem, igualmente, as freguesias que em 2011 apresentavam não só as densidades populacionais mais elevadas (294 hab / Km², 367 hab / Km², e 266 hab / km²) como aquelas que superavam largamente a média concelhia (250Hab/Km²). Beduído, freguesia e sede de concelho apresenta a densidade mais elevada (367 hab/Km²), muito superior à média concelhia e mais elevada que a registada no Baixo Vouga (217 hab/Km²), uma vez que concentra o maior quantitativo populacional, numa maior extensão de área ocupada.

Canelas e Fermelã, freguesias marcadamente rurais, com densidades populacionais entre os 108 e os 135hab/Km², com grandes extensões de áreas ocupadas por áreas alagadas, floresta e culturas, detêm as menores densidades populacionais, concentrando em dois pequenos aglomerados 5,5% do total do concelho.

Procedendo a uma análise comparativa com os dados de 2001, pode-se constatar que todas as freguesias à exceção de Pardilhó, registaram uma diminuição da densidade populacional, à custa da diminuição do quantitativo populacional, conforme se poderá comprovar nos indicadores que se seguem a esta análise. O concelho de Estarreja sofreu um decréscimo de 4,3% de habitantes/Km².

EIXO
Socioeconomia
DOMÍNIO

Dinâmica Demográfica

ÍNDICADOR

População Residente Por Grupos Etários

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Evolução Decenal da população residente (N.º) por local de residência, sexo e grupo etário.

FONTE

INE, 2001 e de 2011 (Recenseamento Da População e Habitação)

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Período de referência dos dados	Unidade Geográfica	População residente (N.º)							
		Grupo etário							
		Total	0 - 14 anos		15 - 24 anos		25 - 64 anos		65 e mais anos
		N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º %
2011	Baixo Vouga	390822	57328	15	42498	11	217521	56	73475 19
	Estarreja	26997	3943	15	3065	11	14587	54	5402 20
2001	Baixo Vouga	385724	63646	17	55528	14	206563	54	59987 16
	Estarreja	28182	4669	17	4130	15	14687	52	4696 17

Análise Sumária

A estrutura etária da população acentuou os desequilíbrios já evidenciados na década passada. Diminuiu a base da pirâmide correspondente à população mais jovem e alargou-se o topo com o aumento da população mais idosa. Com efeito, a evolução da estrutura etária do concelho entre 2001 e 2011, revela:

- Uma redução acentuada do estrato da população mais jovem (0 -14 anos, decréscimo de 15,5%) e o aumento do peso relativo dos escalões de maior idade (> 65 anos, incremento de 15%);
- Um significativo aumento da população idosa, uma vez que em 2001 os idosos representavam 17%, percentagem que ascende em 2011 a 20% do total da população, evidenciando o envelhecimento tendencial da população, fenómeno que acompanha as tendências nacionais (atuais) mas também, de certa forma, consequência de melhorias das condições de vida (assistência médica, social, etc.). Em oposição, a população das camadas etárias mais novas (0-14 anos) regista um decréscimo do seu peso relativo, passando de 17% em 2001 para uma representatividade de 15%, devido a uma tendencial e contínua diminuição conjuntural da natalidade;
- Uma tendência em baixa no período em análise da população em idade ativa dos 15-64 anos, que regista uma diminuição de 6%, representando em 2011, 65,4% do total da população concelhia, quando essa representatividade em 2001 ascendia a 67%;
- Dentro da população em idade ativa (adulta), ressaltam duas dinâmicas de evolução, com a população mais nova (15-24 anos) a sofrer um decréscimo de 2001 para 2011 na ordem dos 26% e a população mais velha (25-64) a decrescer no mesmo período apenas 0,6%. Este comportamento reforça o envelhecimento da população em idade ativa.

O concelho de Estarreja enquadra-se na tendência verificada ao nível da repartição da população com a situação registada no Baixo Vouga, constituindo a exceção o comportamento relativo à população adulta dos 25-64 anos que assume um crescimento, no período 2001-2011, nesta sub-região de cerca de 5,3%.

EIXO	Sócio economia
DOMÍNIO	Dinâmica Demográfica
ÍNDICADOR	Evolução Populacional/ Variação Da População Residente

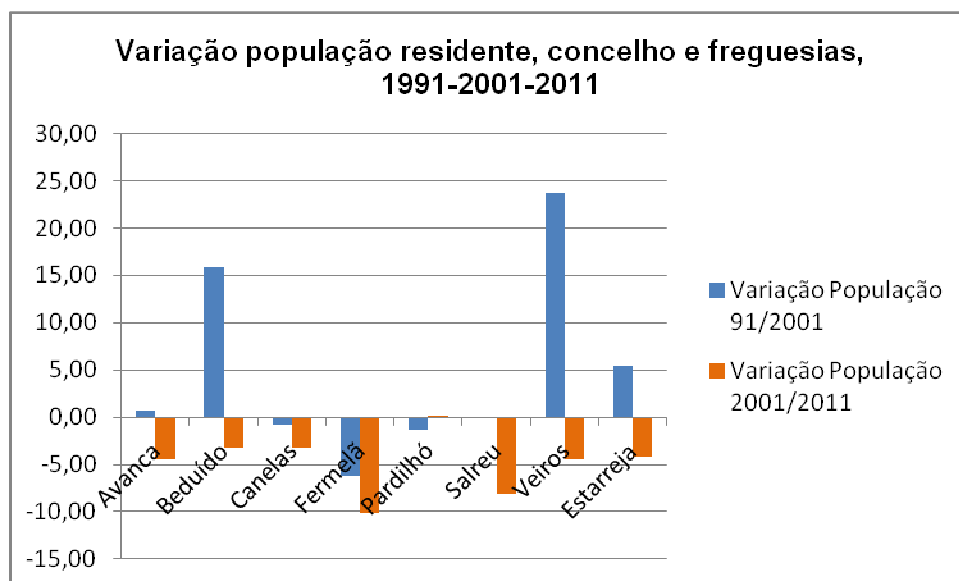
DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Variação populacional, observada num determinado período (%).

FONTE INE, Censos 1991, 2001 e 2011 (Recenseamento Da População e Habitação)

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Unidade Geográfica	População residente (N.º) por Local de residência e Sexo; Decenal		Variação da População (%)
	2011	2001	
	N.º	N.º	
Centro	2327755	2348397	-0,88
Baixo Vouga	390822	385724	1,32
Águeda	47729	49041	-2,68
Albergaria-a-Velha	25252	24638	2,49
Anadia	29150	31545	-7,59
Aveiro	78450	73335	6,97
Estarreja	26997	28182	-4,20
Ílhavo	38598	37209	3,73
Mealhada	20428	20751	-1,56
Murtosa	10585	9458	11,92
Oliveira do Bairro	23028	21164	8,81
Ovar	55398	55198	0,36
Sever do Vouga	12356	13186	-6,29
Vagos	22851	22017	3,79



Unidade Geográfica	População Residente			Variação População	
	1991	2001	2011	91/2001	2001/2011
Avanca	6426	6474	6189	0,75	-4,40
Beduído	6731	7794	7544	15,79	-3,21
Canelas	1498	1486	1438	-0,80	-3,23
Fermelã	1580	1482	1332	-6,20	-10,12
Pardilhó	4234	4175	4176	-1,39	0,02
Salreu	4157	4153	3815	-0,10	-8,14
Veiros	2116	2618	2503	23,72	-4,39
Estarreja	26742	28182	26997	5,38	-4,20

Análise Sumária

Entre 2001 e 2011, verificou-se, no concelho, um decréscimo de 4,2% da população residente (menos 1185 pessoas), percentagem que em termos relativos se situa bem acima da média a nível regional já que, em 2011, a região Centro sofre um decréscimo próximo de 1% (0,9%) correspondente a menos 20642 pessoas face a 2011. O concelho de Estarreja afasta-se da média registada para a região da NUTIII, Baixo Vouga, que apresenta um saldo positivo com um aumento na ordem das 5000 pessoas (acréscimo de 1,3%), o qual reflete

o acréscimo populacional verificado em 5 dos 12 municípios da Sub-Região, designadamente, Aveiro, Oliveira do Bairro, Ílhavo, Vagos, Murtosa e Ovar. Contudo, entre os concelhos que ganharam população assiste-se a variações de crescimento variados. Sendo expectável que os concelhos que mais contribuíram para os efetivos populacionais do Baixo Vouga apresentassem um crescimento mais acentuado, apenas se enquadram neste tipo dinâmica demográfica Aveiro e Ílhavo, ficando de fora Águeda que viu a sua população decrescer cerca de 3%. Estarreja pertence ao grupo dos municípios cuja população recuou sensivelmente entre os 1,5% e os 4,5% (Águeda e Mealhada), verificando-se ainda decréscimos superiores a 5% nos municípios de Sever de Vouga (-6,29%) e Anadia (-7,59%).

Ao nível intra - concelhio, assiste-se a dinâmicas diferenciadas face aos resultados da população residente nas últimas 3 décadas. Se na última década (2001-2011) e à exceção da freguesia de Pardilhó, que viu a sua população sofrer um acréscimo de 0,02% (mais uma pessoa), todas as restantes freguesias perderam população, acentuando-se esse decréscimo fundamentalmente nas freguesias de Salreu (-8,14%) e Fermelã (-10,12%), representando esta última freguesia aquela que continua desde a década de 1991/2001 (-6,2%, a sofrer as maiores perdas populacionais).

Por outro lado, se no período 1991/2001 Beduído, sede de concelho, reforçava em termos absolutos o peso da sua população no total concelhio, apresentando uma dinâmica populacional, acima da evolução média verificada para o concelho, com um acréscimo de 1063 pessoas em 2001 (15,78%), no ultimo período intercensitário viu recuar a sua importância em termos populacionais, sofrendo um decréscimo de cerca de 3,21% (menos 250 pessoas). Pese embora tal variação se situe abaixo da média concelhia (-4,2%), evidencia sintomas de perda de capacidade de atração e de alguma fragilidade na consolidação do seu núcleo urbano.

EIXO
Socioeconomia
DOMÍNIO

Dinâmica Demográfica

ÍNDICADOR

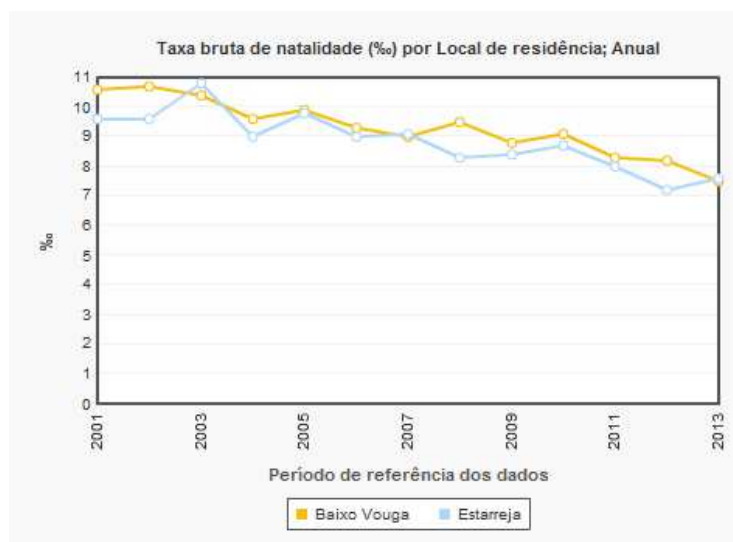
Taxa de Natalidade

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Número de nados vivos ocorridos durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10^3) habitantes).

FONTE

INE, Indicadores demográficos (Anual).

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA


Espaço Geográfico	Taxa bruta de natalidade (%) por Local de residência												
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Baixo Vouga	10,6	10,7	10,4	9,6	9,9	9,3	9	9,5	8,8	9,1	8,3	8,2	7,5
Estarreja	9,6	9,6	10,8	9	9,8	9	9,1	8,3	8,4	8,7	8	7,2	7,6

Análise Sumária

No concelho de Estarreja a evolução da taxa de natalidade até 2003 foi crescente, atingindo 10,8 nascimentos por cada mil habitantes, relação superior à média registada nos concelhos da NUT do Baixo Vouga. A partir de 2003, assiste-se a um decréscimo no quantitativo de nados, passando a 9 nascimentos por cada mil habitantes. Até ao ano de 2007, verificam-se oscilações quase que alternadas entre taxas de natalidades maiores e inferiores, atingindo-se em 2007 uma taxa semelhante à registada em 2001, i.e., 9,1 nascimentos por cada 1000 habitantes. O número de nados vivos regista evoluções em sentido contrário a partir de 2008, decrescendo para uma taxa de natalidade de 8,4‰ tendência de decréscimo que se confirma até 2013, onde se regista 7,6 nascimentos por cada 1000 habitantes. Em termos comparativos, Estarreja acompanha as flutuações registadas para a sub-região do Baixo Vouga, com exceção do ano de 2003, ainda que com taxas de natalidade sempre inferiores ao número médio de nascimentos mas que tendencialmente vieram a convergir em 2013. Por último de referir que as estimativas a nível nacional e da Região centro, apontam para taxas de natalidade de 7,9 e 6,9, respetivamente.

EIXO
Socioeconomia
DOMÍNIO

Dinâmica Demográfica

ÍNDICADOR

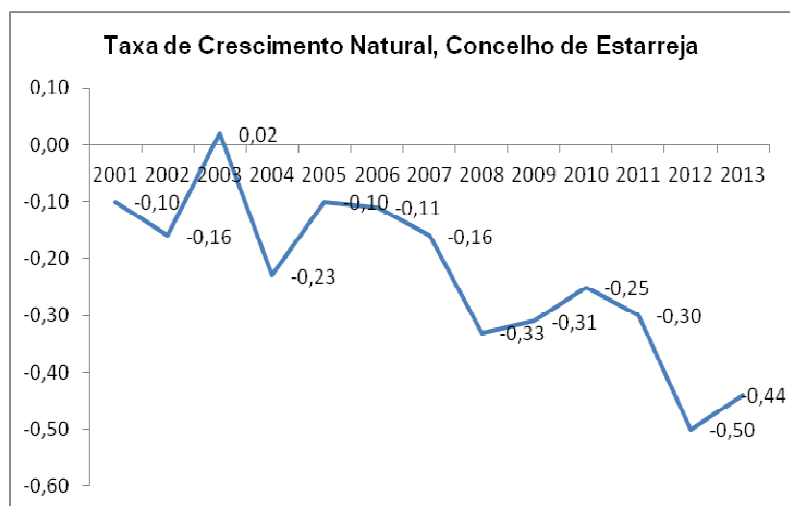
Taxa de Crescimento Natural

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10^2) ou 1000 (10^3) habitantes).

FONTE

Anual, INE, Indicadores Demográficos

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA


Unidade Geográfica	Taxa de crescimento natural (%) por Local de residência												
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Estarreja	-0,10	-0,16	0,02	-0,23	-0,10	-0,11	-0,16	-0,33	-0,31	-0,25	-0,30	-0,50	-0,44
Baixo Vouga	0,12	0,07	0,10	0,04	0,07	0,05	-0,01	0,01	-0,07	-0,03	-0,12	-0,18	-0,23

Avaliação Sumária

A taxa de crescimento natural, à exceção do ano de 2003, tem registado valores anuais médios sempre negativos traduzindo a ocorrência de óbitos superiores à dos nascimentos nos anos em causa, espelhando a tendência de decréscimo populacional na vertente do saldo natural. A Sub-região do Baixo Vouga, evidencia para esta variável demográfica a mesma linha de tendência apenas a partir de 2009.

EIXO
Socioeconomia
DOMÍNIO

Dinâmica Demográfica

ÍNDICADOR

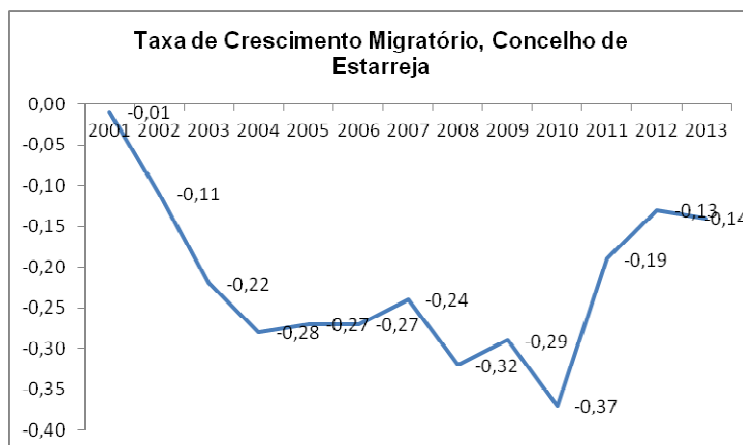
Taxa de Crescimento Migratório

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Saldo migratório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10^2) ou 1000 (10^3) habitantes).

FONTE

Anual, INE, Indicadores Demográficos

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA


Unidade Geográfica	Taxa de crescimento migratório (%) por Local de residência												
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Estarreja	-0,01	-0,11	-0,22	-0,28	-0,27	-0,27	-0,24	-0,32	-0,29	-0,37	-0,19	-0,13	-0,14
Baixo Vouga	0,44	0,30	0,14	0,05	0,06	0,07	0,12	0,04	0,08	-0,01	-0,26	-0,22	-0,22

Análise Sumária

A entrada de imigrantes nos períodos de 2001 a 2003 e 2011 a 2013, traduz um atenuar do ritmo negativo da taxa de crescimento migratório verificado para o concelho. O saldo migratório mais baixo revela-se em 2010, o qual começa a ser contrariado pela entrada de imigrantes desacelerando o ritmo de baixa iniciado em 2003. O comportamento desta variável na Sub-região do Baixo Vouga, revela que no período 2001 a 2009, assistiu-se a mais entradas que saídas de pessoas, situação que se inverte em 2010 acompanhando a tendência de um maior surto emigratório dada a conjuntura económica financeira desfavorável instalada a nível mundial.

EIXO
Socioeconomia
DOMÍNIO

Dinâmica Demográfica

ÍNDICADOR

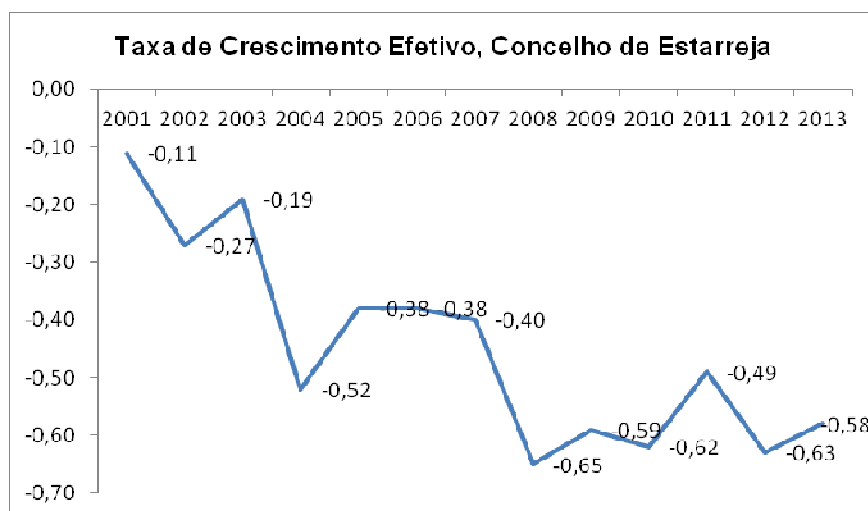
Taxa de Crescimento Efetivo

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10^2) ou 1000 (10^3) habitantes).

FONTE

Anual, INE, Indicadores Demográficos

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA


Unidade Geográfica	Taxa de crescimento efetivo (%) por Local de residência												
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Estarreja	-0,11	-0,27	-0,19	-0,52	-0,38	-0,38	-0,40	-0,65	-0,59	-0,62	-0,49	-0,63	-0,58
Baixo Vouga	0,56	0,38	0,25	0,09	0,12	0,12	0,10	0,05	0,01	-0,03	-0,38	-0,40	-0,46

Análise Sumária

Para a evolução negativa da taxa de crescimento efetivo, contribuíram tanto o decréscimo do saldo natural como do saldo migratório, o qual acelera o seu ritmo de baixa. Como resultado verificam-se para os anos em análise (2001-2013), taxas de crescimento efetivo desfavoráveis, negativas, comportamento que só se verifica a partir do ano de 2010 para a Sub-região do Baixo-Vouga, coincidente com o início do período onde se registam saldos migratórios negativos e superiores aos saldos naturais.

EIXO
Socioeconomia
DOMÍNIO

Dinâmica Demográfica

ÍNDICADOR

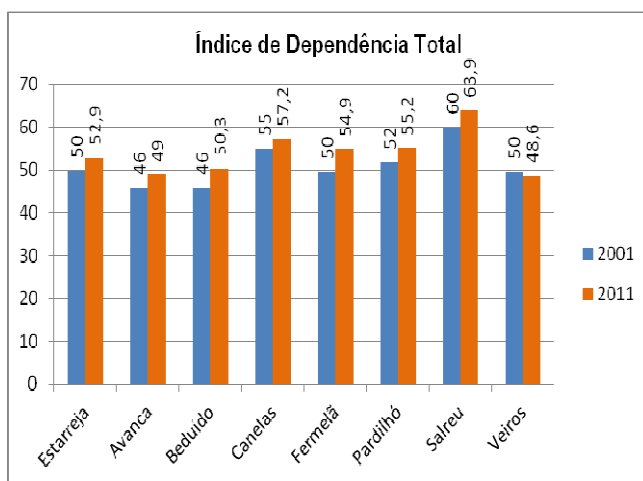
Índice de Dependência Total (N.º)

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos).

FONTE

Decenal, INE, Recenseamento da População e Habitação (Censos 2001 e 2011)

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA


Unidade Geográfica	Índice de Dependência Total	
	2001	2011
Centro	53	56,6
Baixo Vouga	47	50,3

Análise Sumária

À escala supramunicipal verifica-se que o índice de dependência registado para Estarreja em 2011 (52,9%) encontra-se acima da média do agrupamento de concelhos do Baixo Vouga (50,3%) e abaixo da média registada para a Região Centro (56,6%). A análise do índice de dependência total, no período 2001 a 2011, evidencia um aumento na ordem dos 6%, passando de 50 pessoas dependentes por cada 100 pessoas potencialmente ativas em 2001, para cerca de 53 pessoas dependentes em 2011, circunstância resultante do decréscimo da população jovem e do aumento do estrato etário de idosos.

Ao nível da desagregação deste indicador por freguesia, assiste-se, em 2011, a índices de dependência superiores ao registado para o concelho, nas freguesias de Salreu (63,9%), Canelas (57,2%), Pardilhó (55,2%) e Fermelã (54,9%), freguesias que à exceção de Pardilhó, localizam-se na zona sul do concelho. Veiros, apresenta-se como a única freguesia cujo índice de dependência decresceu passando de 50% em 2001 para 48,6% em 2011.

O Índice de dependência total contém duas evoluções opostas, conforme se pode observar nos quadros dos indicadores seguintes: uma descendente, a do índice de dependência de jovens que passou de 25 jovens a cargo para 22 e reflete a baixa da fecundidade, e outra ascendente que se traduz num aumento do índice de dependência de idosos de 25 para 31, resultante do aumento da esperança de vida em idêntico período.

EIXO
Socioeconomia
DOMÍNIO

Dinâmica Demográfica

ÍNDICADOR

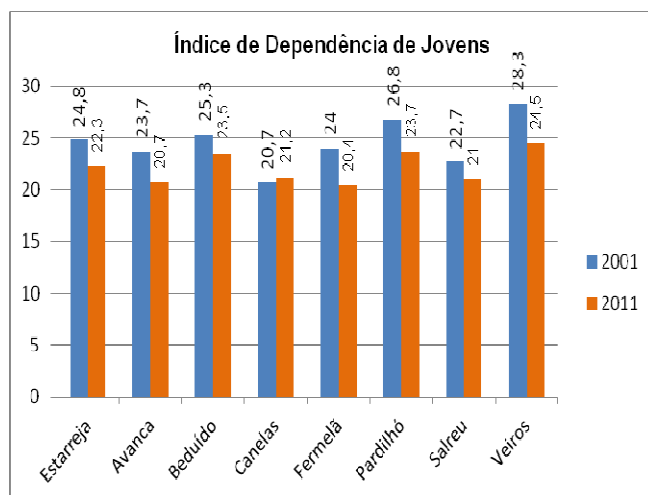
Índice de Dependência Jovem

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos).

FONTE

Decenal, INE, Recenseamento da População e Habitação (Censos 2001 e 2011)

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA


Unidade Geográfica	Índice de Dependência de Jovens	
	2011	2001
Centro	21,5	22,8
Baixo Vouga	22,1	24,2

Análise Sumária

A análise do Índice de dependência da população jovem do concelho de Estarreja, revela que em 2011, assistia-se a cerca de 22 jovens dependentes por cada 100 pessoas em idade ativa, valor acima da média relativa à Região Centro (21,5%) e enquadrada na situação registada para os municípios da NUTIII- Baixo Vouga (22,1%). Veiros, Pardilhó e Beduído, são as freguesias do concelho onde se observa uma estrutura de dependência da população jovem mais elevado e superior à média concelhia. Em termos evolutivos, observa-se uma tendência descendente do indicador, correspondendo em 2001 a 25% para cerca de 22% em 2011, refletindo de certa forma a redução da estrutura jovem do concelho, resultante da diminuição no mesmo período da taxa de natalidade.

EIXO
Socioeconomia
DOMÍNIO

Dinâmica Demográfica

ÍNDICADOR

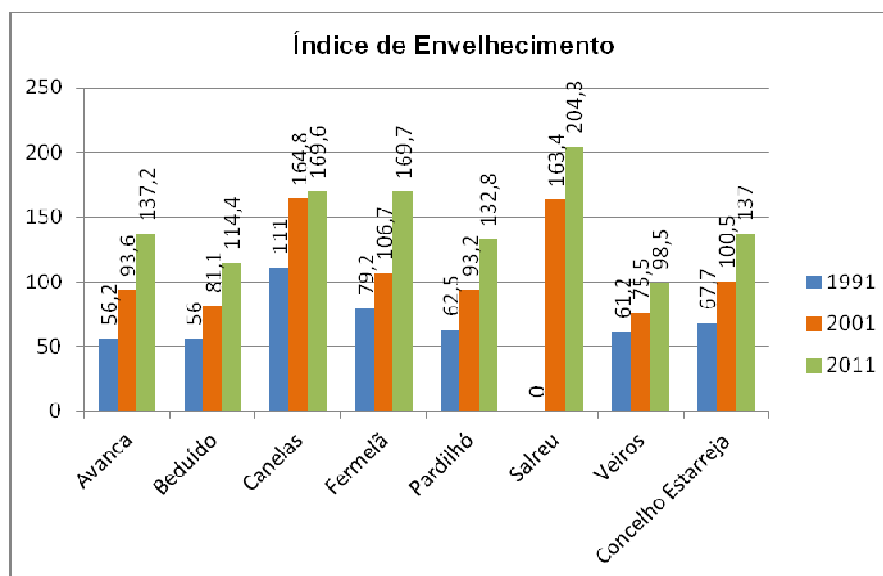
Índice de Envelhecimento

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas dos 0 aos 14 anos).

FONTE

Decenal, INE, Recenseamento da População e Habitação (Censos 1991, 2001 e 2011)

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA


Unidade Geográfica	Índice de envelhecimento		
	1991	2001	2011
Centro	112,2	129,5	163,4
Baixo Vouga	82,3	94,2	128,2
Estarreja	67,7	100,5	137

Avaliação Sumária

O envelhecimento da população de Estarreja está bem visível através da análise do índice de envelhecimento, o qual compara a população com 65 e mais anos com a população de idade inferior a 15 anos.

Em 2011 por cada 100 jovens com menos de quinze anos havia cerca de 137 idosos, em 2001 o rácio era de 100,5 idosos e em 1991, o indicador fixava-se em 67,7 idosos. Em 1991 o concelho de Estarreja posicionava-se significativamente abaixo do panorama verificado quer para a região centro, quer para o Baixo Vouga. Em oposição a esta constatação, em 2001 e em 2011 o índice de envelhecimento no concelho assume valores superiores à média da região do Baixo Vouga, embora não atingindo os valores da Região Centro, com um índice de 163 em 2011, onde por cada 100 jovens (com menos de 15 anos) existiam 163 idosos (65 ou mais anos), constituindo uma das regiões mais envelhecidas do território Nacional.

Desagregando o indicador por freguesias do concelho de Estarreja, assiste-se ao reforço generalizado da tendência para o envelhecimento, transmitida através da evolução crescente em todas as freguesias nas últimas três décadas do índice de envelhecimento. Em 2011, Salreu (204,3), Fermelã (169,7) e Canelas (169,6) apresentam os mais elevados índices de envelhecimento, estando inclusive acima da média dos índices registados no concelho, na Sub-Região do Baixo Vouga (128,2) e na Região Centro (163,4).

4.2.1 Eixo: Socioeconomia

Domínio: Estrutura Económica

- Evolução da População Residente Segundo o Principal Meio de Vida

-População Residente Segundo a Situação Perante o Trabalho

- População Empregada Segundo o Nível de Escolaridade

- População Desempregada Segundo o Nível de Escolaridade

- Evolução da População Ativa Por Setores de Atividade

- Estrutura Empresarial:

Evolução Número de Empresas

Evolução Número de Empresas -Industria Transformadora

Pessoal ao Serviço

Volume de Negócios

- Taxa de Atividade da População Residente

- Taxa de Desemprego da População Residente

- Oferta Turística:

Evolução Número de Dormidas os Estabelecimentos Hoteleiros

Estadia Média nos Estabelecimentos Hoteleiros

EIXO
Socioeconomia
DOMÍNIO

Estrutura Económica

ÍNDICADOR

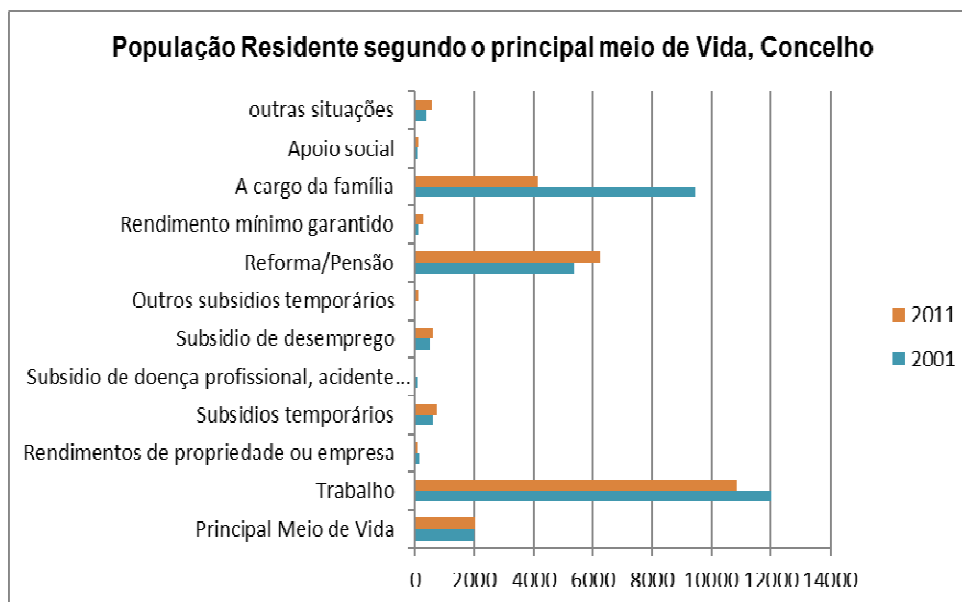
Evolução da População Residente Segundo o Principal Meio de Via

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Fonte principal de onde o indivíduo retira os seus meios financeiros ou em géneros necessários à sua subsistência, durante o período de referência.

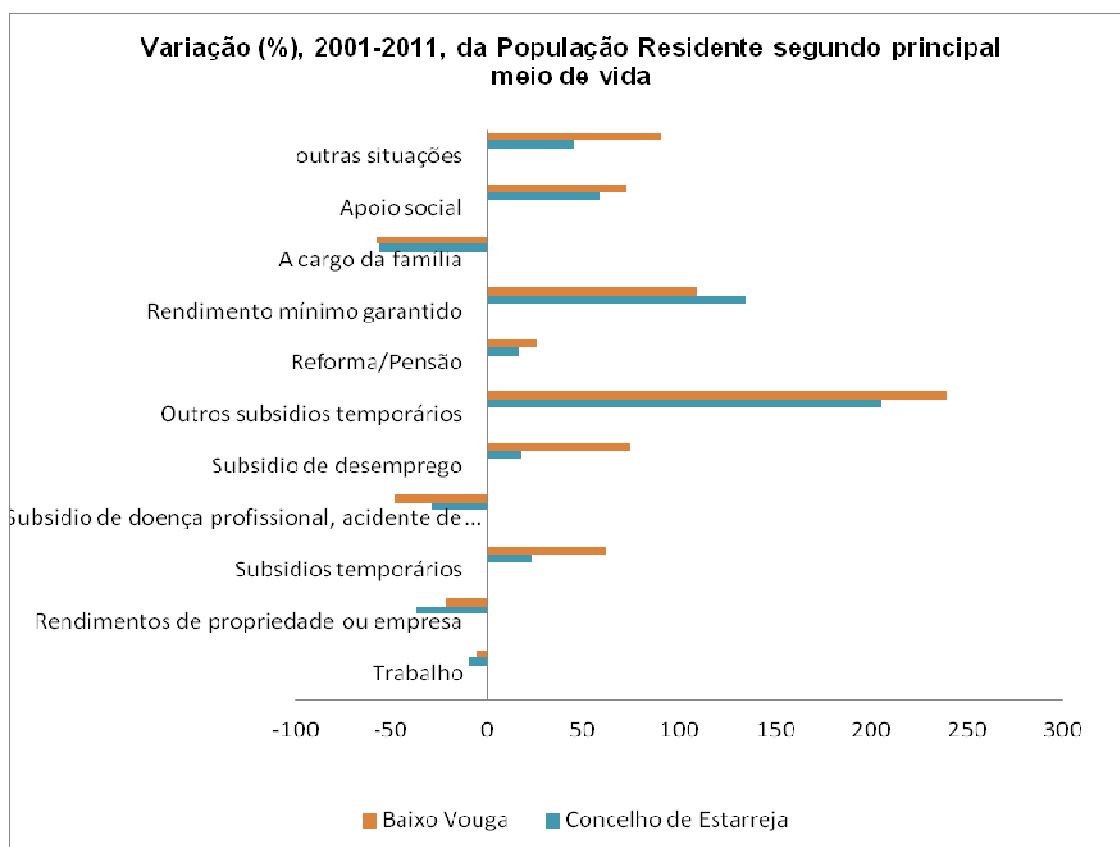
FONTE

Decenal, INE, Recenseamento da População e Habitação, Censos de 2001 e 2011

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA


Principal Meio de Vida	2001	2011	Var. %
Trabalho	12039	10876	-9,7
Rendimentos de propriedade ou empresa	145	91	-37,2
Subsídios temporários	619	759	22,6
Subsidio de doença profissional, acidente de trabalho	77	55	-28,6
Subsidio de desemprego	506	594	17,4
Outros subsídios temporários	36	110	205,6
Reforma/Pensão	5352	6230	16,4
Rendimento mínimo garantido	124	291	134,7
A cargo da família	9448	4137	-56,2
Apoio social	70	111	58,6
outras situações	385	559	45,2

População residente no concelho de Estarreja segundo o seu principal meio de vida



Análise Sumária

O principal meio de vida da população residente no Concelho de Estarreja é o trabalho que, em 2011, engloba 10 876 habitantes, correspondendo a cerca de 47% da população residente no Concelho. Segue-se a população cujo principal rendimento resulta da pensão/reforma, representando 27% (6230 habitantes) e aquela que vive a cargo da família, com um peso de cerca de 18% (4137 habitantes).

Relativamente aos subsídios temporários, 3% da população residente (759 habitantes) usufrui dos mesmos, sendo que destes, a maioria (594 habitantes) tem como principal meio de vida o subsídio de desemprego. Ressalva-se que entre 2001 e 2011, o número de pessoas a depender de subsídio de desemprego, sofreu um incremento de 17,4 % (mais 88 pessoas) e aquelas que dependiam de outro tipo de subsídios temporários (doença, maternidade, etc.) aumentam cerca de 206% (mais 74 pessoas).

Contrariamente assistiu-se a uma diminuição daqueles que recebem subsídios de doença profissional ou de acidente de trabalho (-28.6%) e de forma mais acentuada regista-se uma diminuição da fatia de população, a cargo da família (-56%), bem como daquela que auferia rendimentos de empresa ou propriedade (-37%).

Verifica-se igualmente um decréscimo do número de pessoas cujo trabalho reflete o seu principal modo de vida, na ordem dos 10 % passando de 12 309 pessoas em 2001 para 10 876 pessoas em 2011.

Entre 2001 e 2011, assiste-se a um acréscimo da população abrangida pelo rendimento social garantido, de cerca de 135%, acima do registado no agrupamento de Concelhos do Baixo Vouga (109,4%), o que corresponde a cerca de mais de 167 pessoas, isto é, uma média de 16 pessoas por ano.

EIXO
Socioeconomia
DOMÍNIO
Estrutura Económica
ÍNDICADOR
População Residente Segundo a Situação Perante o Trabalho
DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

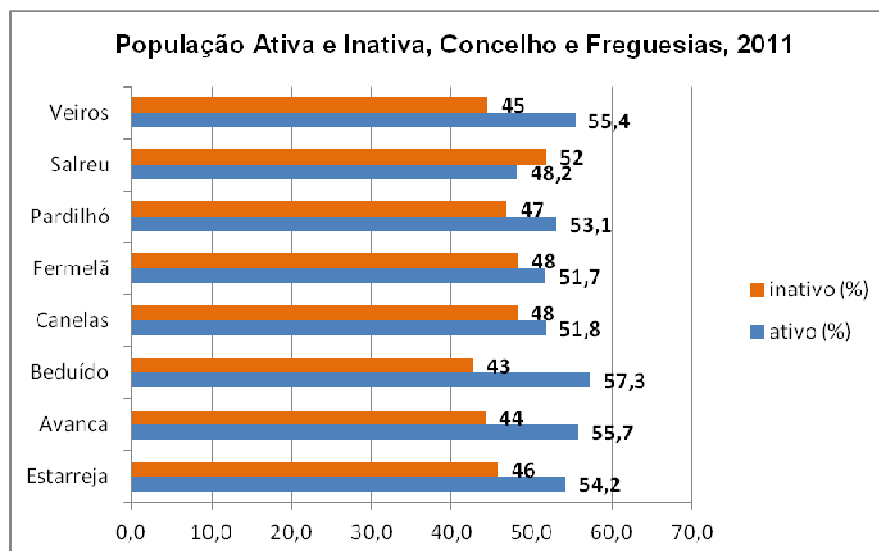
Situação do indivíduo perante a atividade económica no período de referência podendo ser considerado ativo ou inativo.

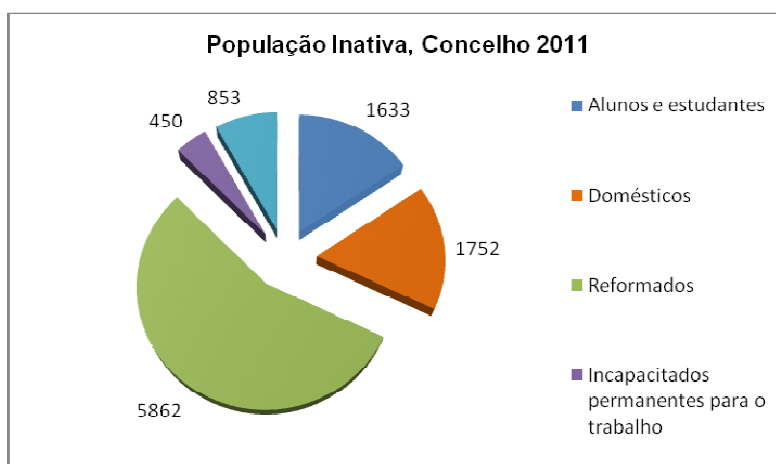
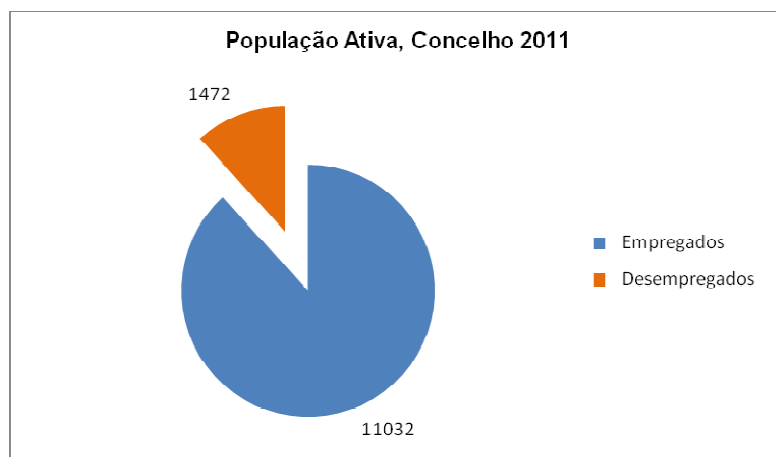
FONTE

Decenal, INE, Recenseamento da População e Habitação, Censos de 2001 e 2011

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

População residente segundo a situação perante o trabalho, Concelho			
População	2001	2011	Var. %
Total	23513	23054	-2,0
Ativos	13013	12504	-3,9
Empregados	12135	11032	-9,1
Desempregados	878	1472	67,7
Desempregados à procura de 1º emprego	186	262	40,9
Desempregados à procura de novo emprego	692	1210	74,9
Inativos	10500	10550	0,5
Alunos e estudantes	1880	1633	-13,1
Domésticos	2362	1752	-25,8
Reformados	4871	5862	20,3
Incapacitados permanentes para o trabalho	1387	450	-67,6
Outros casos	n.a	853	n.a





Análise Sumária

A população ativa total do Concelho de Estarreja, sofre um decréscimo na ordem dos 4%, no período 2001-2011, resultado fundamentalmente da diminuição, no período de referência, do total de empregados remunerados que correspondeu a menos 1103 pessoas (-9%). Inversamente assiste-se ao acréscimo do total de desempregados, cerca de 68%, sendo a quota relativa aos desempregados à procura de novo emprego (1210 pessoas) responsável maioritariamente pelo incremento verificado, na ordem dos 82%.

No que respeita à população inativa, regista-se um aumento de cerca de 0,5%, no período em análise, no qual 1000 pessoas acresceram à reforma, o que se veio a traduzir em cerca de 20% da população sem atividade económica residente no Concelho em 2011. Seguem-se, como grupos mais preponderantes pela sua diminuição nos inativos em 2011, o da população com incapacidade permanente para o trabalho (menos 937 pessoas), o grupo dos Domésticos (menos 610 pessoas) e com menos peso a população estudantil (menos 247 pessoas), representando no seu conjunto menos 1794 pessoas sem atividade económica.

Desagregando a análise ao nível das freguesias, constata-se que todas as freguesias têm mais de metade da sua população com atividade económica (ativos), destacando-se Beduído, Avanca e Veiros como as freguesias que se aproximam de um quantitativo de ativos de quase 2/3, ultrapassando inclusive a média concelhia. Ao invés, Freguesias como Salreu, Canelas e Fermelã, o peso da população inativa quase que se aproxima do total da população com atividade económica.

EIXO
Socioeconomia
DOMÍNIO

Estrutura Económica

ÍNDICADOR

População Empregada Segundo o Nível de Escolaridade
(Instrução)

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

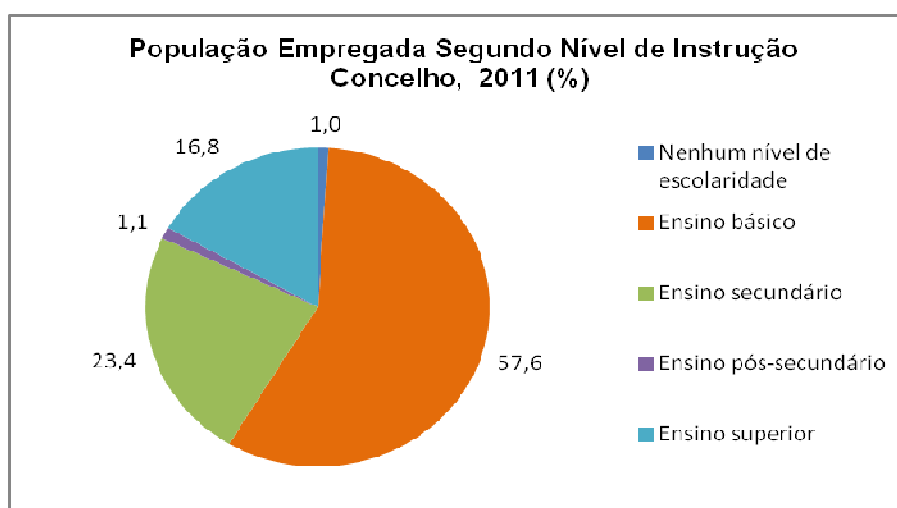
Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo com idade mínima de 15 anos, no período de referência (considerado empregado) concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respetivo certificado ou diploma.

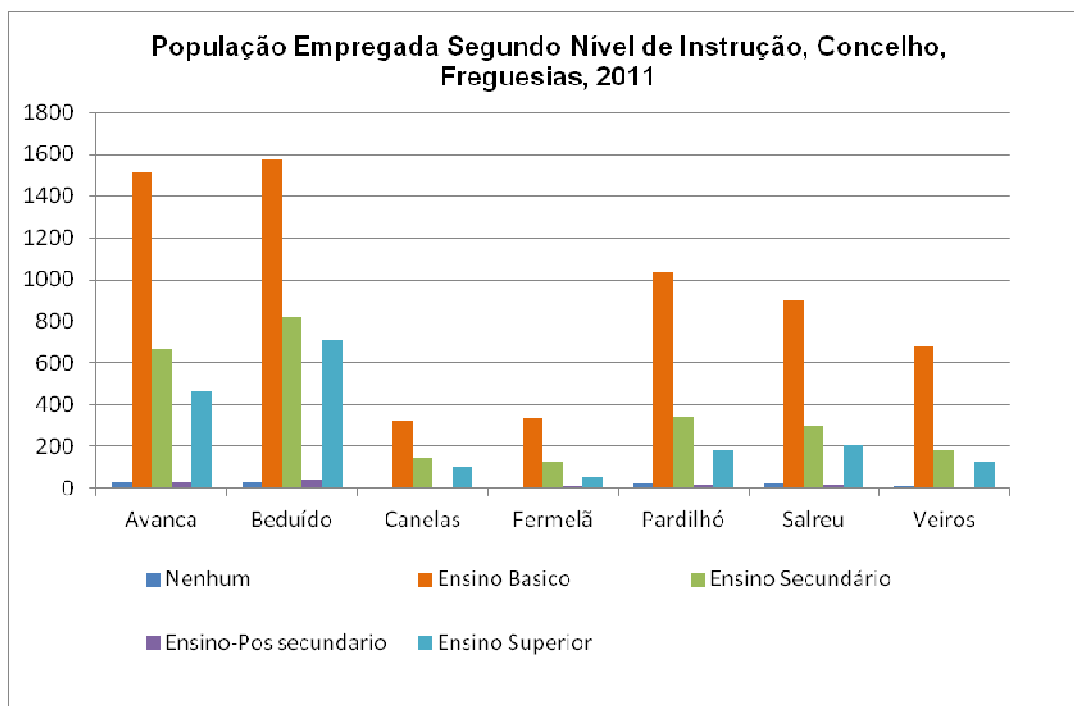
FONTE

Decenal, INE, Recenseamento da População e Habitação,
Censo de 2011

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Unidade Geográfica	População empregada (N.º) por local de residência (à data dos Censos 2011), e nível de escolaridade					
	Total	Nenhum nível de escolaridade	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior
Centro	940211	8141	467546	230907	12858	220759
Baixo Vouga	168834	1347	86316	39189	2385	39597
Estarreja	11032	113	6356	2586	126	1851





Análise Sumária

Em 2011, o nível de ensino mais representativo enquanto habilitação adquirida é o ensino Básico. Com efeito, Estarreja regista cerca de 58% da população empregada detentora de um nível de escolaridade básico, acima da média registada para a sub-região do Baixo Vouga (51,1%).

Já no que se refere a níveis superiores de instrução regista-se um peso na ordem dos 17% da população com ensino superior, contra 24% de média para o Baixo-Vouga.

Relativamente ao setor da população sem nenhum nível de escolaridade, Estarreja também assume um maior peso com 1% em relação à sub-região e à Região Centro, expresso em 0,8% e 0,86%, respetivamente.

O número de diplomados da população empregada do concelho de Estarreja (1851 pessoas) é constituído maioritariamente por mulheres (1094), quase 2/3 do total, revelando uma clara feminização da população com ensino superior. Inversamente também se regista um maior peso da população empregada sem qualquer habilitação escolar, no sexo masculino (65%).

Em termos de desagregação deste indicador de educação por freguesias, regista-se que Beduido e Avanca, freguesias mais urbanas, são aquelas que detêm o nível de ensino superior mais representativo enquanto habilitação adquirida pelas respetivas populações empregadas.

EIXO
Socioeconomia
DOMÍNIO

Estrutura Económica

ÍNDICADOR

População Desempregada Segundo o Nível de Escolaridade

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

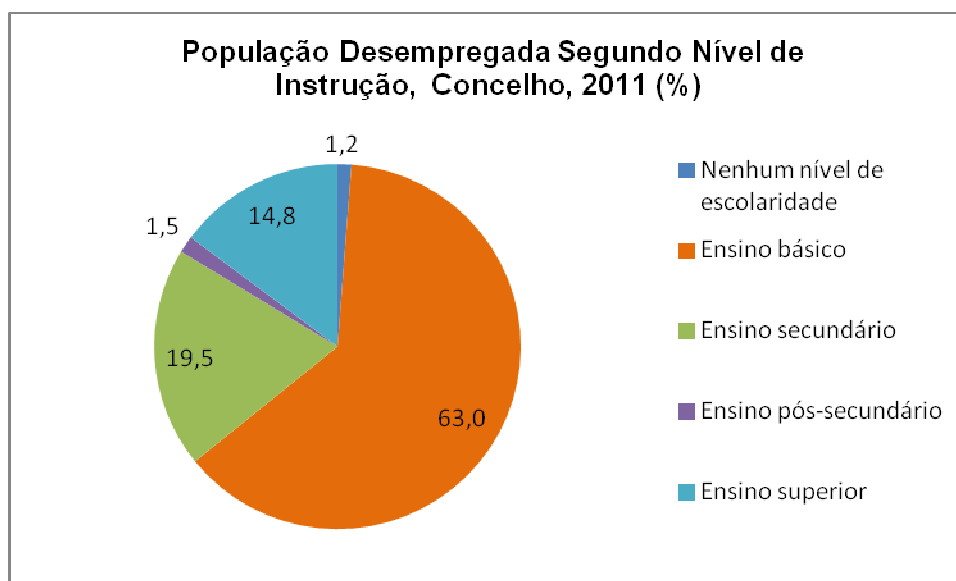
Indivíduo, com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes: a) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; b) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não; c) tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências no período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não.

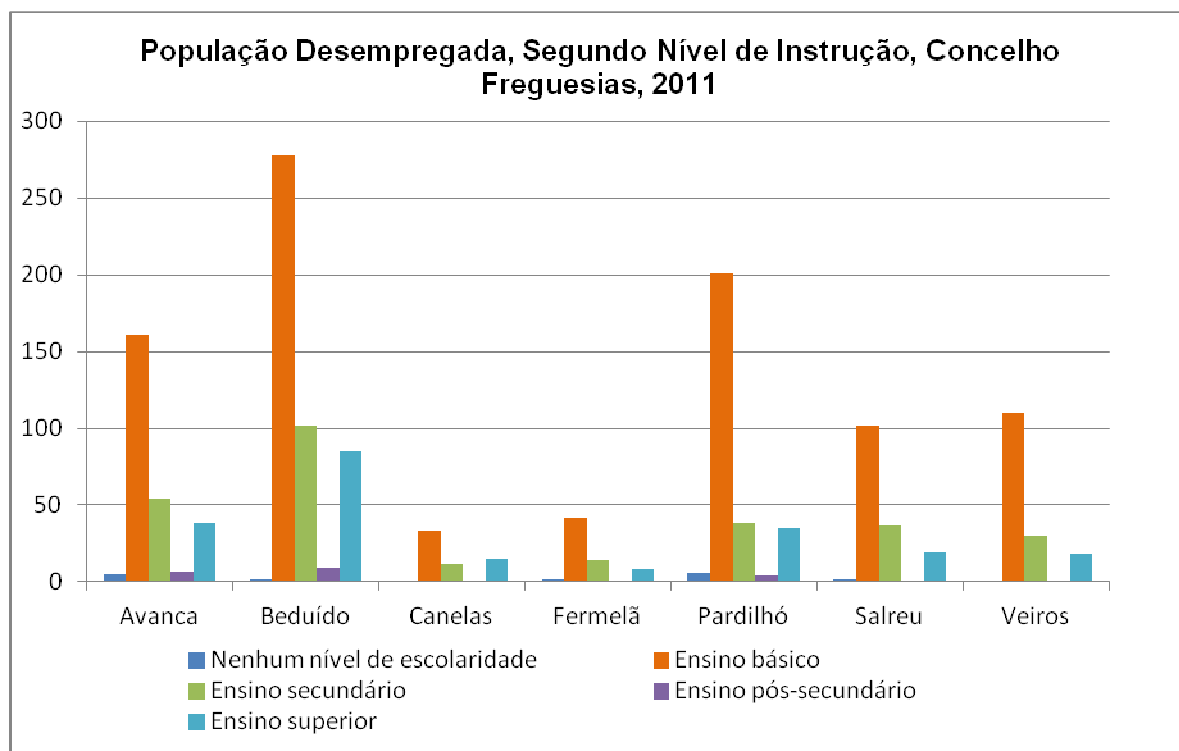
FONTE

Decenal, INE, Recenseamento da População e Habitação, Censo de 2011

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Unidade Geográfica	População desempregada (N.º) por local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade (Situação no nível); Decenal Nível de escolaridade (Situação no nível)					
	Total	Nenhum nível de escolaridade	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior
Centro	116014	1249	65100	28042	2248	19375
Baixo Vouga	21251	218	12487	4635	362	3549
Estarreja	1472	18	927	287	22	218





Análise Sumária

Em 2011, o nível de escolaridade com maior peso na população desempregada em Estarreja, é o ensino Básico (927 pessoas) que representa mais de 2/3 (62%) do total da população desempregada, relação superior à expressa na média verificada para a sub-região do Baixo Vouga (59%).

Relativamente a habilitações superiores, o peso da população desempregada cifra-se em 15% do total de desempregados, quando a média verificada para o Baixo Vouga e Região Centro foi de 17% e 18% respetivamente. O peso da população desempregada no total da população desempregada dos concelhos do Baixo Vouga é de 7%. A representatividade de desempregados sem nenhum nível de instrução ronda os 1% e encontra-se de igual forma distribuído pela população masculina e feminina (9 pessoas cada). O maior nível de instrução na população desempregada (ensino superior e secundário) verifica-se no setor da população feminina.

Ao nível das Freguesias, assiste-se ao peso mais significativo do ensino básico em Beduído e Pardilhó. O nível académico superior só ganha mais uma vez maior expressividade na população desempregada da freguesia de Beduído.

EIXO
Socioeconomia
DOMÍNIO

Estrutura Económica

ÍNDICADOR

Evolução da População Ativa Por Setores de Atividade

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

FONTE

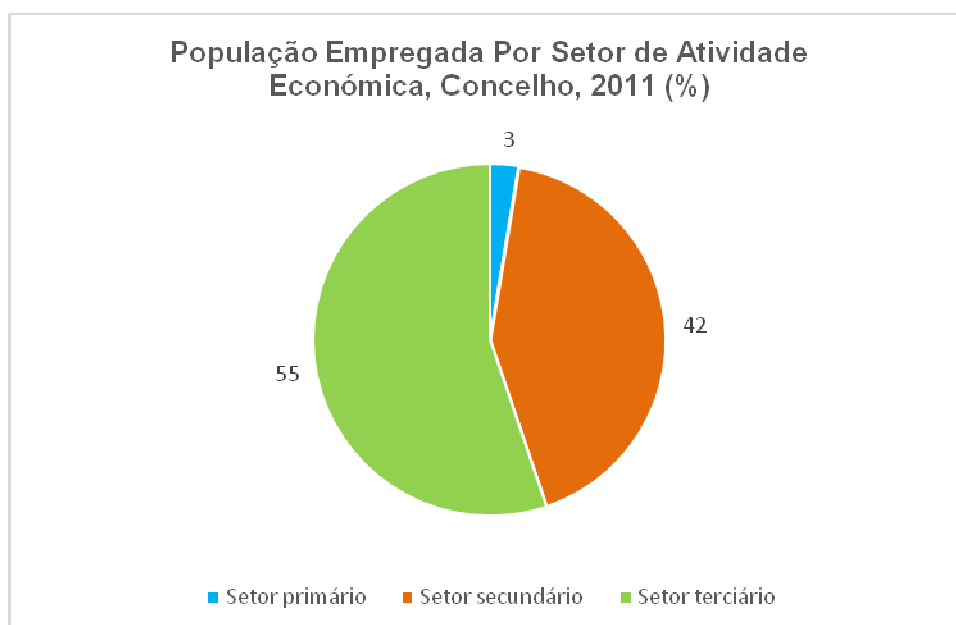
Decenal, INE, Recenseamento da População e Habitação, Censos de 1981, 1991, 2001 e 2011

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Evolução da população ativa no concelho de Estarreja por setores de atividade (1950-2011) a)

Anos	Total	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário	
		Total	%	Total	%	Total	%
1950	6 776	4 186	61,7	1 610	23,8	980	14,1
1960	8 460	3 416	40,4	3 092	36,5	1 952	23,1
1970	8 220	2 830	34,4	3 125	38,0	2 265	27,6
1981	9810	2239	22,8	4880	49,7	2691	27,4
1991	10 564	1192	11,3	5175	49,0	4197	39,7
2001	12 135	516	4,3	6011	49,5	5608	46,2
2011	11032	288	2,6	4656	42,2	6088	55,2

- a) Os dados estatísticos para 1991, 2001 e 2011 referem-se à população ativa empregada, desagregada por ramos de atividade. O valor da população ativa, no sentido lato (empregada e desempregada), não se encontra desagregado por sectores de atividade.



População empregada por local de residência, setor de atividade económica, 2011

Unidade Geográfica	População empregada por setor de atividade económica						
	Total	Setor primário	%	Setor secundário	%	Setor terciário	%
Centro	940211	35018	3,7	282800	30,1	622393	66,2
Baixo Vouga	168834	4398	2,6	63596	37,7	100840	59,7
Águeda	20999	291	1,4	10367	49,4	10341	49,2
Albergaria-a-Velha	10840	226	2,1	4847	44,7	5767	53,2
Anadia	12194	434	3,6	4867	39,9	6893	56,5
Aveiro	35791	383	1,1	10189	28,5	25219	70,5
Estarreja	11032	288	2,6	4656	42,2	6088	55,2
Ílhavo	16711	713	4,3	5086	30,4	10912	65,3
Mealhada	8972	177	2,0	2873	32,0	5922	66,0
Murtosa	3996	648	16,2	1256	31,4	2092	52,4
Oliveira do Bairro	9938	251	2,5	4128	41,5	5559	55,9
Ovar	23646	300	1,3	9596	40,6	13750	58,1
Sever do Vouga	5025	213	4,2	2339	46,5	2473	49,2
Vagos	9690	474	4,9	3392	35,0	5824	60,1

Análise Sumária

Apesar de Estarreja ser tradicionalmente um concelho agrícola, a evolução da distribuição da população ativa por setores de atividade revela, no período 1970 a 2011, uma progressiva ascensão do peso da população ativa no setor secundário e terciário, quando nas anteriores décadas era o setor primário que empregava a maior parte da população ativa. Esta evolução, de carácter geral, não pode deixar de ser relacionada com o próprio processo de crescimento económico a nível nacional, nomeadamente com o arranque da industrialização durante os anos 50.

É de salientar, também, que de 1991 para 2011 o setor primário sofreu um decréscimo de 91%. Em 2011, apenas 2,6% da população ativa empregada tinha no sector primário a sua principal atividade. O setor terciário é claramente o dominante enquanto empregador, concentrando cerca de 55% da totalidade de pessoas que se encontravam empregadas. Já o setor secundário detém um peso na ordem dos 42%, quando desde 1970 (38%) a 2001 (cerca de 50%), ocupava uma posição claramente dominante como principal setor empregador da população. Com efeito no período 2001-2011, assiste-se a um decréscimo de ativos empregados no setor secundário na ordem dos 23%. Contudo, em 2011 o peso do setor secundário no concelho (42,2%) é ainda bastante expressivo atendendo a que supera a média verificada quer para a Região Centro (30%) quer para os concelhos do agrupamento do Baixo-Vouga (37,7%).

Em termos relativos, no período 1981/1991 verificou-se um aumento de cerca de 56% de ativos afetos ao setor terciário e no período 1991/2011, registou-se um incremento de 45%. A evolução significativa deste setor no concelho ao longo das diferentes décadas foi acompanhando a tendência de terciarização que se verificava na Região Centro e em particular no Centro litoral.

EIXO
Socioeconomia
DOMÍNIO

Estrutura Económica

ÍNDICADOR

Estrutura Empresarial - Evolução

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Empresas (N.º) por localização geográfica, atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) e forma jurídica; Anual

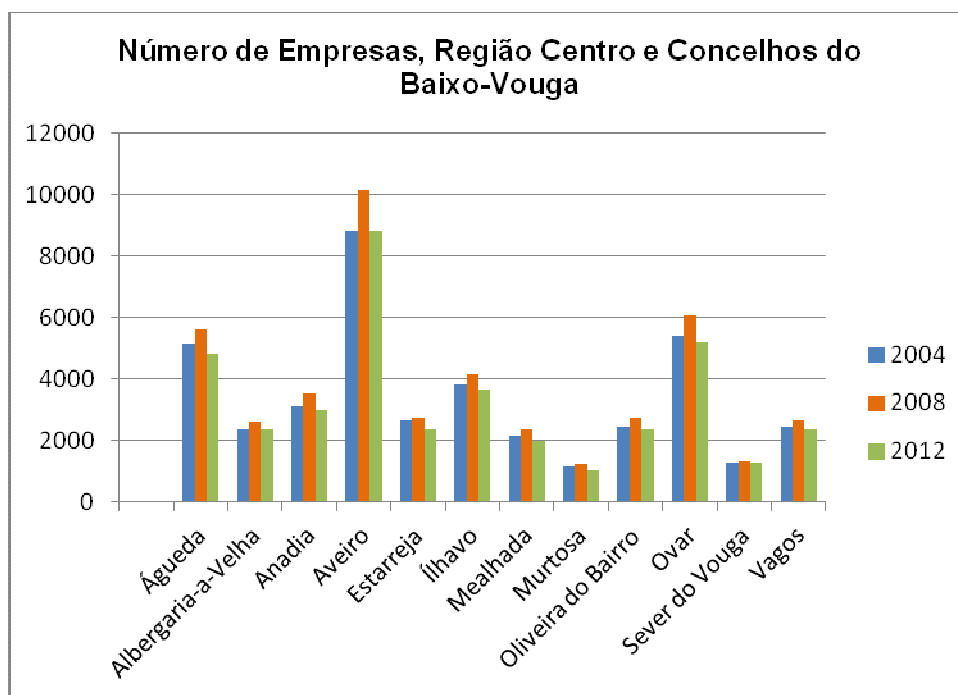
FONTE

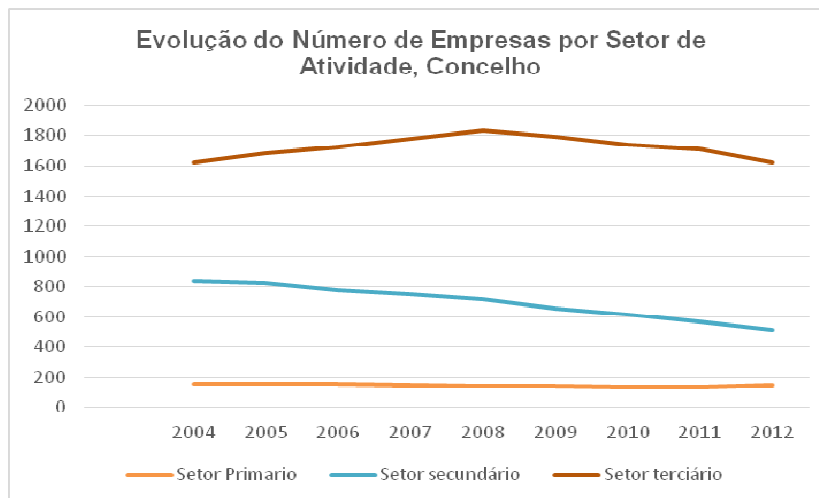
Anual, INE

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Evolução número de empresas, região centro e concelhos do Baixo-Vouga

Unidade Geográfica	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Centro	241297	248453	251684	261804	265740	257460	248071	241272	230274
Baixo Vouga	40896	42175	42747	44438	45149	43941	42105	40819	39188
Estarreja	2654	2697	2690	2720	2742	2647	2551	2482	2343





Evolução Número de empresas no Concelho por Setor de atividade, 2011

Período de referência	Total	Setor Primário	Setor secundário	Setor terciário
2004	2654	154	838	1662
2005	2697	153	828	1716
2006	2690	152	781	1757
2007	2720	146	750	1824
2008	2742	143	716	1883
2009	2647	141	657	1849
2010	2551	137	617	1797
2011	2482	138	570	1774
2012	2343	146	516	1681

Análise Sumária

Quanto à evolução da estrutura empresarial do concelho de Estarreja, regista-se entre 2004 e 2012, um decréscimo do número de empresas de cerca de 12%, equivalendo a menos 311 empresas, acompanhando a tendência decréscimo verificado quer na Região Centro (-4,6%), quer no Baixo Vouga (-4,2%), para a diminuição do número de empresas, pese embora nestas unidades territoriais e em termos relativos com expressão inferior. Mas só a partir de 2008 é que a estrutura empresarial começa a sofrer continuamente uma diminuição do quantitativo de empresas, circunstância que se generaliza para a Região Centro e Concelhos do Baixo-Vouga.

Em 2012, contabilizavam-se 2343 empresas no concelho de Estarreja, as quais correspondiam a cerca de 6% do total de empresas existentes no Baixo-Vouga e a 1% do total de empresas da Região Centro. Do total de empresas em 2012, mais de dois terços pertenciam à atividade terciária (72%), quase um quarto das empresas estavam afetas ao setor secundário (22%) e apenas 6% do total de empresas se relacionavam com o setor primário.

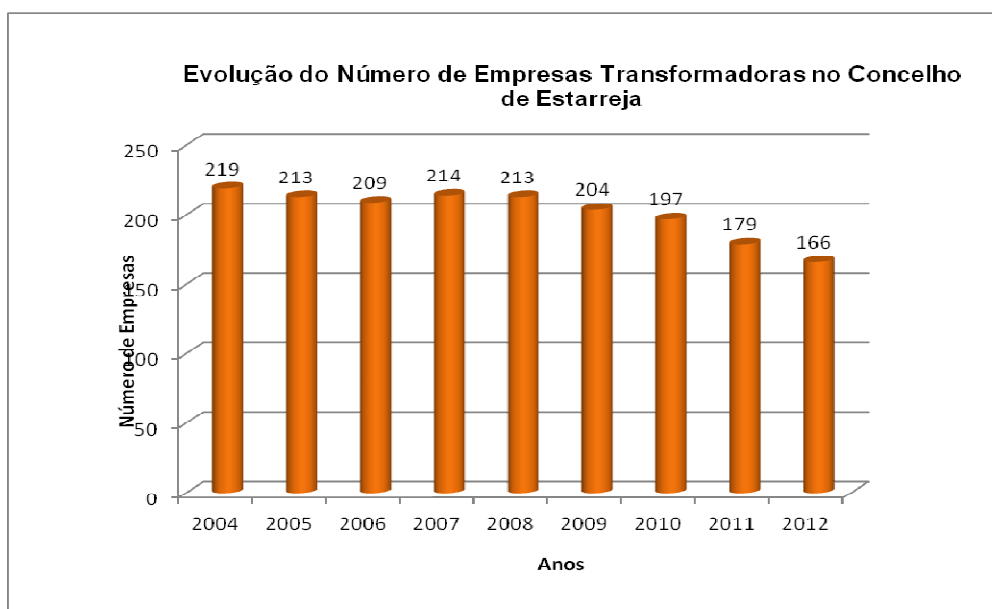
EIXO	Socioeconomia
DOMÍNIO	Estrutura Económica
ÍNDICADOR	Estrutura Empresarial - Evolução Número de Empresas na Indústria Transformadora

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Empresas (N.º) por localização geográfica, atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3).

FONTE Anual - INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA



Análise Sumária

No período compreendido entre 2004 e 2012, Estarreja perdeu 53 empresas de indústria Transformadora. No período em apreço assiste-se ainda a um ligeiro aumento do número de empresas entre os anos 2006-2007, de cerca 2,4% (mais 5 empresas). Em 2014, as 219 empresas de indústria transformadora representavam cerca de 26% do total de empresas do setor secundário. Em 2012 essa relação era de 32% do total de empresas do concelho relativas ao setor secundário, como resultado da diminuição do total de empresas neste sector.

EIXO
Socioeconomia
DOMÍNIO

Estrutura Económica

ÍNDICADOR

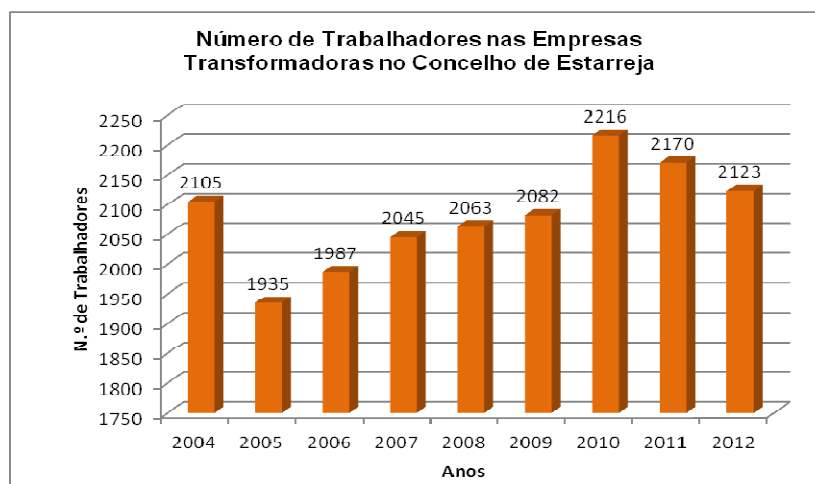
Estrutura Empresarial- Pessoal ao Serviço

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Pessoal ao serviço (N.º) das empresas de indústria transformadora por localização geográfica e atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)

FONTE

Anual, INE

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Análise Sumária

No período 2004 a 2012, o número de trabalhadores na indústria transformadora aumentou cerca de 1%, correspondendo a mais 18 trabalhadores neste ramo de atividade, quando no mesmo período se assiste a uma diminuição do número de empresas, evidenciando uma eventual reestruturação na dimensão média do número de trabalhadores por empresa. De facto se em 2004 a dimensão média era de 10 trabalhadores/empresa, em 2012 passa para 13, sem contudo alterar a ideia de que a estrutura empresarial no setor da indústria transformadora assenta em pequenas e médias empresas (<100 trabalhadores/empresa). Entre 2004 e 2005, regista-se um decréscimo de 8% (menos 170 trabalhadores) no número de pessoal ao serviço em empresas do ramo da indústria transformadora. No mesmo período essa redução foi acompanhada pelo desaparecimento de 6 empresas. Contudo, a partir de 2005 o número de pessoal ao serviço nas empresas cresce de forma lenta e gradual ascendendo em 2010 a mais 281 trabalhadores. Registe-se no período 2005/2006 a criação do Eco Parque empresarial de Estarreja – apto para ir acolhendo (solo industrial infraestruturado), empresas diversificadas e empresas reestruturadas. De 2010 a 2012, o número de trabalhadores volta a decrescer, acompanhando também o decréscimo do número de empresas, provável consequência da conjuntura socio económica instalada e da procura de novos mercados.

EIXO	Socioeconomia
DOMÍNIO	Estrutura Económica
ÍNDICADOR	Volume de Negócios (€) das Empresas por Localização Geográfica e Atividade Económica (Divisão - CAE Rev. 3);

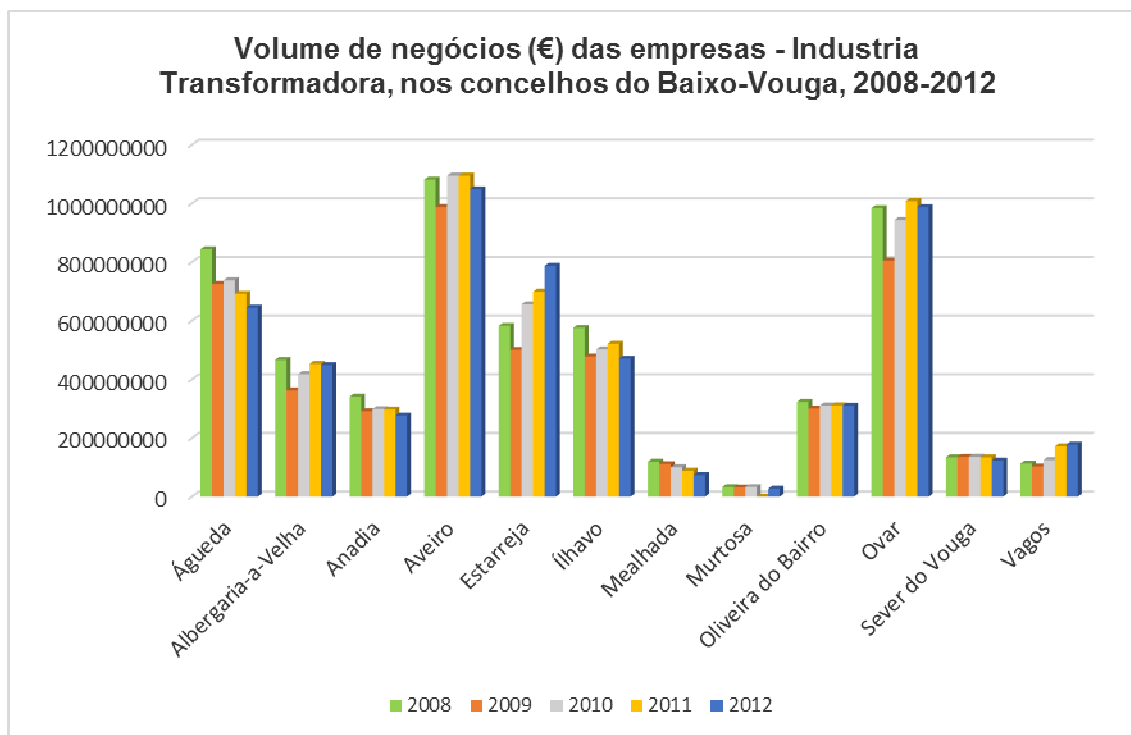
DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Quantia líquida das vendas e prestações de serviços (abrangendo as indemnizações compensatórias) respeitantes às atividades normais das entidades, consequentemente após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado nem outros impostos diretamente relacionados com as vendas e prestações de serviços. Na prática, corresponde ao somatório das contas 71 e 72 do Plano Oficial de Contabilidade.

FONTE	Anual, INE
DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA	

Volume de negócios (€) das empresas por localização geográfica, na indústria transformadora (2008-2012)

Unidade Geográfica	2008	2009	2010	2011	2012
	€	€	€	€	€
Centro	18217861448	15959789613	17460549651	18512633749	17886750930
Baixo Vouga	5597287740	4832486134	5357727510		5375713112
Águeda	843692155	725339512	737967539	691939745	644730677
Albergaria-a-Velha	466095374	362522708	418110495	453119815	448975514
Anadia	341432059	291835015	298927495	297130345	276357674
Aveiro	1081278736	987568665	1095146441	1095172170	1048479997
Estarreja	582737401	500623398	656234890	699254579	787046944
Ílhavo	575716350	477797685	502378480	521386376	470727507
Mealhada	119091207	111035668	100285364	88464061	73736420
Murtosa	32807572	31290036	32952088		27386061
Oliveira do Bairro	323368068	300812378	311061805	311810867	310262367
Ovar	983883535	805302730	943619681	1008373363	987306227
Sever do Vouga	134192350	135568919	135966094	134248245	123131693
Vagos	112992933	102789420	125077138	171310375	177572031



Análise Sumária

No período 2008-20012 assistiu-se à diminuição do número de empresas relacionadas com o ramo de indústria Transformadora, (menos 47 empresas). Não obstante tal facto, o volume total de negócios das empresas localizadas no concelho de Estarreja, revela para o mesmo período um incremento significativo na ordem dos 35%. Este aumento corresponde a um crescimento do volume gerado na indústria transformadora de cerca de 200 milhões de euros (204 309 543€), traduzindo dinâmica e vitalidade da estrutura empresarial do concelho, a qual se evidencia de forma significativa da evolução registada nos restantes concelhos da região do Baixo-Vouga à exceção de Aveiro e Ovar.

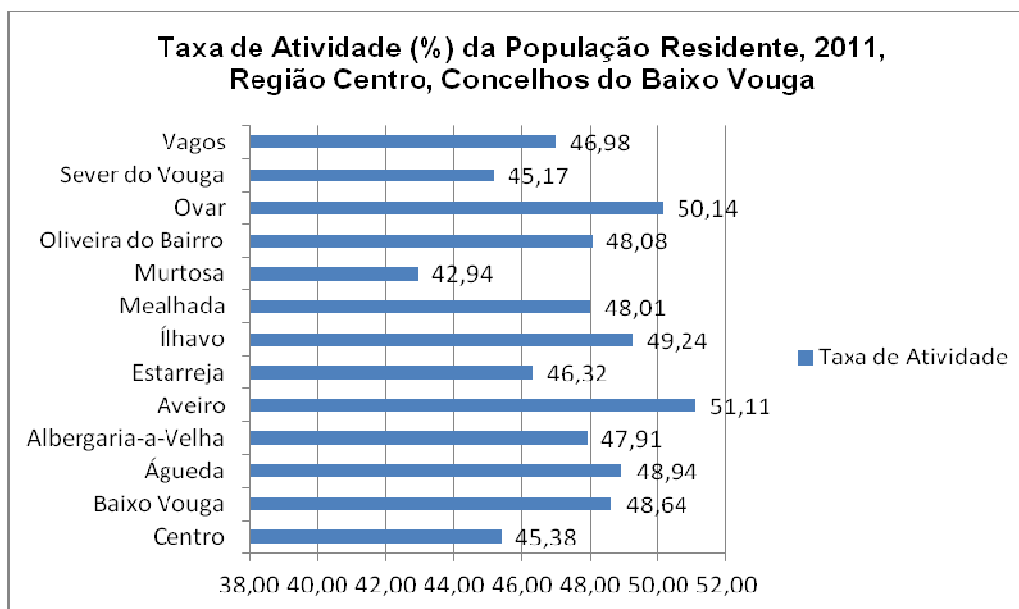
EIXO	Socioeconomia
DOMÍNIO	Estrutura Económica
ÍNDICADOR	Taxa de Atividade (%) da População Residente

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Taxa que permite definir o peso da população ativa sobre o total da população. (População ativa/ População residente) *100.

FONTE Decenal, INE Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação (Censos 2011)

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA



Análise Sumária

No ano de 2011 o concelho de Estarreja apresentava uma taxa de atividade de 46,3%, isto é, por cada 100 pessoas residentes no concelho, 46 pessoas correspondiam a ativos, indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

A taxa de atividade nesse ano encontra-se acima da média registada para a Região Centro (45,3%) e abaixo da verificada para a região do Baixo-Vouga (48,6%). Comparativamente com os restantes concelhos do Baixo-Vouga, regista-se que Estarreja apresenta uma taxa de atividade superior à da Murtosa, Sever de Vouga e Vagos.

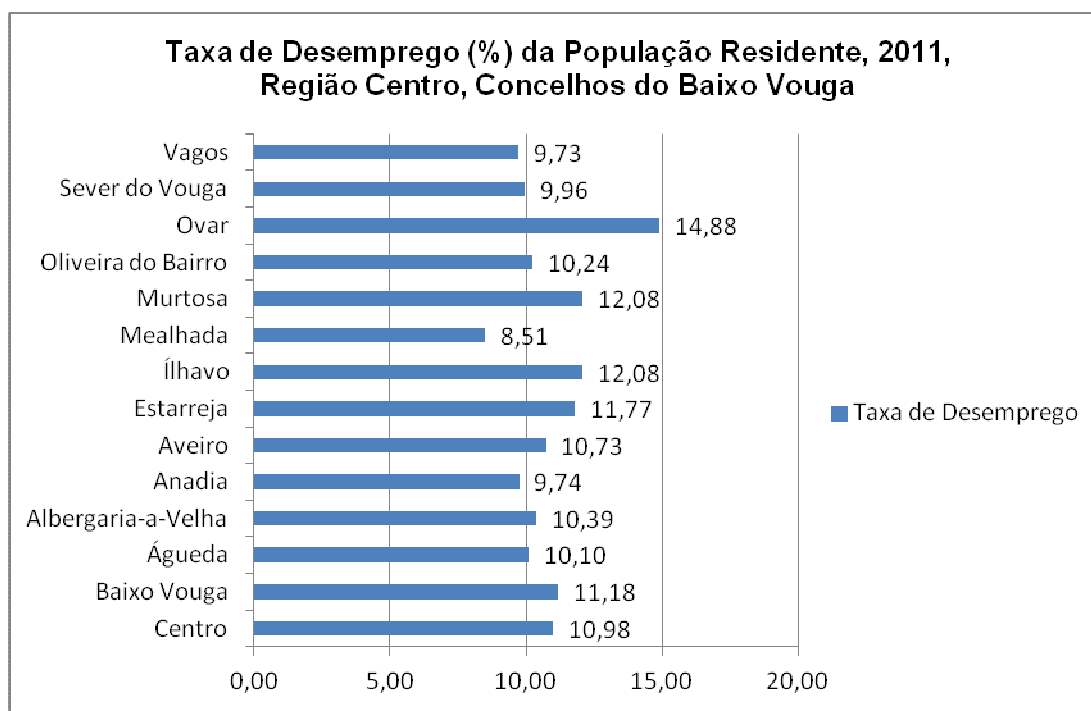
EIXO	Socioeconomia
DOMÍNIO	Estrutura Económica
ÍNDICADOR	Taxa de Desemprego

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa. (População desempregada/ População ativa) *100

FONTE Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA



Análise Sumária

No ano de 2001 o concelho de Estarreja apresentava uma taxa de desemprego de 11,7%, isto é, por cada 100 ativos, cerca de 12 encontravam-se em situação de desemprego. A taxa de desemprego nesse ano, apresenta-se ligeiramente superior à registada para a Região Centro e Região do Baixo-Vouga, com um registo de 11% na taxa de desemprego. Comparativamente com os restantes concelhos da Região do Baixo-Vouga, Estarreja detém uma taxa de desemprego, inferior a Ovar, a Murtosa e Ílhavo.

EIXO
Socioeconomia
DOMÍNIO

Estrutura Económica – Oferta Turística

ÍNDICADOR

Evolução da Capacidade de Alojamento

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

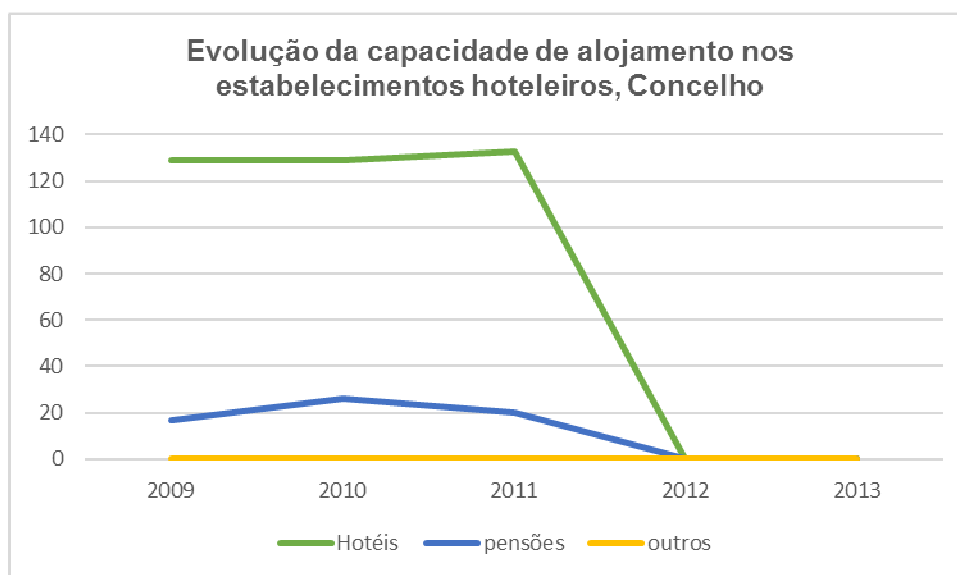
Número máximo de indivíduos que os estabelecimentos podem alojar num determinado momento ou período, sendo este determinado através do número de camas existentes e considerando como duas as camas de casal.

FONTE

Anual, INE/ CME

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA
Evolução da capacidade de alojamentos nos estabelecimentos hoteleiros- tipologia hotéis

Unidade Geográfica	2009	2010	2011	2012	2013
Centro	23859	25541	28404	29934	31060
Baixo Vouga	2997	3428	3569	3654	3815



Evolução da capacidade de alojamentos nos Estabelecimentos hoteleiros, Concelho

Estarreja	2009	2010	2011	2012	2013
Hotéis	129	129	133	0	0
Pensões	17	26	20	0	0
Outros	0	0	0	0	0
Total	146	155	153	0	0

Fonte: INE, 2011

Oferta dos empreendimentos turísticos, concelho

Empreendimentos turísticos	Nº de empreendimentos	Capacidade 2014
Estabelecimentos Hoteleiros Hotéis	1	129
Alojamento Local	3	36
Empreendimento de turismo de habitação	1	-
Parque de Caravanismo	2	-
Total	7	165

Fonte: Câmara Municipal de Estarreja
(Subunidade Administrativa de Obras Particulares), 2014

Análise Sumária

A evolução da capacidade de alojamento existente no Concelho traduzida pelos valores dos inquéritos do INE, aponta para a inexistência de oferta e acolhimento neste setor a partir de 2011, ano em que se regista uma oferta de 153 camas no total de estabelecimentos hoteleiros.

A realidade nesta área é diferente da registada, uma vez que Estarreja dispõe de um 1 Hotel de 4 estrelas com uma capacidade de 129 camas, de 3 estabelecimentos de alojamento local que conjuntamente têm uma oferta de 36 camas. Assim no ano de 2014, regista-se uma oferta total de 165 camas.

EIXO
Socioeconomia
DOMÍNIO

Estrutura Económica – Oferta Turística

ÍNDICADOR

 Evolução do Número de Dormidas Registadas nos Estabelecimentos
Hoteleiros do Concelho

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Permanência de um indivíduo num estabelecimento que fornece alojamento, por um período compreendido entre as 12 horas de um dia e as 12 horas do dia seguinte.

FONTE

Anual, INE. INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria (2009-2013)

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Evolução do número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros					
Unidade Geográfica	2009	2010	2011	2012	2013
Centro	3747517	3884548	4043543	3767924	3735463
Baixo Vouga	491229	488441	467871	456049	464202
Águeda	20688	22262	13684	10906	16913
Albergaria-a-Velha	12681	10423	8968	10573	9292
Anadia	72925	73257	61873	56305	52729
Aveiro	200873	194328	190587	183790	191785
Estarreja					
Ílhavo	33937	32568	30975	28230	29948
Mealhada	60091	64953	64652	68205	64907
Murtosa	15740	13461	11482	12412	13423
Oliveira do Bairro					
Ovar	37858	45355	46355	46408	53849
Sever do Vouga					
Vagos					

Análise Sumária

Não existe registo de dados.

EIXO
Socioeconomia
DOMÍNIO

Estrutura Económica – Oferta Turística

ÍNDICADOR

Estadia Média nos Estabelecimentos Hoteleiros do Concelho

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Relação entre o número de dormidas e o número de hóspedes que deram origem a essas dormidas, no período de referência, na perspetiva da oferta: Número de dormidas/ Número de hóspedes que deram motivo a essas dormidas

FONTE

Anual, INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria (2009-2013)

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA
Evolução da estadia média nos estabelecimentos hoteleiros

Unidade Geográfica	2009	2010	2011	2012	2013
Centro	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8
Baixo Vouga	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7
Águeda	1,5	1,4	1,6	1,6	1,7
Albergaria-a-Velha	1,1	1	1	1	1
Anadia	2	1,9	2	1,8	1,8
Aveiro	1,8	1,8	1,8	1,8	1,7
Estarreja					
Ílhavo	2,1	1,8	1,8	1,9	1,9
Mealhada	1,6	1,6	1,6	1,5	1,5
Murtosa	1,8	1,7	1,7	1,9	2
Oliveira do Bairro					
Ovar	1,3	1,4	1,5	1,5	1,6
Sever do Vouga					
Vagos					

Análise Sumária

Não existe registo de dados.

4.2.2. Eixo - Povoamento

Domínio: Habitação

- Evolução dos Edifícios
- Estrutura Etária dos Edifícios
- Densidade dos Edifícios na Cidade Estarreja
- Evolução - Pisos Por Edifício (2001 e 2011); Pavimentos Por Edifício (2010-2013)
- Edifícios Por Escalão de Dimensão dos Alojamentos
- Evolução dos Alojamentos Familiares Clássicos
- Alojamentos Familiares Clássicos Segundo a Forma de Ocupação
- Alojamentos Familiares Ocupados
- Alojamentos Vagos

Domínio: Pressão Urbanística

- Número de Pedidos de Operações Urbanísticas Por Tipo de Operação (2005-2010)
- Número de Pedidos de Operações Urbanísticas Por Tipo de Construção
- Número e Área de Pedidos de Parecer de Utilizações Não Agrícolas de Áreas Integradas na Reserva Agrícola Nacional (RAN)

EIXO
Povoamento
DOMÍNIO

Habitação

ÍNDICADOR

Evolução dos Edifícios

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Construção independente, coberta, limitada por paredes exteriores ou paredes meias que vão das fundações à cobertura, destinada a servir de habitação (com um ou mais alojamentos/fogos) ou outros fins.

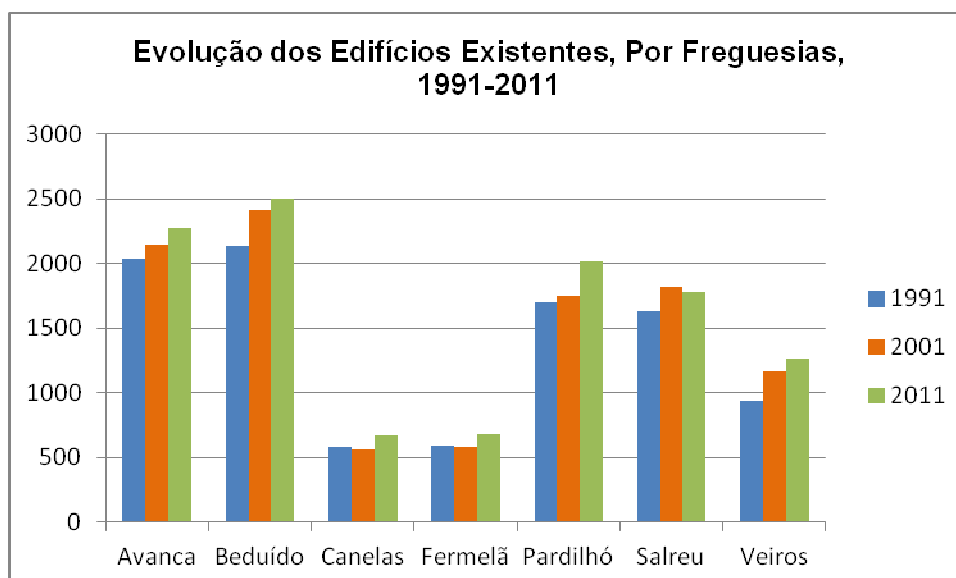
FONTE

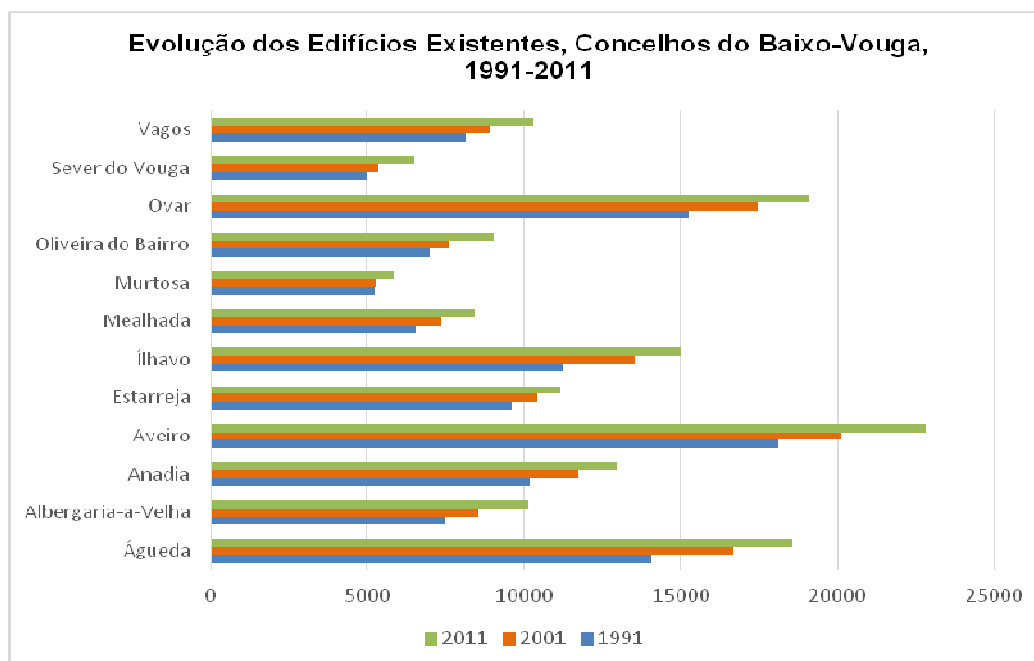
Decenal, INE, Censos - séries históricas

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Edifícios existentes, concelho e freguesias, 1991 a 2011

Unidade Geográfica	Total de edifícios			Var.% 91/2001	Var.% 2001/2011
	1991	2001	2011		
	N.º	N.º	N.º		
Estarreja	9608	10424	11181	8,5	7,3
Avanca	2034	2144	2274	5,4	6,1
Beduído	2137	2409	2502	12,7	3,9
Canelas	581	559	675	-3,8	20,8
Fermelã	591	585	677	-1,0	15,7
Pardilhó	1696	1747	2012	3,0	15,2
Salreu	1632	1816	1780	11,3	-2,0
Veiros	937	1164	1261	24,2	8,3





Unidade Geográfica	Total de edifícios		
	1991	2001	2011
	N.º	N.º	N.º
Centro	912108	992321	1111952
Baixo Vouga	117918	133042	149921

Análise Sumária

De acordo com os resultados definitivos dos Censos de 2011, Estarreja contava já com 11181 edifícios, ou seja mais 757 edifícios face ao registado em 2001 (10424 edifícios). O total de edifícios existentes em 2011, representava cerca de 9,5% do total de edifícios do agrupamento do Baixo-Vouga e ainda no contexto do agrupamento de concelhos, Estarreja apresenta-se como o sexto concelho com maior número de edifícios em 2011, situação que aliás se mantém desde 1991. Em termos absolutos o acréscimo do número de edifícios verificado no período 1991-2001 (mais 816 edifícios), revela uma maior dinâmica construtiva em relação ao segundo período intercensitário. Na globalidade de 1991 a 2011, assiste-se a um incremento de 16% de edifícios existentes, correspondendo a mais 1573 edifícios.

Numa análise à escala da Freguesia, verifica-se que no período 2001-2011, a dinâmica construtiva foi mais acentuada em Canelas, Fermelã e Pardilhó, que registaram incrementos em termos relativos, na ordem dos 21%, 16% e 15% respetivamente. Canelas e Fermelã revelam-se como as freguesias que conseguem inverter, nesta última década, o decréscimo verificado no período anterior (91/2001), de cerca de 4% e 1 %, respetivamente. Entre 2001 e 2011, a freguesia de Salreu é a única que apresenta uma variação negativa no número total de edifícios (2%).

Em 2011, as Freguesias de Beduído (sede de concelho), Avanca e Pardilhó, concentravam mais de 2/3 do total de edifícios existentes no Concelho.

EIXO
Povoamento
DOMÍNIO

Habituação

ÍNDICADOR

Estrutura Etária dos Edifícios

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Período que pode corresponder à construção do edifício propriamente dita, à construção da parte principal do edifício (quando diferentes partes de um edifício correspondem a épocas distintas) ou à reconstrução do edifício que sofreu transformação completa.

FONTE

Decenal, INE, Censos - séries históricas

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Unidade Geográfica	Edifícios (N.º) por época de construção					
	Época de construção					
	Total	Antes de 1919	1919 - 1945	1946 - 1970	1971 - 1990	1991 - 2011
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Estarreja	11181	723	878	2634	4037	2909

Análise Sumária

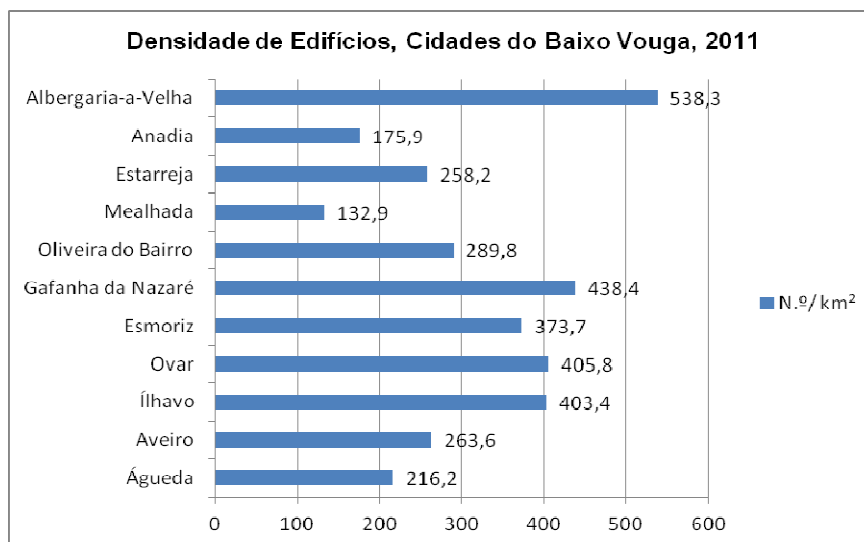
Constata-se a existência de uma fraca renovação do parque habitacional, uma vez que cerca de 7% dos edifícios presentes no concelho têm mais de 90 anos e 38% dos edifícios foram construídos até 1970. Em 2011, cerca de 68% dos edifícios tinham mais de 70 anos. O período mais significativo, em termos de construção, incidiu na década de 70, resultante, na maior parte dos casos, de investimentos de emigrantes.

EIXO
Povoamento
DOMÍNIO
Habitação
ÍNDICADOR
Densidade dos Edifícios na Cidade Estarreja
DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Edifícios/ Área (Número/ Quilómetro quadrado)

FONTE

Decenal, INE, Recenseamento da População e Habitação

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA


Unidade Geográfica	N.º/ km²
Centro (cidades)	168,4
Baixo Vouga (cidades)	47

Análise Sumária

Na cidade de Estarreja, em 2011, a densidade habitacional era de 258 edifícios por km². No contexto das cidades do Baixo-Vouga, Estarreja apresenta uma densidade de edifícios superior à de Anadia, Mealhada e Águeda, encontrando ainda muito próxima da média registada para as cidades do Centro (168,4 edifícios/km²) e muito acima da média para as cidades do Baixo-Vouga (47 edifícios/km²).

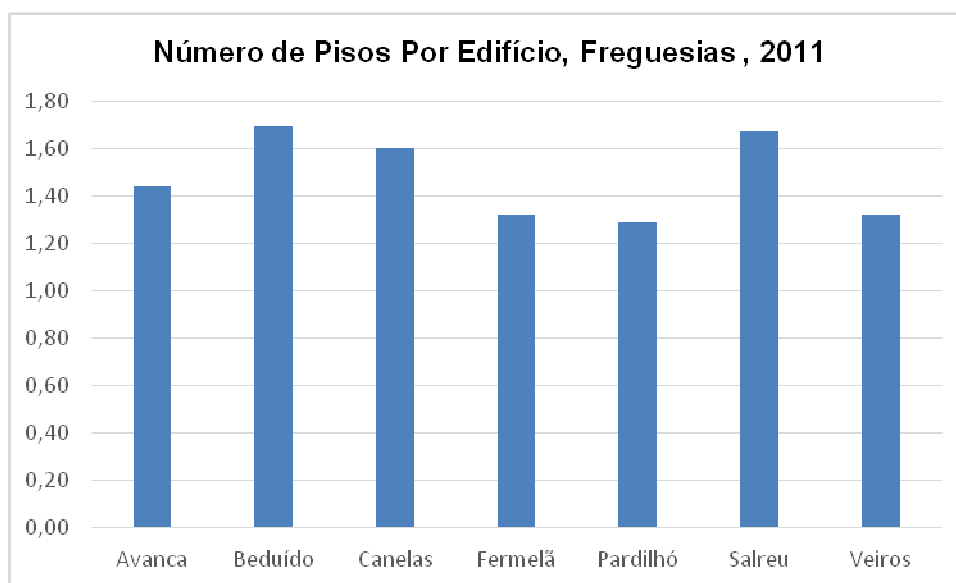
EIXO	Povoamento
DOMÍNIO	Habitação
ÍNDICADOR	Evolução - Pisos Por Edifício (2001 e 2011); Pavimentos Por Edifício (2010-2013)

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Pisos por edifício e pavimento por edifício concluído (N.º) em construções novas para habitação familiar onde a obra, reúne condições físicas para ser habitada ou utilizada independentemente de ter sido ou não concedida a licença ou autorização de utilização.

FONTE Decenal, INE, Recenseamento da População e Habitação (2011) / Anual, INE, Estatísticas das Obras Concluídas

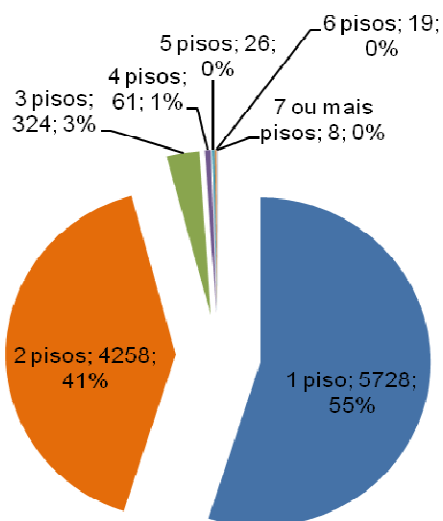
DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA



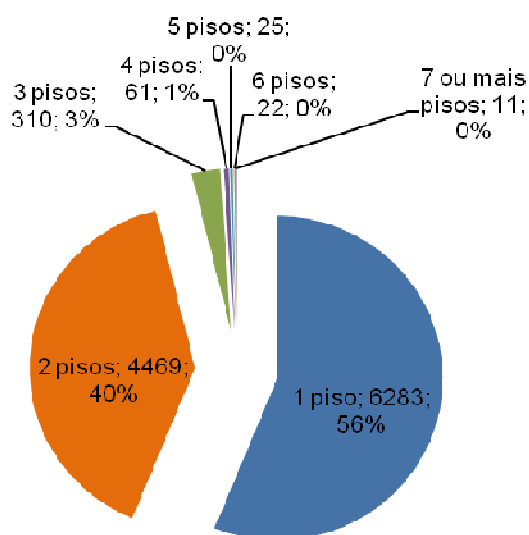
Pisos por edifício

Unidade Geográfica	Nº Pisos/edifício
Centro	1,80
Baixo Vouga	1,70
Estarreja	1,50

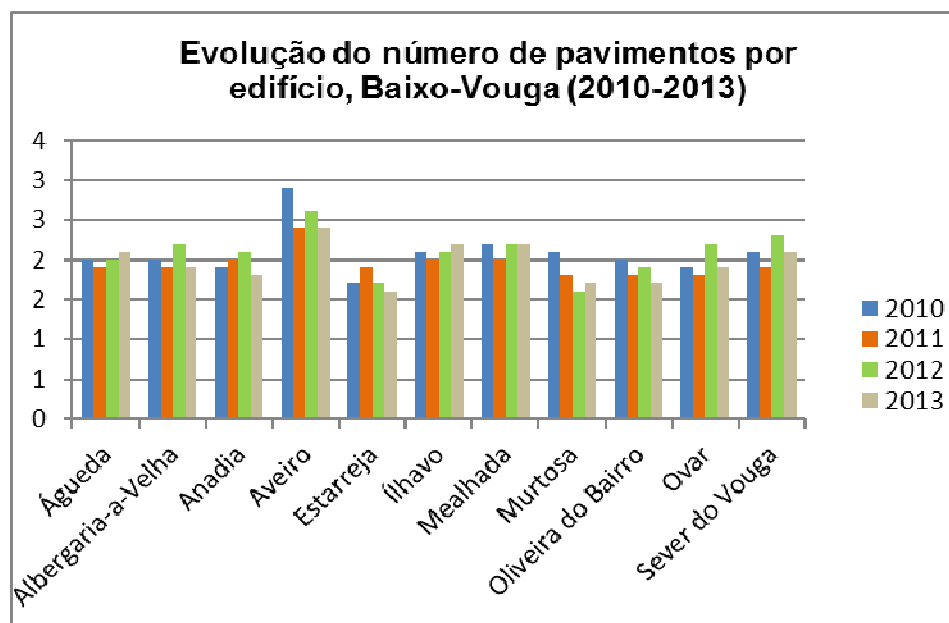
Número e Percentagem de Edifícios Segundo a Dimensão de Pisos, Concelho, 2001



Número e Percentagem de Edifícios Segundo a Dimensão de Pisos, Concelho, 2011



Unidade Geográfica	Pavimentos por edifícios concluídos			
	2010	2011	2012	2013
	N.º	N.º	N.º	N.º
Centro	2,2	2,1	2,2	2,1
Baixo Vouga	2,1	2	2,1	2
Águeda	2	1,9	2	2,1
Albergaria-a-Velha	2	1,9	2,2	1,9
Anadia	1,9	2	2,1	1,8
Aveiro	2,9	2,4	2,6	2,4
Estarreja	1,7	1,9	1,7	1,6
Ílhavo	2,1	2	2,1	2,2
Mealhada	2,2	2	2,2	2,2
Murtosa	2,1	1,8	1,6	1,7
Oliveira do Bairro	2	1,8	1,9	1,7
Ovar	1,9	1,8	2,2	1,9
Sever do Vouga	2,1	1,9	2,3	2,1



Análise Sumária

De acordo com os dados do INE, em 2011 o número de pisos médio por edifício no concelho de Estarreja, mantém-se nos cerca de 1,5 pisos, próximo da média também característica dos concelhos da Região Centro e Baixo-Vouga. A tipologia habitacional predominante não pode estar dissociada do sistema de minifúndio, característico deste território (características rurais/litorais), onde as habitações são geralmente moradias unifamiliares. Em Estarreja, dos 11181 edifícios existentes relativos à informação do último recenseamento, 56% (6283), correspondiam a edifícios com um pavimento, facto que não vem constituir nenhuma mudança, face ao ano de 2001 (55% dos edifícios diziam respeito a edifícios com um pavimento). Em 2001 e em 2011, os edifícios com um ou dois pisos concentravam 96% do total de edifícios existentes respetivamente para cada ano em análise. Contudo, registam-se algumas mudanças, designadamente o aumento de mais 211 edifícios em 2011 com dois pisos e o aumento do número de edifícios com 6 pisos e com 7 pisos ou mais que no total perfazem mais 6 edifícios. De acordo com os dados anuais, 2010-2013, o número de pavimentos por edifícios concluído para habitação familiar, no concelho de 1,7 pisos, mantém-se praticamente inalterável, à exceção do ano de 2011, onde se encontrava muito próximo dos dois pisos. Na Região Centro e Baixo-Vouga, os dados anuais de 2010 a 2013, revelam a predominância de edifícios novos com dois pisos.

EIXO	Povoamento
DOMÍNIO	Habitação
ÍNDICADOR	Edifícios Por Escalão de Dimensão dos Alojamentos

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Número de alojamentos/fogos por edifício.

FONTE	Decenal, INE, Recenseamento da População e Habitação (2011)
--------------	---

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Edifícios segundo o nº de alojamentos, Concelho e freguesias

Unidade Geográfica	Total	1 alojamento	2 alojamentos	3 alojamentos	4 alojamentos	5 - 9 alojamentos	10 - 15 alojamentos	16 ou mais alojamentos
Estarreja	11181	10612	319	50	47	115	28	10
Avanca	2274	2150	80	16	8	20	0	0
Beduído	2502	2210	125	19	31	80	27	10
Canelas	675	657	17	1	0	0	0	0
Fermelã	677	674	2	0	1	0	0	0
Pardilhó	2012	1958	35	5	2	12	0	0
Salreu	1780	1723	40	9	4	3	1	0
Veiros	1261	1240	20	0	1	0	0	0

Edifícios segundo o nº de alojamentos, Região Centro e Baixo-Vouga

Unidade Geográfica	Total	1 alojamento	2 alojamentos	3 alojamentos	4 alojamentos	5 - 9 alojamentos	10 - 15 alojamentos	16 ou mais alojamentos
Centro	1111952	1029542	35835	8026	7540	21325	6861	2823
Baixo Vouga	149921	137415	4852	1057	1330	3821	1043	403

Análise Sumária

Em Estarreja e segundo os resultados do último censo da população e habitação, a esmagadora maioria dos edifícios, 95%, eram constituídos apenas por um alojamento/fogo. Os edifícios com 2 alojamentos representam cerca de 3% do total de edifícios presentes. Os edifícios multifamiliares com 3 e 4 alojamentos já só têm expressão na sede de Concelho (Beduído), ainda que a freguesia de Avanca, com características mais urbanas, também detenha cerca de 12% dos edifícios existentes no concelho com 3 alojamentos. À medida que se vai alargando o universo do número de alojamentos, evidencia-se a freguesia de Beduído, que não só concentra 70% dos edifícios multifamiliares com 5 a 9 alojamentos, como também apresenta-se como a única que regista 10 edifícios com 16 ou mais alojamentos, os quais representam 100% no total de todo o concelho. Canelas, apresenta-se como a única freguesia cuja estrutura urbana orgânica não absorve nenhum edifício com mais de 3 alojamentos. As restantes freguesias de características rurais, oscilam entre 1 a 4 edifícios multifamiliares com mais de 3 alojamentos. A representatividade de edifícios com 1 e 2 fogos é também presente nas características dos territórios da Região Centro e Baixo-Vouga, com valores percentuais de 96% e 95% respetivamente sobre o total de edifícios.

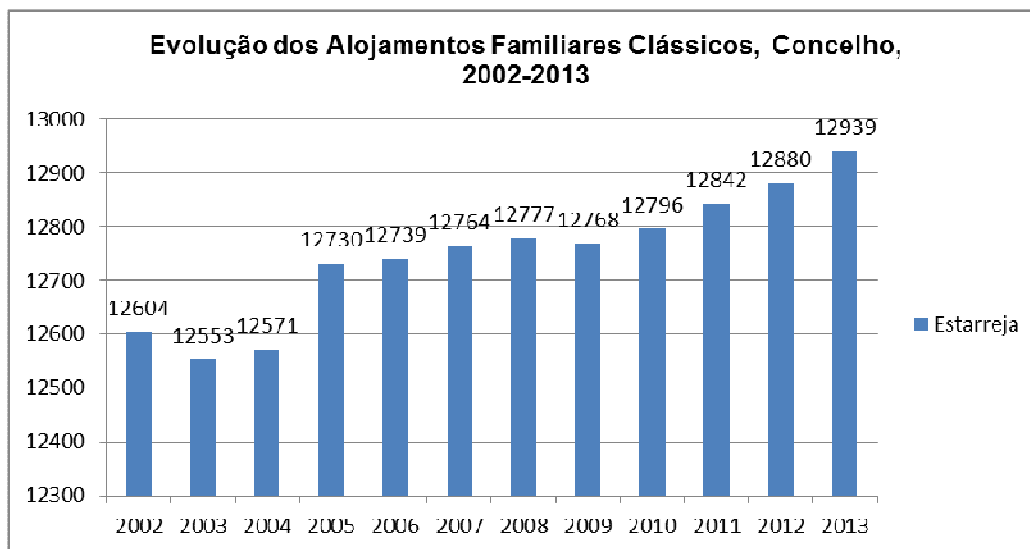
EIXO	Povoamento
DOMÍNIO	Habitação
ÍNDICADOR	Evolução dos Alojamentos Familiares Clássicos

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Alojamento Familiar Clássico - local distinto e independente, constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente, ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural), que considerando a maneira como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado se destina a servir de habitação, normalmente, apenas de uma família/agregado doméstico privado.

FONTE Anual, INE, Estatísticas das Obras Concluídas (2001-2013)

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA



Análise Sumária

Constata-se, em Estarreja, algumas oscilações entre incrementos e decréscimos no número de alojamentos familiares clássicos, fundamentalmente nos anos 2002 a 2004. Posteriormente assiste-se nos quatros anos subsequentes (até 2008) a uma variação positiva quase residual na ordem dos 0,1%. Entre 2008 e 2009 regista-se um decréscimo que não atinge os 0,1%. A partir de 2009 até 2013, o crescimento no número de alojamentos apresenta-se muito lento, traduzido em cerca de 3% que corresponde a um aumento de 171 alojamentos. No cômputo geral o parque habitacional entre 2002 e 2013, sofre um adensamento apenas de 335 alojamentos.

EIXO	Povoamento
DOMÍNIO	Habituação
ÍNDICADOR	Alojamentos Familiares Clássicos Segundo a Forma de Ocupação

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

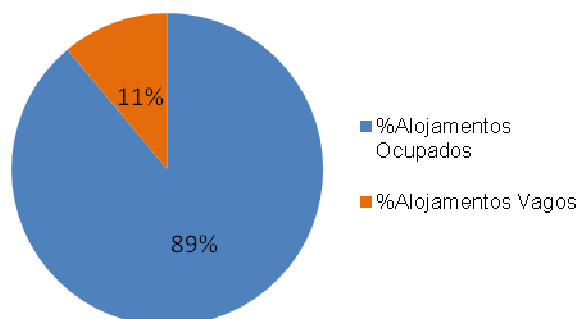
Evolução dos alojamentos familiares clássicos tipificados em ocupados e vagos.

FONTE Decenal, INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001 e 2011

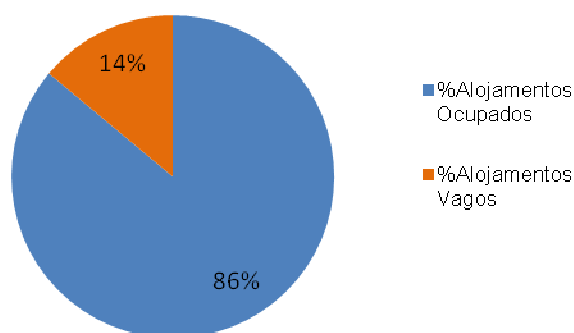
DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Evolução dos alojamentos familiares clássicos segundo a forma de ocupação								
Unidade Geográfica	Total 2001	Total 2011	Alojamentos ocupados 2001	Alojamentos ocupados 2011	Var.% 2001/2011	Alojamentos vagos 2001	Alojamentos vagos 2011	Var.% 2001/2011
Estarreja	11661	12798	10373	11014	6,2	1288	1784	38,5
Avanca	2277	2517	2139	2280	6,6	138	237	71,7
Beduído	3334	3632	2916	3045	4,4	418	587	40,4
Canelas	575	694	553	597	8,0	22	97	340,9
Fermelã	599	682	579	595	2,8	20	87	335,0
Pardilhó	1845	2121	1607	1854	15,4	238	267	12,2
Salreu	1853	1871	1537	1569	2,1	316	302	-4,4
Veiros	1178	1281	1042	1074	3,1	136	207	52,2

Alojamentos Familiares Clássicos, Segundo a Forma de Ocupação, Concelho, 2001 (%)



Alojamentos Familiares Clássicos, Segundo a Forma de Ocupação, Concelho, 2011 (%)



Análise Sumária

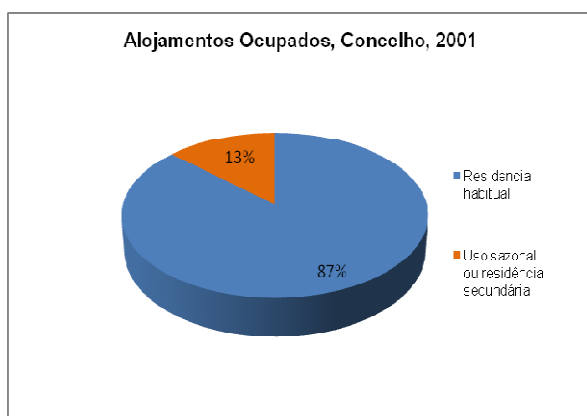
Em Estarreja existiam em 2011, 12798 alojamentos familiares clássicos, dos quais 86% eram alojamentos ocupados e 14% encontravam-se vagos. Relativamente ao recenseamento de 2001, assiste-se a um crescimento no número de alojamentos ocupados da ordem dos 6,2% e a um aumento considerável do “stock” habitacional disponível para o mercado – alojamentos vagos – de cerca de 39%. O aumento dos alojamentos ocupados, abrangeu todas as freguesias do concelho, sendo de realçar, Pardilhó que registou uma variação de quase 16%. Quanto aos alojamentos vagos, surge Beduído, sede de concelho, como a freguesia com maior número de alojamentos vagos, 418, os quais representam, cerca de 32,4% do total de alojamentos vagos no Concelho. As freguesias de Beduído, Salreu e Pardilhó em 2011, detinham quase 50% dos alojamentos vagos presentes no concelho.

EIXO
Povoamento
DOMÍNIO
Habitação
ÍNDICADOR
Alojamentos Familiares Ocupados
DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

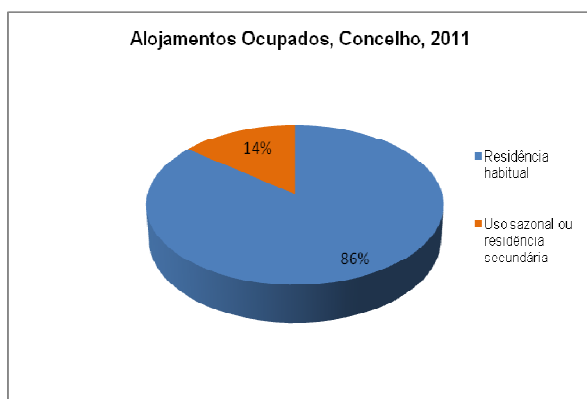
Evolução do número de alojamentos familiares ocupados afetos à habitação de uma ou mais famílias de forma habitual ou como residência secundária no momento de referência.

FONTE

Anual, INE, Recenseamento da População e Habitação

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA


Alojamentos ocupados, 2011			
	Total Alojamentos ocupados	Residência habitual	Uso sazonal ou residência secundária
Estarreja	11014	9433	1581
Avanca	2280	2043	237
Beduído	3045	2736	309
Canelas	597	504	93
Fermelã	595	490	105
Pardilhó	1854	1435	419
Salreu	1569	1371	198
Veiros	1074	854	220



Alojamentos ocupados, 2001			
Unidade Geográfica	Total Alojamentos ocupados	Residência habitual	Uso sazonal ou residência secundária
Estarreja	10373	9002	1371
Avanca	2139	1942	197
Beduído	2916	2579	337
Canelas	553	476	77
Fermelã	579	477	102
Pardilhó	1607	1326	281
Salreu	1537	1390	147
Veiros	1042	812	230

Análise Sumária

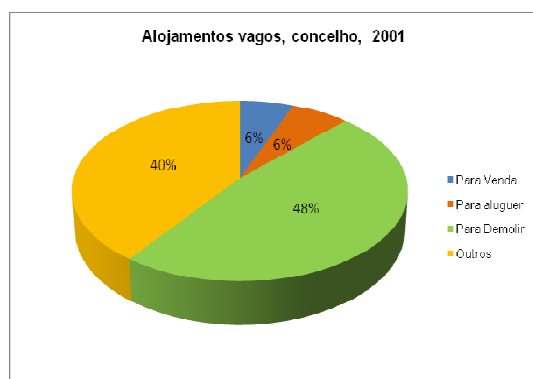
Da globalidade dos alojamentos ocupados no concelho de Estarreja em 2011, 86% estavam como residência habitual e 14% representavam a parcela de alojamentos para fins sazonais ou de residência secundária. Face aos valores apurados em 2001, os alojamentos ocupados em regime de uso sazonal, sofreram uma variação de 15,3% (mais 210 alojamentos) e os alojamentos de residência habitual registaram um crescimento na ordem dos 4,8% (mais de 431 alojamentos). Em 2011, a freguesia de Pardilhó é a mais representativa em termos de alojamentos com uso sazonal ou de segunda habitação (27%, ou seja 419 alojamentos) e Beduído e Avanca as que detêm maior número de alojamentos de residência habitual, cujo peso no conjunto concelhio ronda os 51%.

EIXO
Povoamento
DOMÍNIO
Habituação
ÍNDICADOR
Alojamentos Vagos
DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

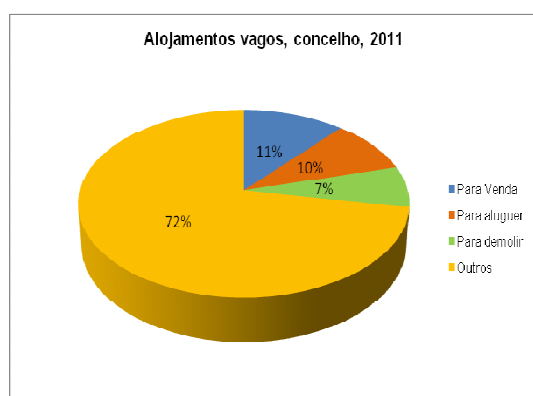
Evolução do número de alojamentos vagos.

FONTE

Decenal, INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001 e 2011

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA


Total alojamentos vagos, 2001					
Unidade Geográfica	Total Alojamentos vagos 2001	Para venda	Para aluguer	Para demolir	Outros
Estarreja	1288	137	147	85	919
Avanca	138	18	28	9	83
Beduído	418	61	62	33	262
Canelas	22	3	2	4	13
Fermelã	20	0	3	1	16
Pardilhó	238	13	21	5	199
Salreu	316	10	17	9	280
Veios	136	32	14	24	66



Total alojamentos vagos, 2011					
Unidade Geográfica	Total Alojamentos vagos 2011	Para Venda	Para aluguer	Para demolir	Outros
Estarreja	1784	203	167	126	1288
Avanca	237	28	33	16	160
Beduído	587	73	90	31	393
Canelas	97	9	8	0	80
Fermelã	87	10	8	25	44
Pardilhó	267	25	11	37	194
Salreu	302	40	15	3	244
Veios	207	18	2	14	173

Análise Sumária

Relativamente ao total de alojamentos familiares vagos (1784 alojamentos) em 2011, cerca de 11% estavam para venda, 10% para alugar, 7% para demolição e a grande parcela dos alojamentos vagos encontravam-se noutras situações não especificadas ou em estado avançado de deterioração. Comparativamente com os censos de 2001, verifica-se um aumento relevante, de cerca de 48% do conjunto de alojamentos em condições de demolição (mais 41 alojamentos em 2011), sendo que para este aumento é claramente evidenciada a freguesia de Pardilhó que passa de 5 alojamentos para 37. Assiste-as também ao aumento do quantitativo de alojamentos disponíveis para venda e aluguer. Fermelã ressalta como a freguesia com menos alojamentos vagos, em 2001 e 2011, ainda que registe em incremento significativo destes com destino à demolição em 2011.

EIXO
Povoamento
DOMÍNIO

Pressão Urbanística

ÍNDICADOR

Número de Pedidos de Operações Urbanísticas Por Tipo de Operação (2005-2010)

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Levantamento do número e tipologia de pedidos de operações urbanísticas, de forma a avaliar a pressão urbanística sob ponto de vista da coesão urbana.

FONTE

Câmara Municipal de Estarreja- DGUT

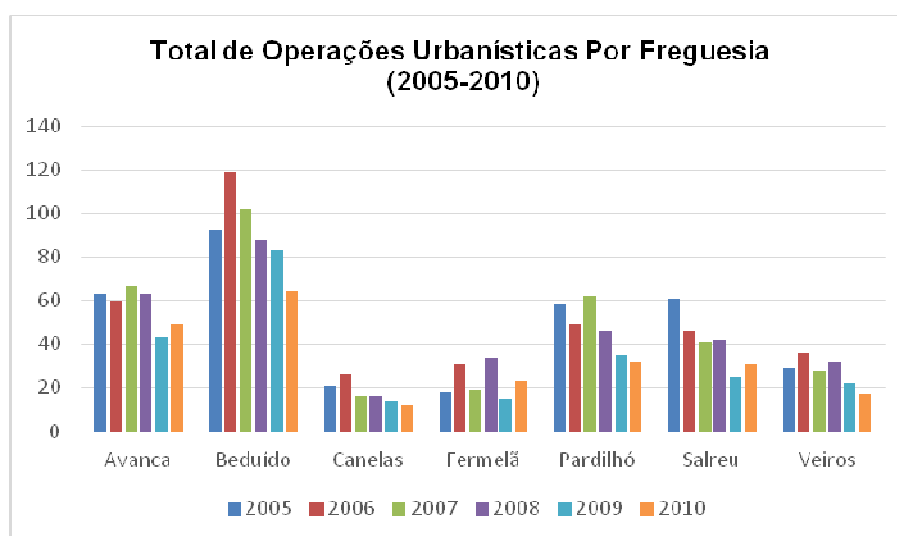
DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Número de pedidos de operações urbanísticas por tipo de operação (2005-2010)

Concelho de Estarreja	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Construção	30	35	17	29	21	28
Ampliação	8	14	5	16	15	11
Reconstrução	4	1	2	1	1	3
Alteração	38	37	16	25	14	16
Loteamentos	4	1	3	2	0	0
Destaques	27	26	25	15	9	9
Sub-Total (1)	111	114	68	88	60	67
AU	143	172	176	154	120	117
Total (1)+(2)	254	286	244	242	180	184

(1) - Total de pedidos de operações urbanísticas excluindo Autorizações de Utilização e Alterações de Utilização (AU)

(2) - Total de Pedidos de operações urbanísticas incluindo AU



Análise Sumária

De acordo com a informação sistematizada da Divisão de gestão e urbanismo territorial, é possível constatar que entre 2005 e 2006, o número de pedidos para a realização de operações urbanísticas registou uma evolução favorável, resultante em parte, da suspensão do PDM desde 2003 até 2009, com o estabelecimento de Medidas Preventivas para os perímetros urbanos definidos no Plano Diretor Municipal (PDM) e para a área de intervenção do Plano de Pormenor da Quimiparque. Com efeito, a posterior flexibilização ao processo de gestão urbanística na apreciação das operações urbanísticas (pela substituição de número excessivo de normas desajustadas à realidade concelhia, pelas normas preconizadas pela proposta de revisão do PDM), viria a ter um impacte imediato no aumento do número de terrenos a reunirem condições de edificabilidade. Esta conjuntura verificou um ligeiro decréscimo nos dois anos subsequentes, aparentando alguns sinais de retoma em 2008 (aumento de cerca de 30% dos pedidos em relação a 2007), caso não se considerem os pedidos relativos a autorizações e alterações de utilização (uma vez que não refletem novas intenções, mas somente uma conclusão processual). No entanto, o agravamento da situação socioeconómica, a par de um aumento significativo da oferta imobiliária concelhia, refletiu-se num contínuo decréscimo do número de pedidos, apesar de aparentar uma relativa estabilidade durante os últimos dois anos analisados. Entre 2005 e 2010, regista-se uma redução de 44 pedidos de operações urbanísticas (excluindo Autorizações de utilização e alterações de utilização), traduzindo-se numa média de menos 9 pedidos ao ano.

Relativamente ao impacte do contexto atrás referido nos diversos tipos de operações urbanísticas, são várias as conclusões a retirar:

- As autorizações de utilização e alterações de utilização são em número muito superior ao das restantes operações, tendo a sua evolução sido ascendente até 2007, após o que vieram a reduzir drasticamente, apresentando um padrão de estabilização após 2009. Esta discrepância em quantidade possui fundamentalmente duas razões. A primeira prende-se com a regularização da utilização de edificações erigidas nas décadas de 80 e 90, decorrentes da necessidade do recurso ao crédito bancário, e obrigatoriedade deste procedimento para fins de arrendamento e transação. A consequente queda e estabilização é reflexo da correspondência entre processos finalizados e respetivo procedimento de autorização de utilização, mediante a significativa redução da entrada de pedidos relativos a edificações licenciadas em anos anteriores;
- Os pedidos de destaque e loteamento, têm sofrido um decréscimo considerável, chegando ao ponto de não terem sido emitidos alvarás de loteamento em 2009 e 2010;
- As operações urbanísticas que implicam fracionamento de terrenos visam, fundamentalmente, a rentabilização de terrenos com capacidade construtiva através da venda de lotes ou parcelas infraestruturados e aptos a receber construção. O aumento da oferta de terrenos para edificação, decorrentes das alterações regulamentares referidas, aliados à diminuição da procura, motivou que os pedidos desta índole sofressem uma redução drástica. As obras de construção (de novos edifícios) e as obras de alteração (visando fundamentalmente dotar as construções existentes de melhores condições) constituíam em 2006 o tipo de operação com maior expressão no concelho;
- Verifica-se que, em termos relativos, este tipo de operações foram os que sofreram maior decréscimo, em contraponto às obras de ampliação e de reconstrução que, apesar da pouca expressão em termos absolutos, têm mostrado uma certa estabilidade, o que denota uma viragem na atitude dos munícipes perante a habitação, passando a intervir nas casas antigas de família (reconstruções) ou na coabitação de núcleos familiares alargados (ampliação). Esta alteração no tipo de intervenções poderá, a longo prazo, contribuir para a requalificação do tecido urbano existente, contrariando a dispersão que a construção massiva de novas habitações unifamiliares implica.

EIXO
Povoamento
DOMÍNIO
Pressão Urbanística
ÍNDICADOR
Número de Pedidos de Operações Urbanísticas Por Tipo de Construção
DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Levantamento do número de pedidos de operações urbanísticas, por tipo de construção, de forma a avaliar a pressão urbanística em termos funcionais.

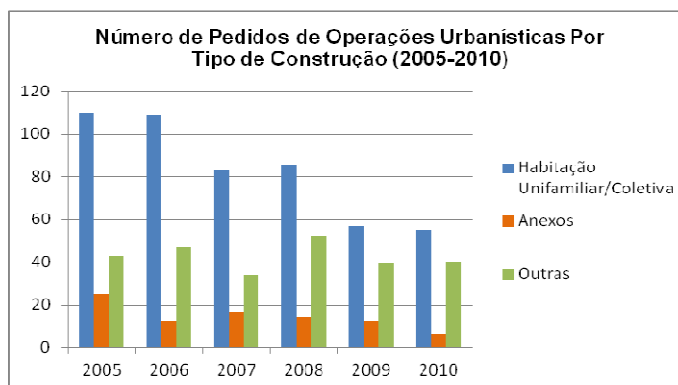
FONTE

CME- Divisão de Gestão e urbanismo territorial (DGUT) -
Seção de obras particulares.

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Número de Pedidos de Operações Urbanísticas, de 2005 a 2010 por tipo de construção

Concelho de Estarreja	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Habitação Unifamiliar/Coletiva	110	109	83	85	57	55
Anexos	25	12	16	14	12	6
Outras	43	47	34	52	39	40


Análise Sumária

No que se refere ao tipo de utilização das construções, surge, novamente, como evidência que as construções destinadas a habitação (unifamiliar e coletiva) têm vindo a diminuir de forma significativa desde 2006, em contraponto às destinadas a outros fins (comércio, indústria, armazéns, etc.), cujo gráfico denota uma certa estabilidade. Não são alheios a este facto o desenvolvimento do Eco-Parque Empresarial de Estarreja, bem como o crescimento das empresas existentes nas restantes áreas industriais do concelho.

EIXO	Povoamento
DOMÍNIO	Pressão Urbanística
ÍNDICADOR	Número e Área de Pedidos de Parecer Para Utilizações Não Agrícolas de Áreas Integradas na Reserva Agrícola Nacional (RAN)

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

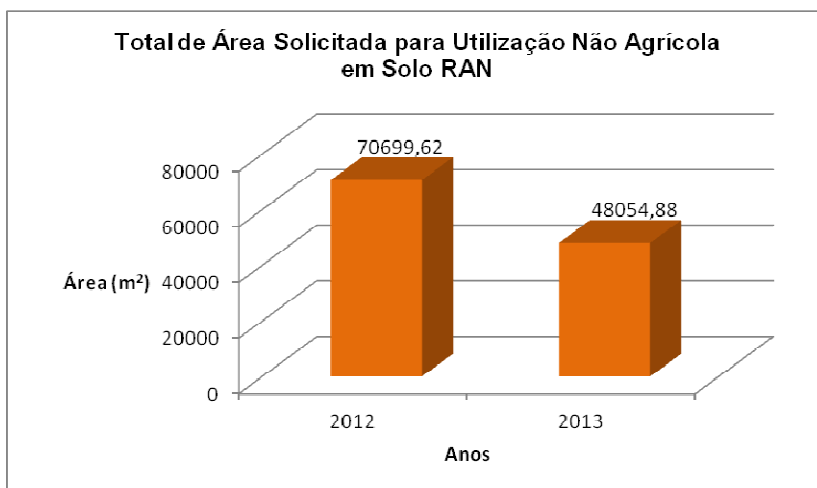
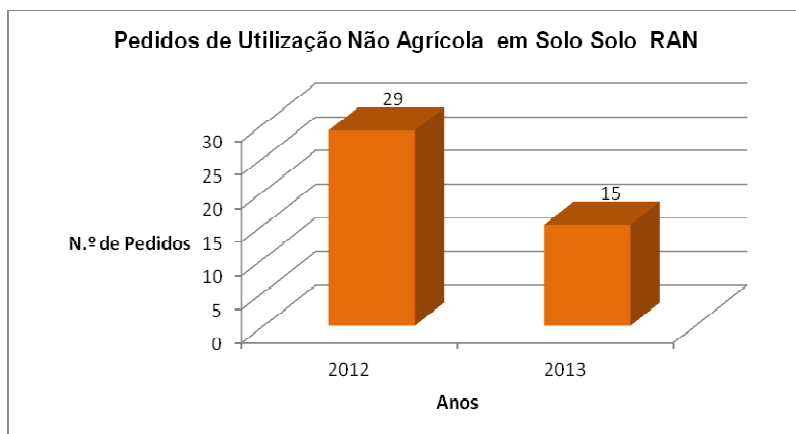
Levantamento do número de pedidos e o seu enquadramento nas exceções previstas no n.º 1 do artigo 22.º do DL 73/2009, de 31 de março,- utilização de áreas da RAN para outros fins.

FONTE Câmara Municipal de Estarreja

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Ano	Pedidos		Tipologia						
	N.º	Área (m²)	a)	c)	d)	f)	l)	n)	Sem enquadramento
2012	29	75506,68	9	0	1	1	9	2	7
2013	15	49740,7	7	1	1	0	1	4	1

Notas
Exceções previstas no n.º 1 do artigo 22.º do DL 73/2009, de 31 de março, às utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN:
a) Obras com finalidade agrícola
c) Construção ou ampliação de habitação para residência própria e permanente dos proprietários (habitação a custos controlados)
d) Instalações ou equipamentos para produção de energia (fontes de energia renováveis)
f) Estabelecimentos industriais ou comerciais complementares à atividade agrícola
l) Obras de construção, requalificação ou beneficiação de infraestruturas públicas
n) Obras de reconstrução e ampliação de construções já existentes, desde que estas já se destinassem e continuem a destinar-se a habitação própria



Análise Sumária

Em 2013, registou-se um total de 15 pedidos de utilização não agrícola em solos afetos à Reserva Agrícola Nacional, dos quais 7 (cerca de 47%) incidiram sobre obras com finalidade agrícola, 4 (27%) sobre obras de reconstrução e ampliação de construções já existentes, 1 pedido sem enquadramento e os restantes 3 pedidos respeitaram respetivamente a construção/ampliação de habitação própria e permanente, instalação de infraestruturas – energia renovável e obras de construção/beneficiação de infraestruturas públicas. Obtiveram parecer favorável da entidade tutelar, 12 pedidos. Na globalidade em 2013, foram solicitados 48054,88m² para utilização do solo para usos não agrícolas. Comparativamente com o ano anterior, houve um decréscimo acentuado no número de pedidos de operações urbanísticas em solo RAN na ordem dos 48%, o que pode evidenciar de alguma forma mudanças na forma como os munícipes olham para o solo rural, aliado a um maior rigor na apreciação dos pedidos por parte da tutela do regime da RAN.

4.2.3. Eixo: Acessibilidade/Mobilidade

Domínio: Rede Viária

- Classificação Vias
- Sinistralidade/Número de Acidentes Com Vítimas (210-2013)

Domínio: Rede Ferroviária

- Caracterização

Domínio: Transporte Público Coletivo

- Transportes Públicos Rodoviários – Tipo de Serviço
- Transportes Públicos Ferroviários – Tipo de Serviço

Domínio: Modos de Transporte

- Repartição Modal dos Movimentos Pendulares

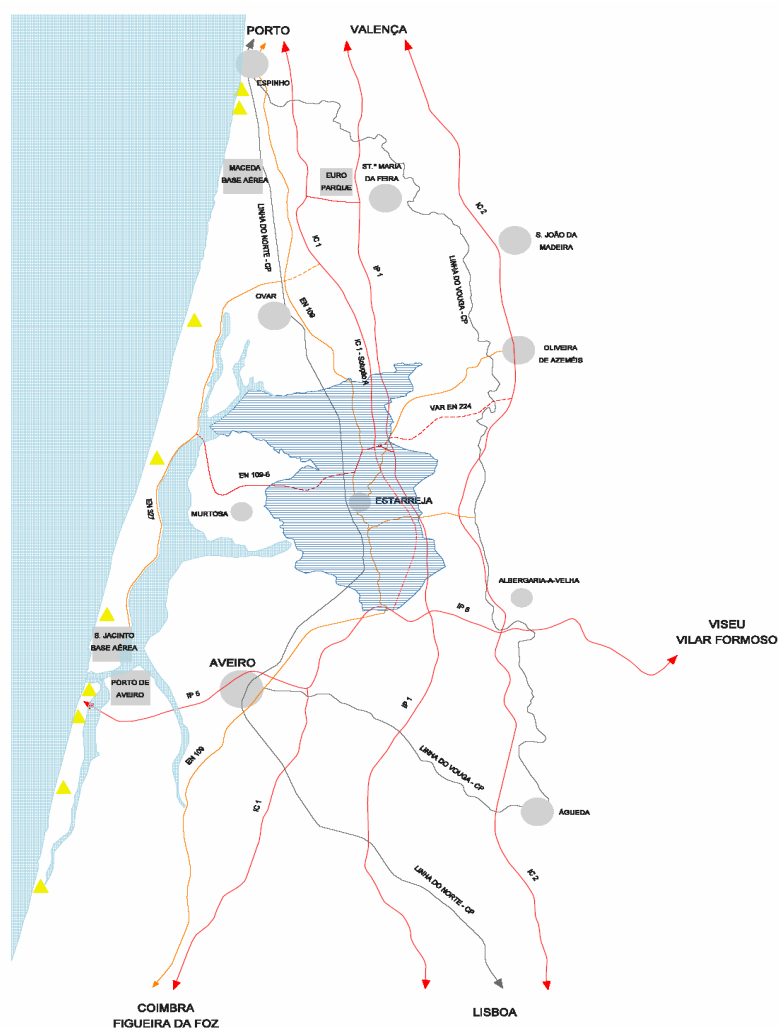
EIXO	Acessibilidade/Mobilidade
DOMÍNIO	Rede Viária
ÍNDICADOR	Classificação Vias

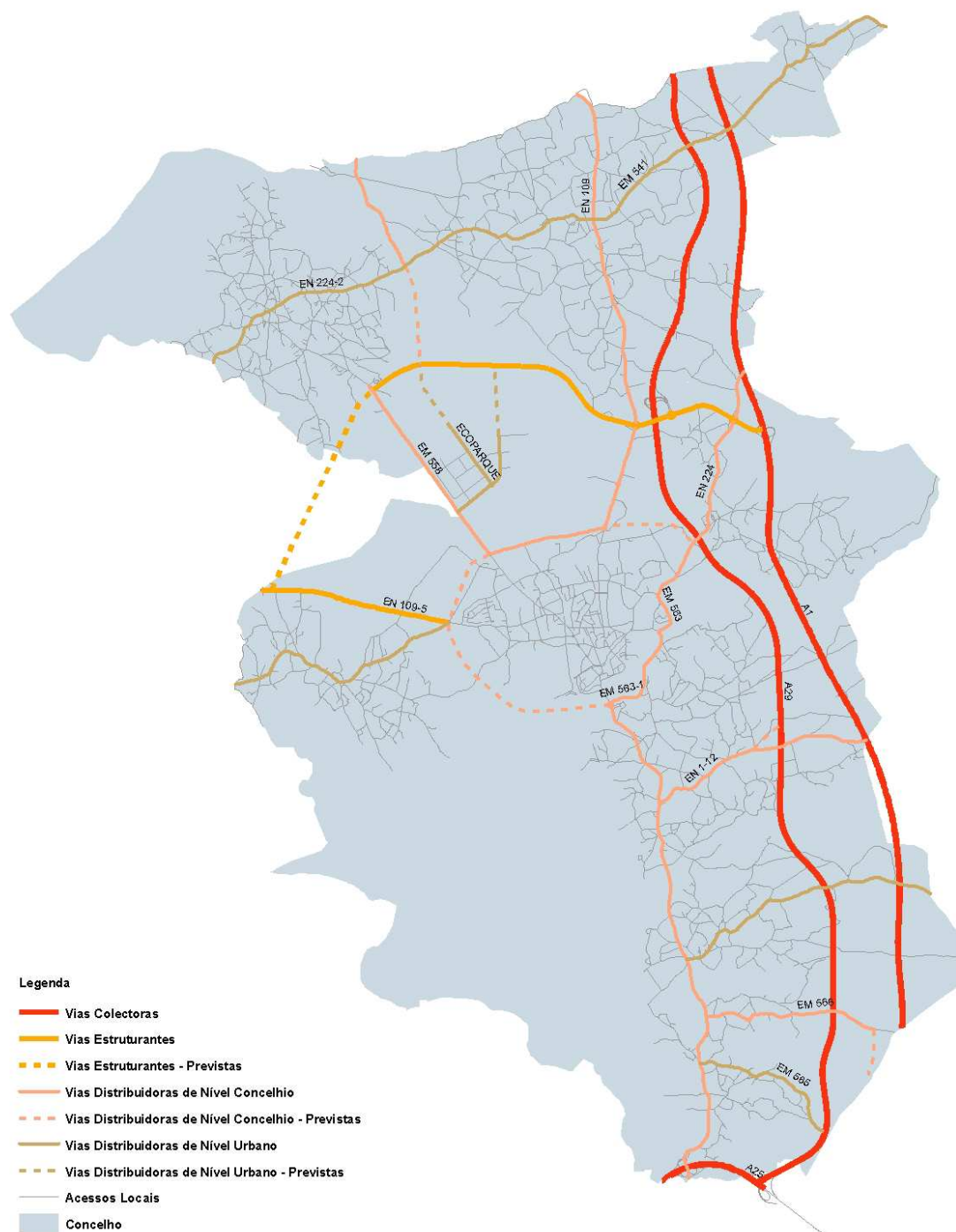
DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Definição da organização da rede de estradas segundo o Diploma que institui o Plano Rodoviário Nacional e de acordo com a hierarquização viária constante do PDM 2014.

FONTE	Setor de Planeamento Urbanístico- Estudos de Caracterização Setorial- PDM 2014/Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN2000)
--------------	---

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA





Análise Sumária

Um conjunto de eixos viários assume-se de grande importância para Estarreja, pela acessibilidade aos principais centros urbanos da Região e do País, facilitando e viabilizando as relações exteriores. Para o concelho de Estarreja, o Plano Rodoviário Nacional - PRN 2000 (Decreto-Lei nº 222/98, com as alterações introduzidas pela Lei nº 98/99 de 26 de Julho, pela Declaração de retificação nº 19-D/98 e pelo Decreto-Lei nº 182/2003 de 16 de Agosto) define três eixos fundamentais da Rede Nacional (classificação que se mantém do PRN 85):

Itinerário Principal n.º 1 (IP1/A1) – Eixo de importância Nacional e Internacional, com perfil de autoestrada, que percorre o concelho longitudinalmente, a nascente da EN 109, e que o liga rapidamente a dois importantes centros urbanos de influência supra distrital, Lisboa e Porto, através do nó que estabelece com a EN 224 (que integra a rede nacional do PRN 2000).

Itinerário Principal n.º 5 (IP5/A25) – Constitui uma importante ligação interior/centro/litoral, efetuando a ligação de Aveiro a Vilar Formoso. Pese embora não achesse o concelho, a sua proximidade proporcionada pelo nó a sul de Estarreja na EN 109, em Angeja (Albergaria-a-Velha), confere ao concelho vantagens locativas consideráveis, na boa acessibilidade quer ao interior do País quer ao País vizinho.

Itinerário Complementar n.º 1 (IC1/A29) – Eixo de carácter Regional e Nacional, com perfil de autoestrada, que atravessa o concelho longitudinalmente, a poente da linha de caminho-de-ferro, estabelecendo ligação entre Lisboa e Valença, através do nó de Estarreja e do nó de Salreu, Ovar, Espinho e Porto, de entre outros importantes centros urbanos.

Integrando a classificação da Rede Rodoviária Nacional importa, ainda, referir: EN 109-5 – Que efetua a ligação de Estarreja com a Murtosa e a Ria de Aveiro (no entroncamento com a EN 327). Este eixo corresponde na totalidade à Intermunicipal Estarreja/Murtosa já construída; EN 224 – Estabelecendo a ligação Entre-os-Rios, Castelo de Paiva, Arouca, Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis, liga-se ainda a Estarreja através dos nós que estabelece respetivamente com o IP1, o IC1/A29, a EN 109 (na Cidade) e desenvolve-se para poente dando acesso ao Eco-Parque Empresarial de Estarreja terminando atualmente no entroncamento com a EM 558. No futuro efetuará ainda ligação com a Intermunicipal Estarreja-Murtosa (EN 109-5). Este novo traçado da EN 224 ('Variante'), substitui as funções da antiga 'EN 224', já desclassificada, (e protocolada) integrando presentemente a rede municipal.

As seguintes vias destacam-se ainda pelo seu carácter e papel estruturante na distribuição dos aglomerados e ocupação do solo, e assim, no desenvolvimento local e regional:

- Estrada Nacional 109 (EN 109) – Desclassificada pelo PRN 2000, encontra-se ao abrigo da jurisdição das Estradas de Portugal (na grande maioria do seu traçado). Atravessa todo o Município de Estarreja no sentido longitudinal (norte - sul), a nascente da Via Férrea. Apresenta-se como uma via de carácter regional e suprarregional, pois estabelece a ligação do Concelho ao Porto e a Leiria, assegurando também o acesso a destacados polos regionais como Espinho, Aveiro e Figueira da Foz. A EN 109 tem desempenhado, ao longo dos tempos, uma dupla função: por um lado, de suporte do tráfego local e de atividades marginais inerentes à vida urbana, e por outro lado, como via de suporte ao tráfego de atravessamento, particularmente intenso, de veículos pesados, contribuindo para uma sobrecarga e deterioração mais rápida de uma via que deveria ser exclusivamente de serviço às funções urbanas que lhe estão afetas.

- Ex-Estrada Nacional 224 – Tendo origem em Estarreja na EN 109, efetua ligação com Entre-os Rios, passando por Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra. Via interconcelhia importante, assume-se como fundamental na estruturação dos aglomerados de Beduído e Santo Amaro.

- Ex-Estrada Nacional 1-12 (Ex- EN 1-12) – Eixo rodoviário no Concelho de Estarreja já municipalizado, que efetua a ligação de Estarreja a Albergaria-a-Velha, assumindo particular importância na sua ligação a Salreu.

- Estrada Nacional 224-2 (EN 224-2) – Desclassificada pelo PRN 2000 e que ainda se encontra sob jurisdição das Estradas de Portugal, tem origem em Alumieira (Oliveira de Azeméis), tem maior importância no concelho na ligação entre o centro de Avanca, a estação do caminho-de-ferro e a freguesia de Pardilhó, por evidenciar características vincadamente urbanas de acesso às habitações. Estabelece ainda, ligação intermunicipal com o concelho da Murtosa (Bunheiro, Esteiro e Bestida).

- Estrada Nacional 224-3 (EN 224-3) – Desclassificada pelo PRN 2000 e que ainda se encontra sob jurisdição das Estradas de Portugal. Este ramal da EN 224 estabelece a ligação entre a própria, no aglomerado de Santo Amaro e Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra.

Na globalidade, o PRN 2000 desclassifica a maioria das Estradas Nacionais que atravessam o concelho (à semelhança do PRN 1985), à exceção da EN 109-5 e da EN 224. De facto, dos cerca de 39,600 Km de estradas nacionais do concelho, são desclassificadas cerca de 74%, correspondendo a 29,400 Km que transitarão para a jurisdição da Câmara Municipal.

De acordo com a atual estrutura viária e com as necessidades que se entendem como fundamentais para o concelho de Estarreja, a hierarquização viária apresentada é a que consta do PDM 2014 e reflete a função que cada uma deverá desempenhar no concelho de Estarreja, mesmo que as suas características específicas não estejam devidamente adaptadas a tais funções, devendo-se promover então e nestes casos, a adequação a tais níveis funcionais.

EIXO
Acessibilidade/Mobilidade
DOMÍNIO

Rede Viária

ÍNDICADOR

Sinistralidade

Número de Acidentes Com Vítimas (2010-2013)

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Os acidentes são reportados ao concelho segundo o local do acidente. Permite analisar se as condições de segurança viária têm melhorado, nomeadamente com medidas de acalmia de tráfego.

FONTE

Autoridade Nacional Segurança Rodoviária/ CME- Divisão de Equipamentos e Vias (DEV)

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Acidentes com vítimas

Ano	Acidentes c/ vítimas	Acidentes c/ vítimas mortais	Acidentes c/ vítimas mortais e/ou graves	Índice de gravidade
2010	136	7	13	5,9
2011	114	4	9	4,4
2012	94	2	8	2,1
2013	99	1	6	1
Total	443	14	36	

Análise Sumária

De acordo com os dados da Divisão de Equipamentos e Vias da Câmara Municipal, tendo por base a informação da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária registaram-se no concelho, no período 2010-2013, 443 acidentes que envolveram vítimas, dos quais resultaram 14 vítimas mortais. No período em apreço, denota-se uma efetiva redução da sinistralidade no concelho, resultando numa diminuição de acidentes em 2013 em cerca de 27%. Observa-se contudo, em 2013 um ligeiro aumento de 5,3%, relativamente ao ano anterior (2012). Sublinha-se ainda que: em 2010, dos 136 acidentes com vítimas, apenas 76 foram em jurisdição municipal, o que corresponde a 55,9% do total; em 2011, dos 114 acidentes com vítimas, apenas 61 aconteceram em estradas de jurisdição municipal (diminuição), correspondendo a 53,5% do total; em 2012 do total de 94 acidentes com vítimas, 59 ocorreram em estradas de jurisdição municipal (63% do total) e em 2013 dos 99 acidentes contabilizados com vítimas, 58 acidentes ocorreram em área de jurisdição municipal, correspondendo a 59% do total. Ressalte-se que o fim da discriminação positiva nas antigas SCUT, com a entrada em vigor de portagens no IC1/A29 (15 de Outubro de 2010), teve impacto no aumento do volume de tráfego nas Estradas municipais, designadamente na EN 109, uma vez que os utentes passaram a utilizar novamente esta e outras vias, nas deslocações diárias, por exemplo, casa-trabalho, evitando assim custos acrescidos.

Importa ainda referir que a redução do número de acidentes, não é alheia ao trabalho desenvolvido pela Comissão Municipal de Trânsito (CMT), composta por várias entidades em regime de permanência e que visa disciplinar a circulação e o estacionamento, contribuindo complementarmente para a melhoria das condições de segurança rodoviária e de mobilidade urbana, e à escala do cidadão e da ‘diversidade’ humana’.

EIXO	Acessibilidade/Mobilidade
DOMÍNIO	Rede Ferroviária
ÍNDICADOR	Caraterização
DESCRIÇÃO/METODOLOGIA	
FONTE	CME- Setor de Planeamento urbanístico
DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA	



Análise Sumária

O sistema ferroviário da rede de comunicação terrestre, detém um impacte significativo na acessibilidade aos principais centros urbanos nacionais e estrangeiros, assumindo, neste contexto, grande relevância a Linha do Norte dos Caminhos de Ferro Portugueses. Fundamental no desenvolvimento do espaço urbano de Estarreja (já que se insere no itinerário ferroviário principal Braga - Porto - Lisboa - Faro), constitui presentemente, um eixo importante no trânsito de matérias-primas e produtos manufaturados, para além do transporte de pessoas.

Este meio de transporte serve o concelho de Estarreja através das Estações de Estarreja e Avanca, e dos Apeadeiros de Salreu e Canelas, assegurando as ligações suburbanas destas vilas e freguesias, com o Porto, Espinho e Ovar, a norte e Aveiro e Coimbra, a sul. Existem ainda pequenos ramais privados que servem algumas unidades do complexo industrial, para o movimento de matérias-primas e de mercadorias.

Eixo

Acessibilidade/Mobilidade

DOMÍNIO

Transportes Públicos Coletivos Rodoviários

ÍNDICADOR

Operadores- Tipo de Serviço

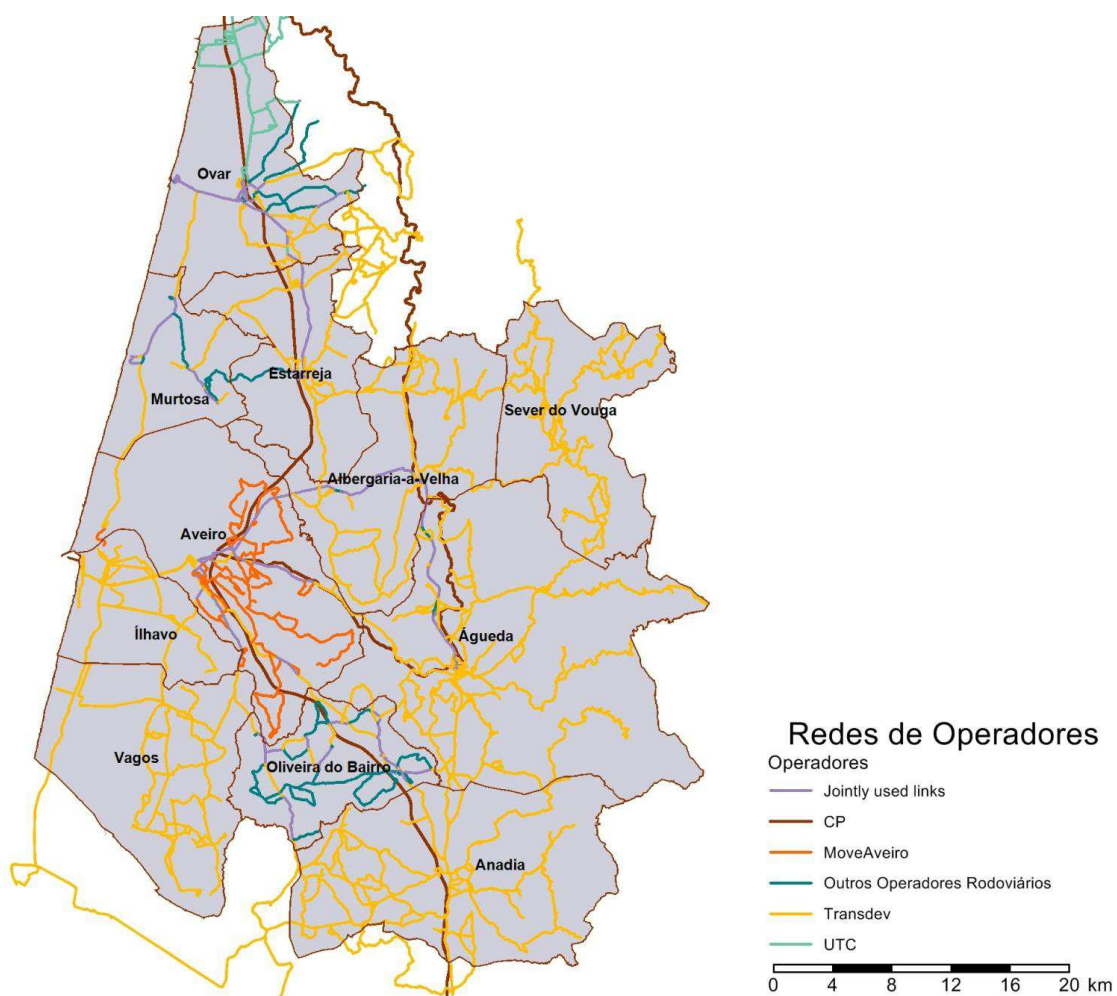
DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Quantificação da oferta: ligação internas e externas ao concelho, de acordo com os trajetos e horários.

FONTE

Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro (PIMT-RA)

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA



Unidade geográfica	Ligações	Circulações (2 sentidos)
	Estarreja	
Águeda		
Albergaria	2	24
Anadia		
Aveiro	1	19
Estarreja	6	
Ílhavo		
Murtosa	2	24
Oliveira do Bairro		
Ovar	4	28
Sever do Vouga		
Vagos		
Total ligações	14	
Total de Circulações em dia útil (somatório dos 2 sentidos)		95
Média por carreira em dia útil	7,5	

Análise Sumária

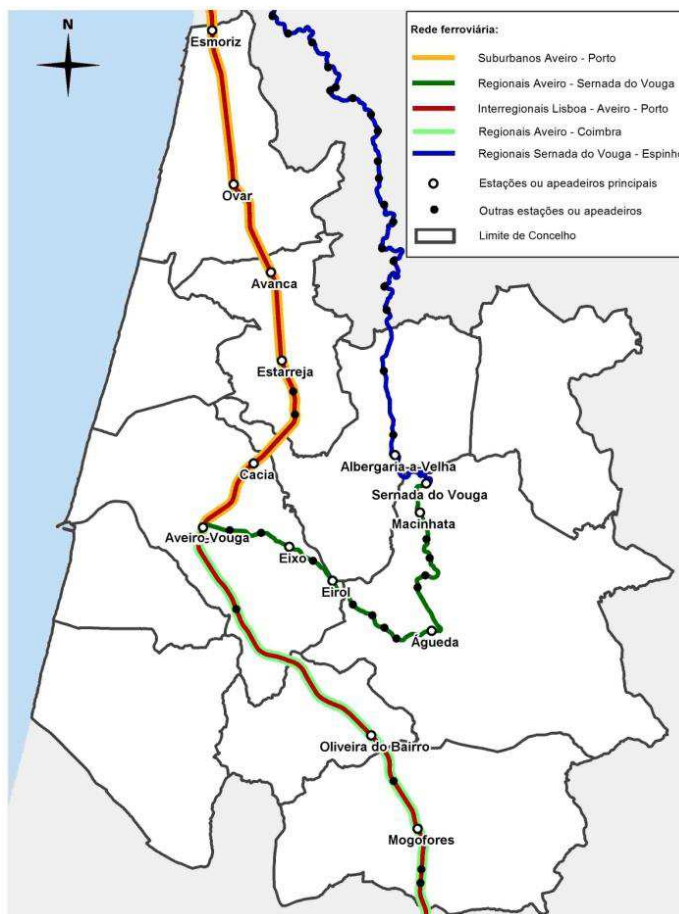
No concelho de Estarreja, o serviço de transporte público coletivo rodoviário é assegurado por 3 operadores que servem também os concelhos da região do Baixo Vouga: A Transdev, a União de Transportes dos Carvalhos e a Autoviação da Murtosa.

A Transdev assegura diversas ligações internas e externas aos concelhos da região em transporte coletivo rodoviário. A União de Transportes dos Carvalhos assegura sete ligações: 6 a partir de Ovar e 1 a partir de Estarreja. A Auto Viação da Murtosa assegura duas ligações a partir da Murtosa, respetivamente a Estarreja e à Torreira. A Transdev é o principal operador de transporte coletivo rodoviário da região. “Esta elevada concentração da oferta sob a gestão de um único operador pode ser entendida simultaneamente como uma ameaça (risco de monopólio), mas também como uma oportunidade para rever e reestruturar a organização das redes de transporte coletivo de forma mais facilitada” (PIMTRA).

Na lógica de otimização dos trajetos e rentabilização dos custos do serviço prestado pelas operadoras de transportes, um aspeto marcante da atual estrutura de oferta de transporte público coletivo é a influência do transporte escolar no peso da oferta total rodoviária. O concelho de Estarreja dispõe de ligação rodoviária com todos os concelhos com que faz fronteira e ainda com Aveiro. O concelho de Estarreja é servido por um total de 12 ligações em dias uteis que correspondem a um total de 95 circulações (circ.) regulares, não escolares e escolares, (somatório dos 2 sentidos) em dia útil. A oferta existente é particularmente homogênea no que se refere ao número de circulações semanais no conjunto dos 2 sentidos, ligações a: Albergaria-a-Velha - 24 circ., Aveiro - 19 circ., Murtosa - 24 circ., Ovar - 28 circ..

Estarreja insere-se no conjunto de concelhos que registam uma redução significativa da oferta média diária fora do período escolar, a par de Águeda, Murtosa, Oliveira do Bairro e Sever do Vouga. Os transportes escolares são responsáveis por uma quota considerável, superior a 20%, no total das circulações diárias, suportando a existência de transporte público regular.

EIXO	Acessibilidade/Mobilidade
DOMÍNIO	Transportes Públicos Coletivos Ferroviários
ÍNDICADOR	Tipo de Serviço
DESCRIÇÃO/METODOLOGIA	
Quantificação da oferta.	
FONTE	Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro (PIMT-RA)
DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA	



Análise Sumária

O concelho de Estarreja usufrui dos serviços ferroviários da linha do norte, quer regionais (Lisboa-Porto) quer urbanos (Aveiro-Porto; Ovar-Porto). Relativamente às ligações de serviço inter-regional, a CP oferece uma única circulação diária por sentido que atravessa toda a região do Baixo Vouga, e à sexta-feira, acresce uma segunda circulação no sentido Sul-Norte e no domingo acresce uma circulação no sentido Norte-Sul. Dentro da região do Baixo-Vouga, este tipo de serviço abrange as estações de Mogofores (Anadia), Oliveira do Bairro, Aveiro, Estarreja, Ovar e Esmoriz (Ovar).

Ao nível de serviços urbanos, a CP assegura ligações Aveiro – Porto e Ovar – Porto, organizados por família (circulações com diferentes regimes de paragem ao longo da mesma linha). Para além do tipo de serviço referenciado, existe ainda o serviço assegurado pelos Intercidades, que permitem assegurar 5 ligações diárias, no conjunto das estações de Aveiro, Ovar e Estarreja.

EIXO **Acessibilidade/Mobilidade**
DOMÍNIO Modos de Transporte

ÍNDICADOR Repartição Modal dos Movimentos Pendulares

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

Evolução da população residente segundo o meio de transporte mais utilizado no trajeto para o trabalho ou estudo.

FONTE Decenal, INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001 e 2011

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

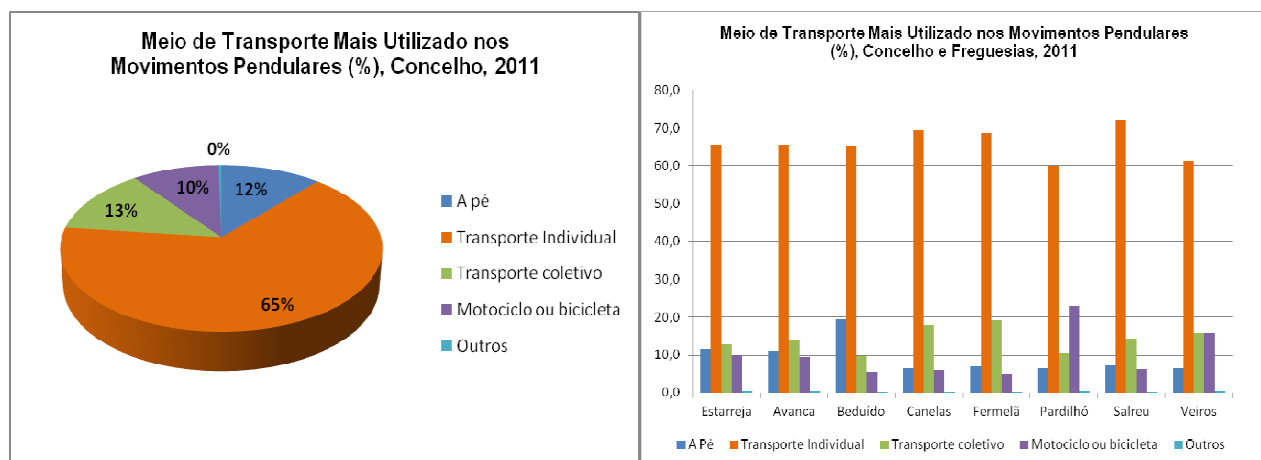
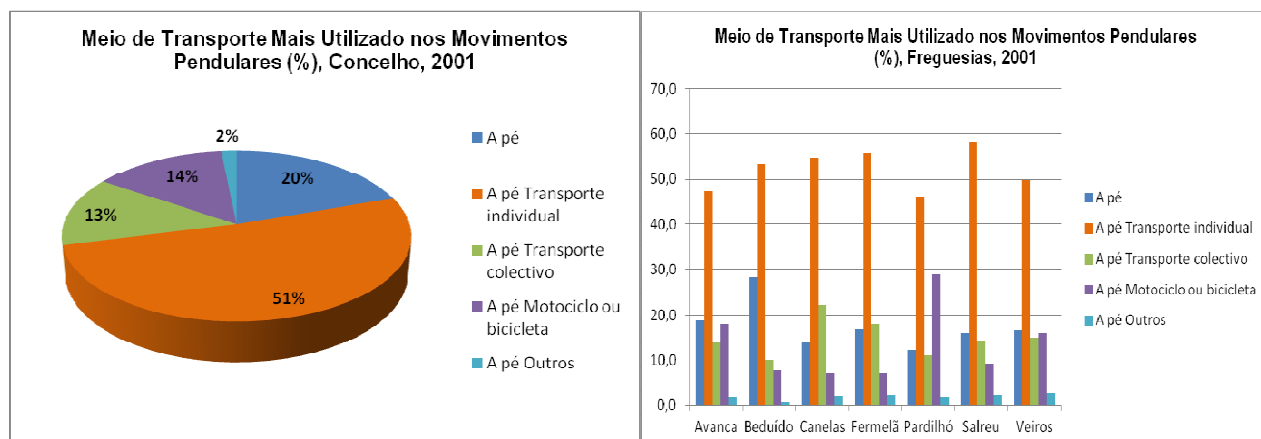
Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares, 2001

Unidade Geográfica	Total	A pé	Transporte individual	Transporte coletivo				Total	Motociclo ou bicicleta	Outros
			Automóvel ligeiro c/o condutor ou passageiro	Autocarro	Transporte coletivo da empresa ou da escola	Metropolitano	Comboio			
Centro	1315102	314520	681252	142207	66995	39	16355	225596	72289	21445
Baixo Vouga	234367	45881	122865	20417	8811	0	4768	33996	28263	3362
Estarreja	16306	3220	7589	1316	795	0	830	2941	2291	265
Avanca	3906	737	1705	312	154	0	239	705	697	62
Beduído	4725	1344	2315	226	202	0	245	673	356	37
Canelas	764	107	374	85	43	0	85	213	54	16
Fermelã	850	143	452	130	23	0	23	176	60	19
Pardilhó	2319	283	890	176	178	0	79	433	672	41
Salreu	2199	349	1182	210	98	0	105	413	205	50
Veiros	1543	257	671	177	97	0	54	328	247	40

Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares, 2011

Unidade Geográfica	Total	A Pé	Transporte Individual	Transporte coletivo				Total	Motociclo ou bicicleta	Outros
			Automóvel ligeiro c/o condutor ou passageiro	Autocarro	Transporte coletivo da empresa ou da escola	Metropolitano	Comboio			
Centro	1246318	176364	865080	111646	39116	626	13322	164710	36560	3604
Baixo Vouga	224238	26222	157061	14307	4620	68	5484	24479	15822	654
Estarreja	14677	1689	9602	775	313	7	783	1878	1464	44
Avanca	3504	386	2291	181	67	1	240	489	324	14
Beduído	4308	841	2815	108	78	4	223	413	231	8
Canelas	763	50	529	77	16	0	43	136	46	2
Fermelã	702	49	482	79	23	0	33	135	34	2
Pardilhó	2146	138	1285	75	64	1	82	222	494	7
Salreu	1894	136	1365	129	38	0	102	269	119	5
Veiros	1360	89	835	126	27	1	60	214	216	6

Unidade Geográfica	Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares Variação 2001 - 2011(%)					
	Total	A pé	Transporte individual	Transporte coletivo	Motociclo ou bicicleta	Outros
Centro	-5,2	-43,9	27,0	-27,0	-49,4	-83,2
Baixo Vouga	-4,3	-42,8	27,8	-28,0	-44,0	-80,5
Estarreja	-10,0	-47,5	26,5	-36,1	-36,1	-83,4
Avanca	-10,3	-47,6	34,4	-30,6	-53,5	-77,4
Beduído	-8,8	-37,4	21,6	-38,6	-35,1	-78,4
Canelas	-0,1	-53,3	41,4	-36,2	-14,8	-87,5
Fermelã	-17,4	-65,7	6,6	-23,3	-43,3	-89,5
Pardilhó	-7,5	-51,2	44,4	-48,7	-26,5	-82,9
Salreu	-13,9	-61,0	15,5	-34,9	-42,0	-90,0
Veiros	-11,9	-65,4	24,4	-34,8	-12,6	-85,0



Análise Sumária

Em 2011, 65% da população residente (9602 pessoas), estudiantil e empregada, no concelho utilizava o transporte individual (uso do automóvel, como condutor ou como passageiro) para as suas deslocações quotidianas pendulares, representando um incremento considerável na quota do uso deste modo de transporte pela população de cerca de 18,3% em relação a 2001 (7582 pessoas). Comparativamente, em 10 anos, verifica-se que todos os restantes modos de deslocação para o trabalho ou escola sofreram um decréscimo à exceção do transporte individual, materializado no automóvel ligeiro particular. Verifica-se que na última década, o modo pedonal (andar a pé) registou uma diminuição acentuada de cerca de 48%, valor inclusive superior quer à média registada para o Baixo-Vouga (43%), quer para a Região Centro (43%). No concelho, a utilização do autocarro em 2011, conta com menos 541 pessoas, representando um decréscimo de cerca de 41% em relação a 2001. Em termos relativos o peso do uso deste modo de transporte em cada um dos anos em apreço, mantém-se estável na ordem dos 13%. A quota do transporte individual nas deslocações quotidianas é dominante também nos concelhos do Baixo Vouga (70% da população residente) e na Região Centro (69%). Ainda no ano de 2011, os dados revelam que depois do automóvel, a população recorre ao transporte coletivo (13%) e dentro deste o modo mais utilizado é o comboio (783 pessoas), situação que não se verifica em 2001, uma vez que o autocarro detinha a maior quota no modo de transporte coletivo (1316 pessoas).

4.2.4. Eixo: Ambiente

Domínio: Infraestruturas

- Taxa de Cobertura da Rede de Abastecimento de Água/ População Servida
- Taxa de Cobertura da Rede de Drenagem/ População Ligada ao Sistema de Drenagem

5.4.2. Domínio: Valores e Condicionantes Naturais

- Área de Zona de Proteção Especial
- Área de Reserva Ecológica Nacional
- Área de Reserva Agrícola Nacional

Domínio: Ocupação do Solo

- Ocupação Florestal e Agrícola
- Relação Solo Rural/Solo Urbano

EIXO	Ambiente
DOMÍNIO	Infraestruturas
ÍNDICADOR	Taxa de Cobertura da Rede de Abastecimento de Água/ População Abastecida Por Água da Rede Pública (%)
DESCRIÇÃO/METODOLOGIA	
FONTE	Águas da Região de Aveiro (AdRa) Indicadores do INSAAR, 2008 (Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Águas e Águas Residuais)
DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA	

Unidade geográfica	Taxa de cobertura da rede de abastecimento público de água (população servida)	% de população efetivamente abastecida
Concelho de Estarreja	100%	100%

Análise Sumária

De acordo com os elementos fornecidos pela AdRa, verifica-se que as infraestruturas da rede de abastecimento público de água do concelho encontram-se totalmente construídas para servirem a 100% a população do município. Atualmente a percentagem de população efetivamente já ligada à rede atinge os 100%.

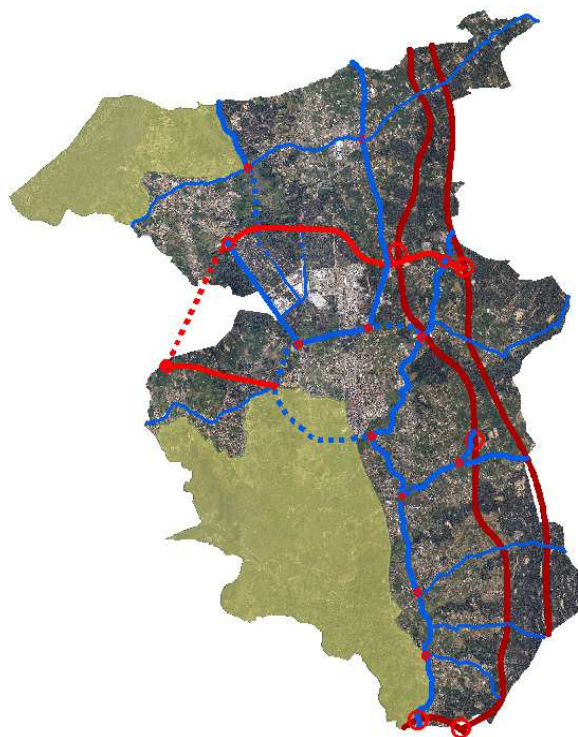
EIXO	Ambiente
DOMÍNIO	Infraestruturas
ÍNDICADOR	Taxa de Cobertura da Rede de Drenagem/ População Servida (%)
DESCRIÇÃO/METODOLOGIA	
FONTE	Águas da Região de Aveiro (AdRa) - Indicadores do INSAAR, 2008 (Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Águas e Águas Residuais)
DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA	

Unidade Geográfica	Taxa de cobertura da rede de Drenagem	% de população efetivamente servida
Concelho de Estarreja	83%	74%

Análise Sumária

De acordo com os dados fornecidos pela AdRa, a taxa de execução da rede de drenagem no concelho é de 83%, sendo de 74% a percentagem de população efetivamente ligada à rede. As necessidades de recolha, tratamento e rejeição dos efluentes domésticos e industriais são assegurados pela SIMRIA (Saneamento Integrado dos Municípios da Ria de Aveiro), através do sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro, no qual o município se insere.

EIXO	Ambiente
DOMÍNIO	Valores e Condicionantes Naturais
ÍNDICADOR	Rede Natura 2000
DESCRIÇÃO/METODOLOGIA	
FONTE	SIGIG/ Plano Diretor Municipal de Estarreja (PDME- 2014), publicado em DR 2ª série, nº 133 de 14 de julho de 2014.
DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA	



Análise Sumária

O concelho de Estarreja faz parte integrante da Zona de Proteção Especial (ZPE) da Ria de Aveiro – PTZPE0004 com uma extensão de 3103,82 ha, criada ao abrigo do D.L. n.º 384-B/99 de 23 de setembro. A área de ZPE presente no concelho representa 28,6% do território concelhio.

EIXO

Ambiente

DOMÍNIO

Valores e Condicionantes Naturais

ÍNDICADOR

Reserva Ecológica Nacional (REN)

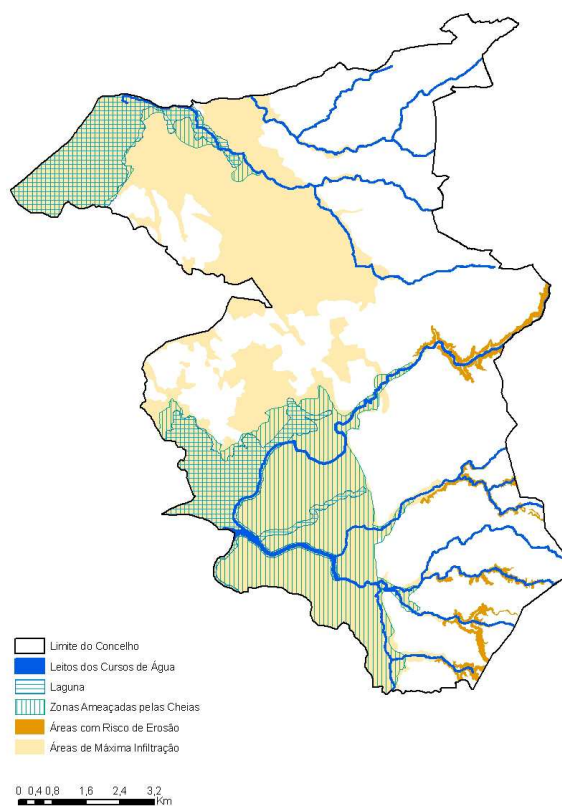
DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

FONTE

Plano Diretor Municipal de Estarreja), publicado em DR 2ª série, nº 133 de 14 de julho de 2014/ Plano Diretor Municipal de Estarreja, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 11/93, publicado no Diário da República nº 45, I Série - B, de 23 de Fevereiro- SPU/SIGIG-CME

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Condicionantes Naturais	PDM 1993	PDM2014	Var. % (1993-2014)
Área de REN	4176ha	4248,82ha	1,74



Análise Sumária

Atualmente a área de Reserva Ecológica Nacional (REN) do concelho de Estarreja é de 4248,82ha, a qual representa cerca de 39% da superfície do território municipal (10817ha). Comparativamente com a carta da REN publicada em 1993 (em Diário da República n.º 56, Portaria 262/93 de 8 de março), constata-se um incremento de 72,82ha (1,74%), resultante da revisão da delimitação da REN efetuada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) em sintonia com o processo de revisão do PDM. A carta atualmente em vigor, não integra o ecossistema *cabeceiras dos cursos de água*, uma vez que este não tinha expressão no concelho de Estarreja. A inevitável adoção de um novo modelo de ordenamento do território, subjacente à revisão dos princípios estratégicos de desenvolvimento, teve expressão na realização de pequenas correções, acertos, ajustamentos e algumas expansões com vista à garantia de condições de inversão do fenómeno da dispersão urbana.

EIXO
Ambiente
DOMÍNIO

Valores e Condicionantes Naturais

ÍNDICADOR

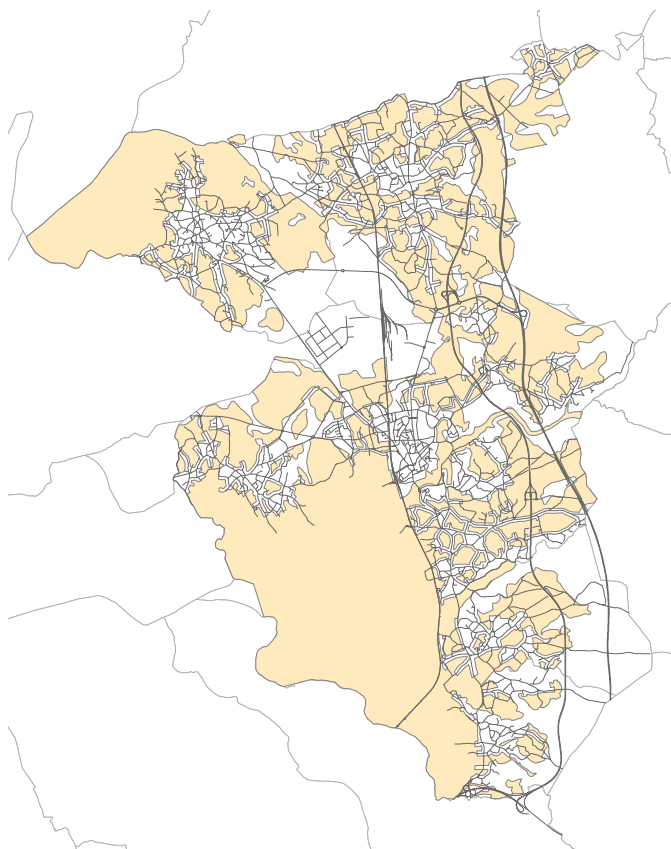
Reserva Agrícola Nacional (RAN)

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA
FONTE

Plano Diretor Municipal de Estarreja), publicado em DR 2ª série, nº 133 de 14 de julho de 2014/ Plano Diretor Municipal de Estarreja, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 11/93, publicado no Diário da República nº 45, I Série - B, de 23 de Fevereiro- SPU/SIGIG-CME

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Condicionantes Naturais	PDM 1993	PDM2014	Var. % (1993-2014)
Área de RAN	6300ha	5317,37ha	-15,60



Análise Sumária

Atualmente a área de Reserva Agrícola Nacional (RAN) do concelho de Estarreja é de 5317,37ha, a qual representa cerca de 49% da superfície do território municipal (10817ha). Em relação à carta da RAN publicada em Diário da República n.º 245, Portaria 1082/91 de 24 de Outubro, verifica-se um decréscimo em termos de área classificada de 982,63ha (cerca de 15,6%). Tal diferença, decorre essencialmente da alteração de classificação de alguns espaços, outrora afetos a solo rural-espaco agrícola e sobre os quais se tornou importante intervir, de forma a repor a real dimensão da componente agrícola no concelho. A redefinição dos aglomerados urbanos de acordo com a realidade concelhia, levou à integração maioritariamente de um conjunto de preexistências.

EIXO	Ambiente
DOMÍNIO	Ocupação do solo
ÍNDICADOR	Variação do solo classificado

DESCRIÇÃO/METODOLOGIA

FONTE	Plano Diretor Municipal de Estarreja), publicado em DR 2ª série, nº 133 de 14 de julho de 2014/ Plano Diretor Municipal de Estarreja, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 11/93, publicado no Diário da República nº 45, I Série - B, de 23 de Fevereiro- SPU/SIGIG-CME
--------------	---

DADOS ESTATÍSTICOS/ REPRESENTAÇÃO GRÁFICA
Variação do solo classificado (%)

Classificação do Solo	PDM1993	PDM 2014	Var. (%)
Solo Urbano (ha)	2066,71	2745,35	32,8
Solo Rural (ha)	8768,28	8071,75	-7,9

Análise Sumária

A comparação entre os valores do solo rural e urbano do PDM em vigor, com os valores do anterior modelo de organização territorial que vigorou de 1993 até 2014 (PDM 1993), permite aferir um acréscimo de cerca de 33% da área em solo urbano e um decréscimo da ordem dos 8% em solo rural. Relativamente ao incremento de área em solo urbano, este encontra expressão não só na reclassificação para solo urbano de alguns espaços que se encontravam classificados como solo rural e que urgiam incluir na redefinição dos aglomerados urbanos, cuja delimitação encerrava diversas incongruências com a realidade concelhia, como também no surgimento de novos instrumentos de gestão territorial que foram emergindo por força da profunda desatualização do PDM de 1993.

5. Avaliação do Sistema Municipal de Planeamento

Esta avaliação, tal como referido no ponto 3 do presente documento, Considerações Metodológicas, é precedida de uma análise ao sistema de planeamento que vigorou até à entrada do PDM revisto (julho de 2014), ao nível quer da concretização dos objetivos, então definidos, quer ao nível da execução das propostas preconizadas.

Posteriormente, procede-se à identificação e análise do grau de adequação dos instrumentos de gestão territorial em vigor no concelho, bem como se elencam, o conjunto de indicadores referentes à monitorização do PDM 2014 no contexto do próximo ciclo de avaliação.

5.1. Antecedentes - Plano Diretor Municipal De Estarreja – P.D.M.1993 (PDM’93)

5.1.1. Medidas Preventivas/Alteração ao PDM

a) Da Necessidade das Medidas Preventivas

Dois anos e meio após a entrada em vigor do Plano Diretor Municipal de Estarreja (P.D.M.) (23/Fev./93), detetaram-se circunstâncias que dificultaram a sua implementação, impedindo o correto desenvolvimento e ordenamento do concelho, destacando-se entre outras:

- a) A existência de “erros”, em forma de “gralhas”, de “omissões” ou de “desajustamentos”;
- b) O grau de complexidade da estrutura global do documento P.D.M;
- c) O regime legal da R.E.N. (D.L. 213/92 de 12 de outubro) que, na altura, constrangia o ordenamento do P.D.M;

Registou-se desde logo, no ‘Quadro Regulamentar’, o posicionamento errado dos números de remessa para as ‘Notas Escritas’, desde o n.º 6 (que foi omitido) até ao n.º 16 (duplamente registado), seja no regime de usos, seja nas ‘Normas de Ocupação Urbanística’ (“gralha”). Por outro lado, o limite da “área urbana da Vila de Estarreja”, estava omissa e em conformidade com o regulamento do P.D.M, estaria sujeita ao regime regulamentar do Plano Geral de Urbanização (P.G.U) da então Vila, sendo particularmente crítica a definição do território que se deveria considerar incluída naquela área.

No caso dos “desajustamentos”, tinha-se não só situações onde o ‘perímetro urbano’ não abrangia locais com edificações preexistentes e que se revelaram na gestão de obras particulares, (quando confrontadas a cartografia e a estrutura de ordenamento com a situação no terreno), como também se assistia à sobreposição entre perímetros urbanos e as Reservas Nacionais, Agrícola e Ecológica respetivamente.

A complexidade da estrutura global do P.D.M., gerou na sua leitura, interpretação e aplicação, situações desapropriadas, também por falta de preparação generalizada dos seus utilizadores. Com efeito, a tentativa de introduzir uma ‘componente pedagógica’ na sua organização, revelou-se naquele momento inoportuno.

O número excessivo de situações que se pretendia regulamentar nas ‘normas de ocupação urbanística’ do ‘quadro regulamentar’, revelou-se inoperacional, quando confrontado com o modelo de gestão adotado que se suportava numa leitura de ‘rigidez’ regulamentar, embora o seu sentido fosse o de expressar um quadro referencial para a qualificação do meio urbano.

Por outro lado, o regime legal da R.E.N. originou constrangimentos no ordenamento do P.D.M., já que este instrumento foi concebido antes da saída do então D.L. 213/92, de 12 de outubro (que procedia à alteração do DL 93/90 de 19 de março), não tendo por isso, havido o processo de exclusão, considerado nessa altura como extemporâneo.

A primeira proposta de Revisão do PDM teve início em 1996 e culminou em maio de 2000. Com efeito, a elaboração do processo de Revisão do PDM foi concluída e entregue na Comissão de Coordenação Regional do Centro (CCDRC) em 2000-05-18, para recolha de pareceres técnicos das Entidades não representadas na Comissão Técnica, após parecer de conformidade dessa Comissão de Acompanhamento (2000-05-04) e da Deliberação Camarária de 2000-05-15. Contudo e por força da consignação de um novo traçado do IC1/A29 (a nascente da EN 109), em corredor bem distinto do previsto na proposta de revisão acabada de concluir e que acarretava importantes impactes na estrutura de ordenamento preconizada, o processo de Revisão do PDM foi suspenso nesse mesmo ano. Nesse ano surge ainda o DL 292/2000 de 14 de novembro e com ele a obrigatoriedade de promoção da elaboração do Mapa de Ruído;

Com o objetivo de evitar a alteração das circunstâncias existentes, garantir a liberdade de Revisão do PDM e não comprometer nem onerar a sua execução, foi ratificado, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2003, publicada no Diário da República n.º 182, II Série-B, de 8 de agosto de 2003, o estabelecimento de Medidas Preventivas (MP) por um prazo de 2 anos, para os perímetros urbanos definidos no Plano Diretor Municipal (PDM) e para a área de intervenção do Plano de Pormenor da Quimiparque (Deliberação

da CME de 10 de setembro, de 2002, Ata n.º 22, aprovação pela Assembleia Municipal em 21 e 30 de setembro de 2002).

Após a referida Resolução, que suspende igualmente a eficácia do PDM nas áreas em questão, é emitido o seguinte Despacho do Sr. Presidente:

- *Todas as operações urbanísticas devem ter critérios de apreciação e avaliação;*
- *O estabelecimento de Medidas Preventivas tem subjacente o critério da adoção de “Disposições Transitórias de Apoio à Gestão Urbanística”, constituídas pela proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal e pelo Projecto de Regulamento Municipal de Edificações Urbanas, tal como foi apresentado à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal;*
- *As referidas “Disposições Transitórias de Apoio à Gestão Urbanística”, foram apresentadas publicamente, num exercício de comparação entre as normas estabelecidas pelo PDM em vigor e as preconizadas no âmbito da sua revisão;*
- *Tendo em conta a experiência anterior, importa evitar eventuais inadequações das normas preconizadas no âmbito da revisão do PDM, justificando-se que se verifique, com a sua aplicação durante o período de vigência das Medidas Preventivas, a necessidade de introduzir eventuais alterações normativas à proposta de revisão;*
- *E pelo que determino que as “Disposições Transitórias de Apoio à Gestão Urbanística” sejam aplicadas em apoio e orientação à gestão urbanística de obras particulares até ao limite do prazo de vigência das Medidas Preventivas ou até à entrada em vigor da revisão do PDM.*

Desta forma dá-se início à adoção de um modelo de gestão urbanística, baseado fundamentalmente na 1ª proposta da Revisão do PDM (concluída em 2000), o que, para além de congregar um conjunto de regras claras a aplicar à elaboração e apreciação de projetos, evitando a discricionariedade, possibilitava a avaliação da nova regulamentação, num exercício de monitorização a ter presente aquando da concretização final do processo de Revisão.

A retoma do processo de revisão do PDM, ocorre, decorridos mais de 10 anos após a sua vigência, por deliberação camarária n.º 85/2005 de 22 de fevereiro de 2005. Em 2005 -04 -28 e sob proposta da CME, a Assembleia Municipal aprova, a prorrogação, por mais um ano (até 8 de agosto de 2006), do prazo de vigência das MP, que viria a merecer ratificação, por Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 192/2005 de 16 de Dezembro de 2005 (publicadas em D.R., I Série B, n.º 240 de 16 de dezembro de 2005). Tal circunstância decorreu de um conjunto de novas exigências ao processo de revisão do PDM, obrigando à

adoção de procedimentos, tal como de um Plano novo se tratasse (decorrente da nova redação ao D.L. 380/99 de 22 de setembro - RJIGT, através do Decreto-Lei n.º 310/03, de 10 de dezembro), inclusivamente proceder à conversão da Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA) em Comissão Mista de Coordenação (CMC), bem como ao seu alargamento a outras entidades não representadas.

Em 2006-03-08 a Assembleia Municipal aprova, sob proposta da CME (Deliberação n.º 46/2006), o estabelecimento de novas MP, ratificadas pela RCM n.º 102/2006 e publicadas em DR, 1.ª Série, n.º 161 de 22 de agosto de 2006, com a mesma incidência territorial, uma vez que estava esgotado o prazo de vigência das Medidas Preventivas (até 2006), face à morosidade dos procedimentos após a retoma do processo de revisão do PDM (delimitação/revisão da Carta da REN municipal pela CCDRC, as subsequentes alterações/análises nas peças do Plano, a concretização da primeira reunião da CMC que só ocorreu 2 de Fevereiro de 2006, a indecisão da tutela sobre o Traçado do IC1, entre outros).

Não obstante o processo de Revisão do PDM tenha sido reativado em 2005, não foi possível a conclusão dos trabalhos até 8 de agosto de 2008, prazo de vigência das novas Medidas Preventivas, aprovando a Assembleia Municipal em 2008-02-27, a prorrogação, por mais um ano, do prazo de vigência das MP, de forma a dar cumprimento aos objetivos que determinaram o seu estabelecimento inicial. A impossibilidade de conclusão do processo de revisão resulta mais uma vez de circunstâncias não imputáveis ao município, designadamente:

- A concretização das exigências do novo Regime dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) – DL 316/2007 de 19 de setembro;
- A conclusão e envio, pela CCDRC, em suporte digital à CME em 2008-03-17 das novas alterações à (re)delimitação da REN;
- A (re)delimitação da RAN;
- As sucessivas exigências legais de novas peças a integrarem no processo de revisão do PDM, designadamente necessidade de sujeitar a revisão do PDM, ao procedimento de avaliação ambiental e a dependência de equipas externas;
- As diversas exigências apresentadas pelo Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB), entre as quais a necessidade de validação da delimitação da ZPE e a apresentação de um Relatório da Rede Natura 2000 que garantisse a transposição do conteúdo das orientações de gestão integrantes do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, para o modelo de organização do território municipal;

b) Da Necessidade de “Alteração Parcial do Plano Diretor Municipal”

Posteriormente e face ao ponto de situação da revisão do PDM, cujo processo ficou dependente da concretização de vários elementos documentais, ao abrigo da publicação de novos diplomas legais, não foram possíveis, até a agosto de 2009, (data de cessação das Medidas Preventivas em vigor), iniciar o novo ciclo de planeamento municipal, decorrente da elaboração, aprovação e publicação do novo PDM.

Face à impossibilidade de se estabelecer novas medidas preventivas ou prorrogar mais as vigentes, para além de agosto/2009 e porque importava:

_ Continuar a “evitar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes que pudessem limitar a liberdade de planeamento ou comprometer ou tornar mais onerosa a execução do Plano”;

_ Impedir que as normas regulamentares do PDM em vigor, na classe de espaço urbano, voltassem a aplicar-se no território municipal, com todas as implicações urbanísticas negativas daí decorrentes, cujo impacto esteve na origem da necessidade de revisão deste instrumento de gestão territorial;

_ Aproveitar toda a experiência de gestão urbanística decorrente do estabelecimento das sucessivas Medidas Preventivas ao território concelhio, no âmbito das quais foi testada a aplicabilidade de parâmetros urbanísticos propostos no âmbito do processo de revisão;

_ Minimizar as situações quer de desadequação do Plano com as disposições legais em vigor e com as orientações, normas, modelos e conceitos superiores, quer de inadequação das normas à realidade cadastral e urbana do território municipal;

_ Materializar os resultados da vigência dessas medidas cautelares, que para além de permitirem avaliar e ponderar os vários parâmetros aplicados, conduziram também, à deteção de alguns desajustamentos e à necessidade de algumas atualizações específicas;

Concluiu-se, da necessidade de se proceder a uma “alteração parcial do Plano Diretor Municipal”, enquadrando o âmbito territorial, alteração circunscrita na classe de espaço urbano, e o âmbito material da proposta, alteração aos anexos do artigo 28º do Regulamento do PDM em vigor: Quadro Regulamentar e Notas explicativas.

Nestes termos a Edilidade deliberou proceder a uma “Alteração Regulamentar do Plano Diretor Municipal Estarreja (PDME), nomeadamente ao Quadro Regulamentar e Notas Explicativas anexos, a que se refere o Artigo 28.º do seu Regulamento, a qual foi concretizada e publicada a 11 de março de 2010 (DR Nº 49, II

Série, de 2010-03-11, retificada posteriormente pela Declaração Nº 599/2010, publicada no DR Nº60 II Série, de 2010-03-26).

A alteração ao artigo 28º do PDM, não promoveu a reclassificação de solos, e não afetou o modelo de organização espacial vigente na carta de ordenamento do PDM. Incidiu, fundamentalmente, sobre o conjunto de parâmetros/indicadores e índices expressos no quadro regulamentar cuja experiência urbanística, a par da realidade concelhia, demonstrou serem redundantes e desnecessários e enquadrou o modelo de gestão urbanística que emergia desde 2003, garantindo assim a sua continuidade por questões de transparência do processo de planeamento.

5.1.2. Fundamentos da Revisão do PDM

Após a retoma em 2005 do processo de Revisão do PDM e face, às constantes mudanças de enquadramento legal que tiveram lugar desde 2003 a 2008 e às transformações que se operaram no território houve necessidade de se alargar o ‘âmbito’ dos fundamentos que presidiram à revisão do PDM, uma vez que passou a existir uma multiplicidade de situações/razões que impediam o correto ordenamento e comprometiam o desenvolvimento concelhio e que se enumeram, seguidamente, de forma sucinta:

- Ausência de flexibilidade do Plano e a necessidade da sua reestruturação agilizando a sua gestão, corrigindo os estrangulamentos gerados com a sua aplicação:
 - Existência de um número elevado de normas, enquadradas num regulamento com carácter excessivamente restritivo: sem tolerância, sem flexibilidade e desatualizadas;
 - Inadequação das normas ao território urbano municipal (à realidade cadastral e urbana do território municipal);
- Impossibilidade de construção em grande percentagem do espaço urbano, conduzindo a:
 - Hiatos na malha urbana consolidada;
 - Especulação imobiliária, devido ao reduzido número de terrenos urbanos com condições de construtibilidade;
 - Procura de alternativas para construção em áreas rurais;
 - Fuga de investimento e população para outros concelhos.
- Desconformidade com a realidade do concelho e situações desadequadas às necessidades e anseios da população;

- Incongruências do Plano, designadamente a existências de diversas situações, onde se verificam sobreposições dos limites dos perímetros urbanos com os limites referentes à Reserva Agrícola Nacional (RAN) e à Reserva Ecológica Nacional (REN). Nesse sentido, torna-se imperioso proceder à compatibilização da realidade do concelho e das propostas de ordenamento com a delimitação da RAN e da REN;
- Ausência de articulação do PDM com os Instrumentos de Gestão Territorial hierarquicamente superiores que abrangem o concelho, nomeadamente o Plano Regional de Ordenamento do território do Centro (PROT-C) e o Plano Florestal;
- Necessidade de reestruturação da hierarquização da rede viária tendo em atenção as alterações introduzidas na rede e o Plano Rodoviário Nacional 2000. Adequação e articulação do traçado de novas infraestruturas viárias na definição da proposta de ordenamento, designadamente o “novo” traçado do IC1/A29;
- De acordo com os novos limites administrativos da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), a necessidade de se proceder a ajustamentos na estrutura de ordenamento, inclusivamente proceder à articulação com os concelhos vizinhos, evitando descontinuidades territoriais (RAN, REN, perímetros urbanos e outros usos);
- A necessidade de se proceder à vectorização de toda informação geográfica existente, (transposição, adequação e correção da informação analógica para digital) através de informação de base mais atualizada (ortofotomapas) gerou necessidade de se alterar todas as peças desenhadas da proposta inicial do Plano, em conformidade com os novos dados e os formatos em questão;
- Desadequação do Plano com as disposições legais em vigor e com as orientações, normas e modelos superiores;
- Ausência de um modelo estratégico de atuação que estabeleça ações distintas para a promoção de um desenvolvimento sustentado do concelho, tendo em atenção a sua diversidade territorial e as mudanças operadas nos últimos anos;
- Necessidade de desenvolvimento do concelho numa lógica integrada, global e de competitividade e afirmação face ao exterior.

5.1.3. O Quadro Estratégico

O PDM de Estarreja em vigor teve o seu enquadramento legal ainda ao abrigo do DL 208/82 e o seu processo tramitou para a nova legislação que entretanto na década de noventa emergiu sobre Planos Municipais - DL Decreto - Lei 69/90 de 2 de março, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto 211/92 de 8 de outubro.

A conclusão e aprovação deste Instrumento de Gestão Territorial ocorreram pois com a supracitada legislação em matéria de ordenamento.

No sentido de apoiar uma política de desenvolvimento económico e social e servir de enquadramento à elaboração de planos de atividade do município, objetivo previsto na regulamentação então vigente, o PDM de 1993, definiu um “Quadro Estratégico de Desenvolvimento”, baseado num conjunto de 10 Princípios Fundamentais:

1. Refazer a relação do Município com a Ria de Aveiro;
2. Ajustar a Rede Viária Nacional e a Municipal à necessária acessibilidade e proteção das populações;
3. Valorizar o carácter e a vocação agropecuária tradicionais do Município;
4. Enquadrar o carácter de acompanhamento do turismo no Município;
5. Contrariar o envelhecimento da população e fixar os ativos jovens;
6. Conter a dispersão urbana no território;
7. Adjetivar a identidade de cada freguesia e respetivos aglomerados;
8. Assumir e controlar a dinâmica e a perspetiva industriais;
9. Salvaguardar e promover os valores culturais e naturais do Município;
10. Completar o quadro programado de infraestruturas básicas.

Tendo em conta os objetivos de desenvolvimento passíveis de serem territorializados, a identificação dos condicionamentos e potencialidades do município de Estarreja, a distribuição racional das atividades económicas, as carências habitacionais, os equipamentos, as redes de transporte e as infraestruturas, foram definidas as seguintes linhas gerais para a estrutura de ordenamento:

1. A identificação de sete áreas homogéneas: Área Urbana - centro de Avanca e Beduído; Área Urbano-Rural (Salreu, Póvoas, Avanca, Beduído; Área do Campo (Canelas e Fermelã); Área Lagunar (Bloco

do Baixo Vouga; Bloco Ovar); Área de Água Levada (lugar de Água Levada) e Área de Indústria (Quinta da Indústria e área envolvente);

2. O Desenvolvimento para todas as freguesias de Planos de Urbanização/Pormenor, com a definição da estrutura espacial nas áreas interiores da densificação dos diferentes aglomerados, de acordo com as dinâmicas dos seus crescimentos e de forma a resolver-se eventuais necessidades de áreas para programas de habitação municipal ou equipamentos;
3. A definição de duas “Áreas de Desenvolvimento Programado”, áreas de intervenção específica, com um programa de ações a implementar através de Planos de Pormenor:
 - a) Desenvolvimento da área urbana da sede do Município, como Cidade futura, em expansão para sul, polarizando-a no Parque Municipal do Rio Antuã, ficando adjetivada com este elemento central de qualidade ambiental;
 - b) Desenvolvimento sustentado da vocação da área da “Quinta da Indústria” e espaços envolventes para fins de estabelecimento de unidades industriais, aproveitando a dimensão da estrutura viária prevista e circundante;
4. Recuperar os centros dos aglomerados de cada freguesia para as funções essenciais de dinamização e animação urbanas, quer para instalação de terciário, quer em termos de recuperação física de imóveis de habitação para instalação prioritária de casais jovens. As intervenções seriam enquadradas por estudos de Planos de Pormenor, após aprovação do PDM;
5. Adotar uma postura de rigor no controle e avaliação das instalações agropecuárias, existentes e novas;
6. Estabelecer condições para a fruição de valor ambiental e paisagístico, em especial nas margens da laguna e em locais de atração tradicionais, com propostas de uso e ocupação a definir através de Planos de Pormenor;
7. Promover uma rede viária municipal, sobre a existente ou a prever, que permita relações inter-freguesias ou inter-aglomerados urbanos.

O PDM’93, estabelecia, ainda, um conjunto de metas programáticas (princípios fundamentais) por freguesia, definindo a tipologia de equipamentos necessários, os fechos de malhas viárias, as novas vias, o tipo de estudos a efetuar etc., os quais deveriam ser observados e respeitados nas opções do PDM e bem assim como em todo o processo ulterior de planeamento e gestão, em apoio ao desenvolvimento municipal.

A estrutura de ordenamento do Plano Diretor Municipal de Estarreja de 1993, classificava o território municipal nas classes de espaços e categorias presentes no quadro seguinte e assinaladas na então Carta de Ordenamento:

Quadro 1- Classificação do território municipal - PDM93

<u>Classes/Siglas</u>	<u>Categorias</u> <u>/Siglas</u>	<u>Caracterização</u>
Espaço Urbano /EU	A- EU.A B- EU.B C- EU.C	- Espaço Urbano – Engloba espaços existentes e potenciais (urbanizáveis), consoante possuam ou não aptidão para construção urbana imediata, e que podem também ser designados de «perímetro urbano». As categorias (subclasses) pertencentes à classe de espaço urbano correspondem a três diferentes níveis: Categoria A (EU.A) : Carácter fortemente urbano, densidade elevada, nível elevado de funções e considerada como centro principal; Categoria B (EU.B) : Carácter moderadamente urbano, densidade média, nível médio de funções e considerada como centro secundário; Categoria C (EU.C) : Carácter rural, baixa densidade e reduzido nível de funções
Espaço Industrial/EI	Indústria transformadora /EIT; Indústria Extrativa /EIE	- Espaços Industriais - Constituem o conjunto dos espaços existentes e potenciais onde estão instaladas ou poderão vir a instalar-se unidades industriais e, suplementarmente, outras atividades que apresentem incompatibilidade com a função urbana, englobando duas categorias (subclasses): Espaço de indústria transformadora (EIT) e Espaço de indústria extrativa (EIE) - terrenos de explorações eventuais das camadas superficiais do subsolo, em princípio a céu aberto, incluindo a área destinada a controlar o impacto sobre os espaços envolventes.
Espaço Agrícola /EA	Protegido/EAP Agropecuário/EAA	- Os Espaços Agrícolas - são os que possuem características mais adequadas às atividades agrícolas e pecuárias, englobando ainda áreas que apresentam potencialidades de futura utilização agrícola através de ações de recuperação ou reconversão, compreendendo duas categorias: a) Espaço Agrícola Protegido (EAP) o qual se encontra incluído na Reserva Agrícola Nacional (RAN). b) O Espaço Agrícola Agropecuário, constituído pelos solos de uso agrícola complementar não incluídos na RAN, adequados à atividade pecuária que careça de extensão territorial.
Espaço Florestal/EF		- O Espaço Florestal (EF) corresponde às terras de vocação florestal, já florestadas ou que apresentem potencialidades de futuro uso, mediante ações de recuperação ou reconversão, englobando duas categorias (subclasses):

Espaço Cultural/EC
**Edifício /ECE;
Conjunto/ECC**

a) O Espaço Florestal Existente engloba áreas florestadas consolidadas sobre solos de menor capacidade agrícola ou sobre solos da RAN, privilegiando-se, no último caso, o carácter florestal existente.

b) O Espaço Florestal Potencial corresponde a solos de menor capacidade agrícola, contíguos aos espaços florestados existentes e para os quais se apontam ações de florestação.

- **O Espaço Cultural**, compreende os imóveis ou os espaços mais significativos de cada aglomerado, classificados ou em vias de classificação, englobando duas categorias (subclasses): Espaço cultural edifício (ECE) e Espaço cultural conjunto (ECC).

- **O Espaço Cultural Edifício (ECE)** é constituído pelo imóvel e área de proteção, em princípio abrangendo uma extensão de 50 m em redor do edifício, que, pelo seu valor histórico, arquitetónico ou arqueológico, exige salvaguarda e meios de proteção.

- **O Espaço Cultural Conjunto (ECC)** é a unidade urbana característica e caracterizante do espaço urbano, definido como grupos de construções de valor histórico, arqueológico ou urbanístico, que levem à imposição de medidas de proteção e valorização.

Espaço Natural/EN
**Protegido/ENP;
Lúdico/ENL;
Turístico/ENT**

- **O Espaço Natural (EN)**, globalmente inserido na Reserva Ecológica Nacional (REN). Inclui as áreas compostas por paisagens naturais ou seminaturais, pouco transformadas pela exploração e ocupação humanas, englobando três categorias (subclasses):

a) O Espaço Natural Protegido (ENP) engloba áreas onde se privilegia a proteção dos recursos naturais, salvaguardando-se ecossistemas, características naturais ou espécies de flora e de fauna de superior interesse.

b) O Espaço Natural Lúdico (ENL) engloba áreas vocacionadas, pontual e limitadamente, para a satisfação das necessidades das populações em matéria de recreio e lazer, com grandes restrições ao estabelecimento de focos de poluição de qualquer tipo, a implementar através de planos de pormenor, se necessário com elaboração de estudos de impacte ambiental.

c) O Espaço Natural Turístico (ENT) engloba áreas vocacionadas (pontuais e fortemente limitadas) para intervenções de aproveitamento turístico, a estabelecer através de planos de pormenor, com estudo de impacte ambiental obrigatório.

Espaço Barreira/EB
EB

- **O Espaço Barreira (EB)** corresponde a corredores e áreas ativados por infraestruturas, existentes ou previstas, que têm efeito de barreira física ao(s) espaço(s) que os marginam.

A demarcação das classes e categorias de espaços do PDM definia ainda o seguinte:

- Os espaços urbanos potenciais (ou espaços urbanizáveis), com ou sem edificação, careciam de estudos urbanísticos de pormenor (planos de pormenor, projetos de loteamento, etc.), e de infraestruturação básica, para se poderem transformar em espaço urbano com aptidão para construção imediata.
- Os espaços de indústria transformadora potencial, correspondiam a espaços destinados à instalação de unidades industriais ou outras atividades, dependentes de estudos urbanísticos de pormenor (planos de pormenor, projetos de loteamento, etc.) e de infraestruturação básica para se poderem transformar em espaço industrial com aptidão para instalação imediata.

Para as diferentes zonas de ocupação delimitadas na planta de ordenamento e acima definidas, eram apresentadas as regras de uso, ocupação e transformação do solo sob a forma de um “Quadro Regulamentar” e de um conjunto de “Notas Explicativas”, considerados como anexos ao Regulamento (Artigo 28º).

Os diferentes parâmetros e indicadores urbanísticos de intervenção patentes no “Quadro Regulamentar”, definiam igualmente um conjunto de regras (mínimos de superfície, largura e profundidade do terreno) que conferem ou não capacidade construtiva a um determinado terreno, independentemente deste se encontrar em zona de construção (perímetro urbano).

A estrutura de ordenamento da carta de ordenamento e do regulamento do PDM’93 estabelecia ainda na perspetiva de prosseguimento dos objetivos do plano, a necessidade de elaboração de diversos Instrumentos de Gestão Territorial e que se sintetizam no quadro seguinte:

Quadro 2 – Espaços Potenciais (Urbanizáveis) PDM93

Freguesia	Espaços Potenciais (Urbanizáveis) PDM 93 – Planos de Pormenor/Urbanização previstos
Avanca	4 Planos de Pormenor (PP): 2 PP de transformação de duas áreas em Espaços de Indústria transformadora (Fontela e Arada) e 2PP de estruturação de interstícios urbanos, respetivamente de requalificação da área da Nestlé e da área da escola EB2,3 Egas Moniz; 1 Plano de Pormenor para transformação dos Espaços Potenciais em Espaços Naturais Turísticos (Ribeira Mourão).
Beduído	5 Planos de Pormenor (PP): PP da Quinta Velha; PP de St. Amaro – Espaço Cultural de Conjunto (ECC) requalificação); PP da Estação; PP da Fontinha; PP da Póvoa de Baixo; 1 Plano (s) da Área de Desenvolvimento Programado da área urbana da sede do município Espaço Urbano (ADPU) - Revisão do Plano Geral de Urbanização (PGU).
	4 Planos de Pormenor (PP): 2 PP’s para estruturação da área central e 2PP’s sobre uma área semi urbana-rural a nascente da área Central, para transformação em Espaço de Indústria

Pardilhó	transformadora; 2 Planos de pormenor (PP) , para transformação dos espaços potenciais em Espaços Naturais Lúdicos (Nacinho e Ribeira da Aldeia).
Salreu	2 Planos de Pormenor (PP) do Centro de Salreu; 1 Plano de Pormenor para transformação dos Espaços Potenciais em Espaços Naturais Lúdicos (Cais/Esteiro).
Veiros	2 Planos de Pormenor (PP) : PP para transformação do Espaço Urbano C em Espaço Urbano B (EUB) e PP para requalificação do existente Espaço Urbano EUC; 1 Plano de Pormenor (PP) , a norte de Veiros e a sul da Intermunicipal Estarreja-Murtosa, para transformação dos Espaços Potenciais em Espaços Naturais Lúdico; 1 Plano de Pormenor para transformação dos Espaços Potenciais em Espaços Naturais Turísticos.
Canelas	2 Planos de Pormenor (PP) : PP da área junto ao cemitério, para definição de uma estrutura de acompanhamento e PP de transformação do Espaço Agropecuário, a norte do centro, num espaço urbano de categoria B.
Fermelã	2 Planos de Pormenor (PP) para estruturação da área central de Fermelã.
Avanca/Pardilhó/Beduído	Plano(s) da Área de Desenvolvimento Programado Espaço Industrial (ADP- EI) – Quinta da Industria Não foram assinalados Planos de Pormenor/Urbanização, potenciando a liberdade planificatória dessa estratégia ao Município - a referência sobre este assunto centra-se na necessidade da sua execução através de PP's.

Para além destes instrumentos a carta de ordenamento assinalava igualmente um conjunto de estudos / planos de recuperação de áreas degradadas, de aterros, escavações, depósitos, estruturas residenciais marginais aos aglomerados urbanos etc., estabelecendo-se igualmente a possibilidade de virem a ser delimitadas e intervencionadas outras áreas consideradas críticas ao longo da vigência do Plano.

A avaliação do estado do território, de acordo com a estratégia definida pelo PDM93, propostas no âmbito do ordenamento / zonamento, nível de execução no que concerne à concretização dos instrumentos, figuras e possibilidades que se afiguravam nas propostas é efetuada no ponto seguinte, considerado o ponto de chegada passado mais de 10 anos sobre a plena eficácia daquele Instrumento de Gestão Territorial.

5.1.4. Avaliação do Grau de Concretização / Execução

- **Avaliação do Quadro Estratégico**

A (re)avaliação dos princípios fundamentais (10 princípios) subjacente ao quadro estratégico de desenvolvimento do PDM93, com o seu próprio modelo de organização espacial e paralelamente com a realidade sócio/económica/territorial do concelho, apontam para o não cumprimento parcial do Plano fundamentalmente nas suas opções estratégicas (“Princípios Fundamentais”) 5, 6 e 8, concretamente:

- Os objetivos 5 e 6, respetivamente, “Contrariar o envelhecimento da população e fixar os ativos - jovens”; “Conter a dispersão urbana no território” – O fenómeno de envelhecimento populacional não encontra fundamentos exclusivos da atuação municipal uma vez que é um fenómeno extensível à escala nacional; Por outro lado, sobre um regulamento que definia um conjunto de parâmetros de construtibilidade demasiado rígidos da edificação em núcleos urbanos, potenciando hiatos na malha urbana, uma parte significativa da população viu-se obrigada a procurar alternativas para construção em áreas rurais, junto das suas explorações agrícolas, ou para outros concelhos, onde a dinâmica imobiliária se encontrava mais ativa, por obedecer a regulamentos mais permissivos e mais flexíveis, uma vez que os constrangimentos referenciados foram contribuindo igualmente para a especulação imobiliária.

- O objetivo 8 – “Assumir e controlar a dinâmica e a perspectiva industriais” – Apenas sob o ponto de vista da estratégia de deslocalização de algumas indústrias/empresas com alguma relevância no desenvolvimento do concelho (Nestlé; J. Amaral, entre outras) e dispersas pelos aglomerados. Com efeito, algumas destas empresas consumidoras de espaço urbano de qualidade, persistiram em não se fixar na ‘área industrial’ - prevista pelo Plano e que apostava num modelo territorial que concentrava na sua quase totalidade a localização de todas as indústrias existentes e futuras num único ‘espaço’ - ADPEI – Área de Desenvolvimento Prioritário do então, “ Espaço Industrial”. Por outro lado, foi assumido plenamente o desenvolvimento industrial, como se poderá verificar no último ponto da avaliação, no que concerne à realização de diversos Planos já eficazes enquadrados na Área de Desenvolvimento prioritário.

a) Avaliação do Grau de Concretização /Execução das Propostas

O Quadro seguinte demonstra o nível de concretização da elaboração dos Planos/estudos propostos, atualmente designados de unidades operativas de planeamento e gestão.

Quadro 3 - Níveis de Concretização das propostas de ordenamento PDM93

Freguesia/grau de concretização	Espaços Potenciais (Urbanizáveis) PDM 93 – Planos de Pormenor/Urbanização previstos
Avanca/33% ¹ Plano de Pormenor da Quinta do Outeiro) (1)	4 Planos de Pormenor (PP): 2 PP de transformação de duas áreas em Espaços de Indústria transformadora (Fontela e Arada) e 2PP de estruturação de interstícios urbanos, respetivamente de requalificação da área da Nestlé e da área da escola EB2,3 Egas Moniz; 1 Plano de Pormenor para transformação dos Espaços Potenciais em Espaços Naturais Turísticos Ribeira Mourão.
Beduído /66% (3 Planos de Pormenor: PP da Estação; PP da Fontinha; PP da Póvoa de Baixo e o Plano de Urbanização da Cidade de Estarreja)	5 Planos de Pormenor (PP): PP da Quinta Velha; PP de St. Amaro – Espaço Cultural de Conjunto (ECC) requalificação); PP da Estação; PP da Fontinha; PP da Póvoa de Baixo; 1 Plano(s) da Área de Desenvolvimento Programado da Área Urbana da Sede do município Espaço Urbano (ADPU) - Revisão do Plano Geral de Urbanização (PGU).
Pardilhó/33% (Nacinho e Ribeira da Aldeia) (1)	4 Planos de Pormenor (PP): 2 PP's para estruturação da área central e 2PP's sobre uma área semi urbana-rural a nascente da área central, para transformação em Espaço de Indústria Transformadora; 2 Planos de pormenor para transformação dos Espaços Potenciais em Espaços Naturais Lúdicos (Nacinho e Ribeira da Aldeia).
Salreu/ 100% (Plano de Urbanização do Centro de Salreu que enquadrrou os 2 PP Previstos) (1)	2 Planos de Pormenor (PP) do Centro de Salreu; 1 Plano de Pormenor para transformação dos Espaços Potenciais em Espaços Naturais Lúdicos (Cais/Esteiro).
Veiros/0%	2 Planos de Pormenor (PP): PP para transformação do Espaço Urbano C em Espaço Urbano B (EUB) e PP para requalificação do existente Espaço Urbano EUC; 1 Plano de Pormenor (PP) , a norte de Veiros e a sul da Intermunicipal Estarreja-Murtosa, para transformação dos Espaços Potenciais em Espaços Naturais Lúdico; 1 Plano de Pormenor para transformação dos Espaços Potenciais em Espaços Naturais Turísticos.
Canelas/0%	2 Planos de Pormenor (PP): PP da área junto ao cemitério, para definição de uma estrutura de acompanhamento e PP de transformação do Espaço Agropecuário, a Norte do centro, num espaço urbano de categoria B.
Fermelã/0%	2 Planos de Pormenor (PP) para estruturação da área central de Fermelã.

Avanca/Pardilhó/Beduído/100% (Plano de Pormenor do Eco-Parque Empresaria; Plano de Urbanização do Polígono nascente da ADP-EI; Plano de Pormenor do Parque empresarial da Quimiparque)	Plano (s) da Área de Desenvolvimento Programado Espaço Industrial (ADP- EI) – Quinta da Industria Não foram assinalados Planos de Pormenor/Urbanização, potenciando a liberdade planificatória dessa estratégia ao Município - a referência sobre este assunto centra-se na necessidade da sua execução através de PP's.
---	--

(1) Estudos de requalificação os quais foram enquadrados no Plano Intermunicipal Unir@ria /gestão Polis da Ria Aveiro S.A.

A informação constante do quadro é elucidativa do grau de cumprimento das propostas ao nível da elaboração com plena eficácia dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), propostos e assinalados na Carta de Ordenamento, sendo o nível de concretização de cerca de 60%.

Para além do modelo de organização espacial e planificatório assinalado na Carta de Ordenamento, foi ainda elaborado, com obtenção de plena eficácia, um Plano de Pormenor para a área central da Cidade de Estarreja, então designado de PP do Centro da Vila.

Com efeito, pode-se concluir que a maior parte dos planos propostos foram elaborados, á exceção:

- a)** Freguesia de Avanca - 2 PP's para transformação de duas áreas em Espaços de Indústria Transformadora (Fontela e Arada) – não concretizados, por opções políticas face ao início do processo de revisão do PDM cuja estratégia numa primeira fase, em 1998, passou por se abandonar a promoção de zonas industriais para além do Espaço da ADP-EI;
- b)** Freguesia de Avanca - 1 PP da área central –. Este Plano foi elaborado, abrangendo uma área mais adequada a um Plano de Urbanização, não tendo sido contabilizado no Quadro, por não ter sido aprovado em sede de Assembleia Municipal. Paralelamente, ainda foi elaborado um PP para a Zona da Nestlé, o qual nunca chegou a obter a plena eficácia;
- c)** Freguesia de Beduído - PP da Quinta Velha; PP de S. Amaro – Espaço Cultural de Conjunto (ECC) requalificação);
- d)** Pardilhó - 2 PP's para estruturação da área central e 2PP's sobre uma área semi urbana-rural a nascente da área Central, para transformação em Espaço de Indústria Transformadora.

Os 2 PP's propostos para a área central de Pardilhó foram abandonados, pela proximidade da elaboração de novas regras no âmbito da revisão do PDM, tendo sido contudo colmatada tal ausência, por um estudo urbanístico de requalificação da zona da Praça e envolvente, o qual foi executado; Os 2 restantes PP's para Indústria Transformadora, obedeceram ao mesmo critério referenciado na alínea a).

Por outro lado, estava ainda assinalado um Plano de Recuperação para a zona de Monte de Cima, área degradada pela existência de clandestinos e que importava recuperar. Tal estratégia aguardou igualmente pela elaboração da Revisão do PDM, pela necessidade de desafetações e exclusões de condicionantes de ordem superior;

- e) Freguesia de Veiros - 2 Planos de Pormenor : 1 PP para transformação do Espaço Urbano C em Espaço Urbano B (EUB) e 1 PP para requalificação do existente Espaço Urbano EUC, que por opções políticas e aproveitando os trabalhos da Revisão do PDM, foram abandonados.
- f) Freguesias de Canelas e Fermelã - foi do entendimento da Câmara Municipal, a não concretização dos Planos de Pormenor propostos tendo em vista a elaboração do processo de revisão do PDM, sendo que as disposições constantes no PDM em vigor, bem como as áreas a incluir em espaços urbanizáveis, teriam de ser alteradas para a ocupação destes espaços.

O Plano de Urbanização da Cidade de Estarreja (PUCE) integrou as áreas outrora estruturadas e regulamentadas nos Planos de Pormenor, respetivamente, o da Estação, o da Fontinha e o do Centro da Vila, cujas propostas já se mostravam descontextualizadas face às novas dinâmicas urbanísticas e às novas estratégias delineadas pelo município.

Importa referir, que, a execução do Projecto do Espaço Centro Cívico de Veiros e de Pardilhó, corporizaram também a estratégia do PDM93 (“linhas gerais de atuação municipal”) designadamente, *“Recuperar os Centros dos aglomerados de cada freguesia para as funções essenciais de dinamização e animação urbanas, quer para instalação de terciário”*.

O que falhou então na concretização/execução da estratégia de ordenamento?

1. Falhou a capacidade construtiva nas áreas de perímetro urbano, vocacionadas para o efeito, devido à rigidez e exagero de normas, parâmetros e indicadores patentes no PDM 93;
2. Falhou a estratégia de deslocalização de algumas empresas/indústrias, para a ADP-EI, resultado essencialmente dos avultados investimentos que já tinham sido efetuados nesses locais;
3. Falhou a estratégia de consolidação de alguns aglomerados urbanos, circunstância que decorre do ponto 1, assistindo-se a dinâmicas de edificação de natureza dispersa, recaindo um conjunto de pedidos/preensões em solo Rural. Paralelamente, assiste-se ao fenómeno de deslocalização das populações mais jovens do concelho, para outros territórios, com parâmetros de construtabilidade mais favoráveis e flexíveis;

4. Falhou a estratégia à escala supramunicipal, relativa à programação/estruturação dos grandes eixos viários, designadamente o desenvolvimento do eixo IC1/A29, o qual foi construído em corredor distinto do previsto, desde 1993, na carta de ordenamento a poente da EN 109 e consequentemente a proposta de hierarquização viária nela constante.

5.2. Os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) em Vigor

De acordo com a Lei nº31/2014 de 30 de maio (Lei de bases gerais da política pública de solos), a política de solos, de ordenamento do território e de urbanismo é desenvolvida, nomeadamente, através de instrumentos de gestão territorial que se materializam em:

- a) Programas, que estabelecem o quadro estratégico de desenvolvimento territorial e as suas diretrizes programáticas ou definem a incidência espacial de políticas nacionais a considerar em cada nível de planeamento. Este tipo de instrumentos, abrange 3 níveis/âmbitos: Programa Nacional, correspondendo ao Programa Nacional da Política de ordenamento do Território (PNPOT), Programa Regional, e Programa Intermunicipal.
- b) Planos, que estabelecem opções e ações concretas em matéria de planeamento e organização do território, bem como, definem o uso do solo.

Neste ponto, identificam-se todos os instrumentos de gestão territorial que vigoram sobre o território municipal, elaborados ao abrigo do quadro legal vigente à data e de acordo com os princípios e desígnios relativos ao PNPOT (quadro estratégico para o ordenamento do espaço nacional) e às orientações constantes do então designado Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro Litoral (que de acordo com a atual lei de bases, constituiria um programa regional, estabelecendo o quadro de referencia estratégico para a elaboração dos programas intermunicipais e dos planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal), o qual nunca chegou a obter a plena eficácia.

Procede-se igualmente ao enquadramento dos objetivos de cada plano e quando possível ao grau e âmbito de implementação do mesmo. Importa, também, referir que no período 2001-2012, foram elaborados sete planos, não tendo o processo de planeamento municipal ficado refém da prossecução dos trabalhos do PDM, que só viria a obter plena eficácia em julho de 2014. Pelo exposto pode-se afirmar que numa dimensão temporal de 13 anos, foram elaborados e mantêm plena eficácia 8 Instrumentos de Gestão Territorial, incluindo a Revisão do PDM.

O PDM em vigor será objeto de maior ênfase, pelo papel central que desempenha no sistema de planeamento municipal, no ponto seguinte (5.3).

5.2.1. Instrumentos de Gestão Territorial (IGT's) de Âmbito Municipal

Na figura (Fig 9) que se segue, apresentam-se as delimitações dos IGT's em vigor no território municipal:

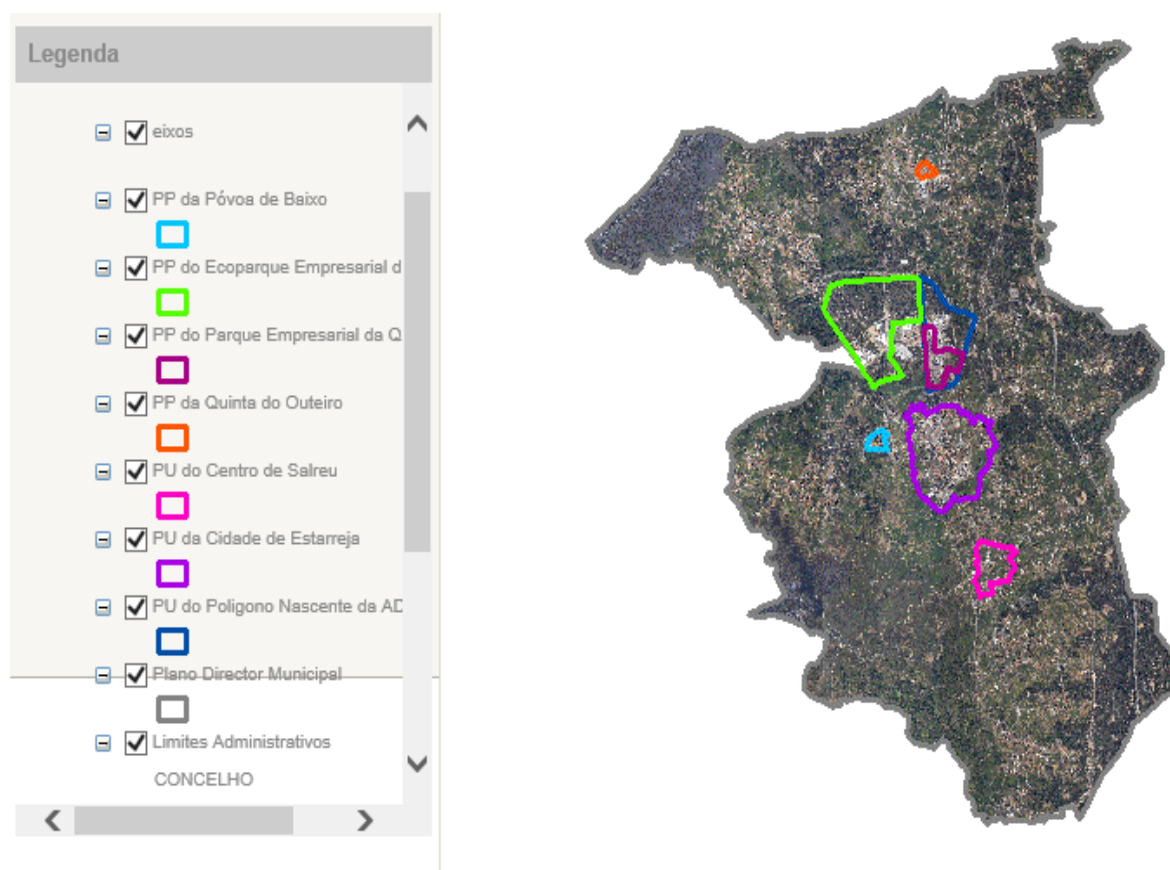


Fig.9 – Instrumentos de Gestão Territorial em Vigor no Município de Estarreja

a) PP do Eco Parque- “PP do perímetro I da Área de Desenvolvimento Programado – Espaço Industrial (ADP-EI)” publicado em D.R. n.º 167, II série, , de 27 de agosto, através do Aviso n.º 17054/2010 e retificado pela Declaração publicada no D.R. n.º 171, II série, de 02 de setembro (Declaração de Retificação n.º 1807/2010)

Abrange três freguesias do concelho, Avanca, Beduído e Pardilhó e integra uma área total de 289,7 ha e resulta da Revisão do Plano de Pormenor do Perímetro I da ADP-EI. Tal Revisão consistiu nalguns ajustamentos à área de intervenção anterior do plano (de 204,2 ha), tendo sofrido uma redução de 26,7 ha, a Sul e uma expansão de 112,2 ha, para norte/nascente. À semelhança dos pressupostos assumidos na elaboração do Plano de Pormenor do Perímetro I da ADP-EI, também a sua revisão assumiu nas suas opções uma intervenção que refletisse uma “aposta estratégica de desenvolvimento local que constitui o reforço do concelho enquanto espaço de parceria para a atracção industrial e investimento”. Qualificando-se, este espaço empresarial como um “Eco-parque” (local que se caracteriza por “uma comunidade de empresas que cooperam entre si e com a comunidade local para eficientemente partilharem recursos com vista a ter ganhos económicos, em qualidade ambiental e com benefícios para os recursos humanos das empresas e da comunidade local”, (adaptado de: Indigo Development, 2000, <http://www.indigodev.com/Ecoparks.html>), este possui já presentemente urbanizados cerca de 87 ha, que permitiram a ocupação de 23 lotes, processo no qual, esteve sempre patente o equilíbrio entre a oportunidade de atracção de investimento, de geração de emprego e riqueza, com as preocupações paisagísticas e de proteção ambiental, numa lógica de dinamização da economia local e melhoria da qualidade de vida das populações.



Fig.10 – PP do Eco Parque Empresarial

Os termos de referência da então Revisão do Plano, com plena eficácia, foram os seguintes:

- Consolidação/Revitalização de uma área industrial histórica, onde se insere o Complexo Químico Industrial de Estarreja;
- Integração geoestratégica de uma zona empresarial assente no anel rodoferroviário estruturante, linha do Norte, EM 558 e a recém construída EN 224, que constituem, simultaneamente, importantes eixos de acessibilidade e limites da expansão preconizada;
- Criação de um espaço com condições estruturais flexíveis, capazes de dar resposta a um mercado cada vez mais competitivo e variável, disponibilizando diferentes dimensões de lotes que permitam enquadrar várias tipologias de procura, assegurando, pequenas, médias e grandes áreas de ocupação;
- Articulação e reforço da ligação a centros de conhecimento científico (Universidade de Aveiro);
- Assunção da consolidação da zona industrial de Estarreja como um dos polos de maior investimento empresarial da zona centro e do país.

No âmbito do processo dinâmico dos planos, previsto no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), o Plano de Pormenor do Eco-Parque Empresarial de Estarreja (PPEEE) encontra-se, presentemente, sujeito a uma “Alteração Regulamentar”, determinado pela Câmara Municipal, através da Deliberação camarária nº 76/2014, na reunião ordinária de 27 de março no âmbito da qual a Câmara aprovou também os “Termos de Referência e Oportunidade e Fundamentação da Não Sujeição a Avaliação Ambiental Estratégica”.

A necessidade de adaptação deste “instrumento de gestão territorial à nova conjuntura económica e social, através da calibração de algumas situações dissonantes com os parâmetros de construtibilidade consagrados no plano em vigor, numa lógica de convergência com os parâmetros urbanísticos previstos no âmbito do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Estarreja” (Despacho nº26/2014 de 10 de fevereiro, do Exmo. Sr. Presidente da Câmara), constituiu o vetor estratégico dos termos de referência da promoção desta alteração.

Tendo sido já objeto de fase de Discussão pública, que ocorreu entre 24 de outubro de 2014 e 24 de novembro de 2014, nos termos do Aviso em Diário da República N.º201, II Série –de 17 de outubro de 2014, a versão final da proposta de Alteração Regulamentar do PPEEE encontra-se em condições de ser submetida a aprovação pela Assembleia Municipal, sob proposta camarária.

b) Plano de Pormenor do Parque Empresarial da Quimiparque (PPPEQ) Retificado pela R.C.M. n.º 81/2006 de 2006-06-08, publicada em Diário da República n.º 124, I Série-B, de 2006-06-29

O PP do Parque Empresarial da Quimiparque, teve como objetivo proceder à requalificação/reestruturação de parte do ‘complexo químico industrial existente’, organizando os diferentes usos industriais e empresariais, já instalados e emergentes, num processo catalisador das novas oportunidades e exigências do mercado. Saliente-se que atualmente a gestão da Quimiparque, passou a ser efetivada pela Agência Portuguesa de Investimentos (API – Parques), também parceira da Câmara Municipal na gestão do novo Eco-parque Empresarial.



Fig.11 – PP do Parque Empresarial da Quimiparque

c) Plano de Urbanização (PU) do Polígono Nascente da ADP-EI. Publicado em D.R. n.º 198, II Série a 12/10/2012 (Aviso n.º 13640/2012).

O PU procurou uma intervenção mais abrangente, integrando o PP do Parque Empresarial da Quimiparque, bem como um conjunto de outras grandes unidades industriais dos ramos químico e metalomecânico (Cires, Prozinco, CUF, entre outras), no sentido de qualificar urbanística e ambientalmente, uma vasta área a

Nascente da linha de caminho-de-ferro, dotando-a de condições para que se possa constituir como uma zona industrial, atrativa e qualificada, em articulação com o território envolvente, tirando partido inclusive do percurso histórico, bem como das vantagens locativas, designadamente a excelente acessibilidade aos principais eixos nacionais: IC1/A29, A1 e IP5.



Fig.12 – PU do Polígono Nascente da ADP-EI

d) O Plano de Urbanização da Cidade de Estarreja (PUCE), publicado no D.R. n.º 196, II série, de 08 de outubro, através do Aviso n.º 19932/2010

O Plano de Urbanização da Cidade de Estarreja (PUCE), resultou do facto de não se considerar o atual Plano Geral de Urbanização para a (então) Vila de Estarreja, como instrumento capaz de responder às atuais necessidades da Cidade de Estarreja e das dinâmicas que vão emergindo, por força do seu longo período de vigência, tendo-se tornado ‘obsoleto’. Abrange uma área de 304,3 ha e teve como objetivo estratégico, a qualificação do ambiente urbano como forma de afirmação positiva da Cidade de Estarreja, contribuindo igualmente para a atração de investimentos, de visitantes, para a reestruturação e reforço do tecido urbano e social, sustentando a programação de novas formas de ocupação e expansões urbanas, a maior parte já previstas em anterior Plano. O PUCE foi elaborado englobando as áreas que integraram outrora os Planos de Pormenor da Estação, da Fontinha e do Centro da Vila, por opção política, uma vez que as suas propostas já se mostravam descontextualizadas face às novas dinâmicas urbanísticas e às novas estratégias delineadas pelo município.

Quanto à operacionalização do Plano de Urbanização da Cidade de Estarreja (PUCE), em vigor, pode-se desde já constatar mudanças significativas, com a execução de um conjunto de espaços comerciais, com a integração da Escola EB 2,3 Padre Donaciano, a construção da Piscina Municipal, o Parque municipal do Antuã com a expansão prevista no anterior PGU, e construção de uma ponte pedonal/ciclável, entre outros. Foram ainda despoletados estudos urbanísticos de requalificação de diversos espaços emblemáticos da Cidade, designadamente:

- RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**
CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA
Abril 2015

-A zona envolvente ao Cineteatro;

- Medidas de acalmia de tráfego e intervenções em diversos atravessamentos para peões tornando-os mais acessíveis.

O PUCE, tem vindo a constituir globalmente uma oportunidade para a melhoria da imagem da Cidade. Contudo, importa ainda, potenciar uma maior urbanidade, através, designadamente, de intervenções de reabilitação física do edificado existente, e requalificação de alguns espaços públicos/arruamentos no núcleo mais antigo da Cidade, bem como proceder à sua Alteração por Adaptação decorrente da entrada em vigor do PDM em 2014.

e) O Plano de Urbanização do Centro de Salreu (PUCS), publicado no D.R. nº 230, II Série, de 30 de novembro, através do Aviso n.º 23331/2011

O Zonamento daquele instrumento de gestão territorial, pretendeu garantir unidade e estruturação adequada ao aglomerado, mediante a criação de um desenho urbano coerente, proporcionando ambientes urbanos aprazíveis com comércio, serviços, espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva, com dimensão estruturante para o aglomerado.

Abrange uma superfície aproximada de 68 ha. O quadro de referência estratégica do plano, assumiu a requalificação do ambiente urbano, como o principal vetor de orientação, tendo por base a natureza dos diversos ‘espaços’ existentes, muitos dos quais já comprometidos sob ponto de vista urbanístico, os seus usos e identidades. Nesta perspetiva, o desafio centrou-se na conceção de um ambiente humanizado mais atraente, fundamentalmente para estratos populacionais mais jovens, através da estruturação de uma ‘polarização urbana’ capaz por um lado, de concentrar na área central de Salreu um conjunto de equipamentos indispensáveis ao quotidiano da vida urbana, servindo não só Salreu, como as freguesias de menor dimensão, localizadas a sul e por outro, dotar Salreu de ‘autossuficiência’ ao nível de espaços públicos lúdicos e atividades económicas e sociais.

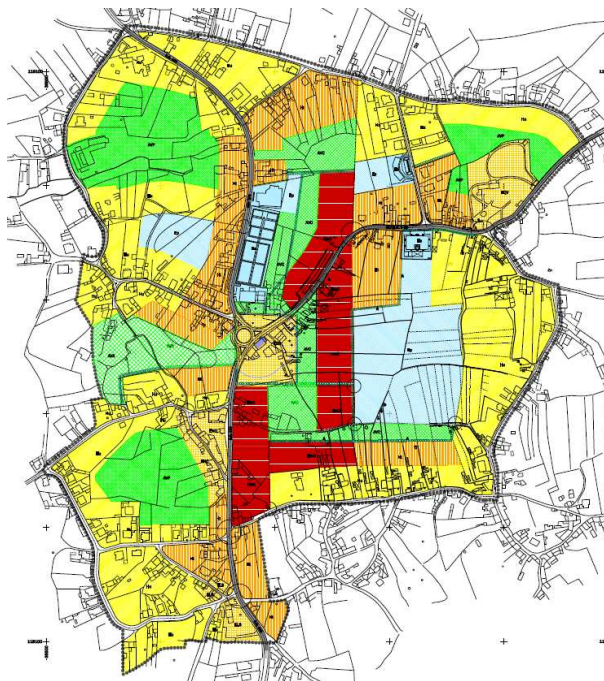


Fig.14 – PU do Centro de Salreu

Ao nível do grau de concretização da estratégia e programação do PUCS, pode-se referir o pleno funcionamento do Centro Escolar Visconde de Salreu, desde setembro de 2013, equipamento que se localiza a nascente da EN 109 e a sul da rua Visconde de Salreu (eX EN 1-12). A estruturação de uma nova área central, através de um conjunto de vias hierarquizada, dependerá da execução da via estruturante de desenvolvimento norte/sul, a nascente da EN 109 e contígua ao lado poente do Centro Escolar, bem como da continuidade do arruamento (Rua Allison Campos da Silva) parcialmente executado que margina a poente o referido centro Escolar de Salreu, constituindo a entrada principal para o mesmo.

f) Plano de Pormenor da Póvoa de Baixo (PPPB) publicado em Diário da República n.º 55, II Série, através da Resolução de Conselho de Ministros (R.C.M.) n.º 33/98 de 1998-03-06 e alterado pela R.C.M. n.º 144/2001, publicada em Diário da República n.º 215, I Série-B, de 15 de Setembro de 2001.

Abrange áreas das então freguesias de Beduído e Veiros, atualmente integram uma só freguesia (União de Freguesias de Beduído e Veiros) e resultou da redefinição da conceção de ocupação prevista no Plano de Pormenor de Expansão Urbana do Lugar da Póvoa de Baixo, aprovado superiormente em 9 de fevereiro de 1978 e com alteração retificada por Despacho do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território em 27 de fevereiro de 1991, publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 27 de agosto de 1991. A revisão incidiu sobre alterações de carácter funcional e tipológico, de forma a poder-se dar resposta às solicitações efetuadas à Edilidade, para a disponibilização de parcelas de terreno para habitação (unifamiliar e coletiva), permitindo, ainda, desta forma disponibilizar à iniciativa privada, parcelas para habitação coletiva (com comércio) e uma mais fácil concretização do plano.

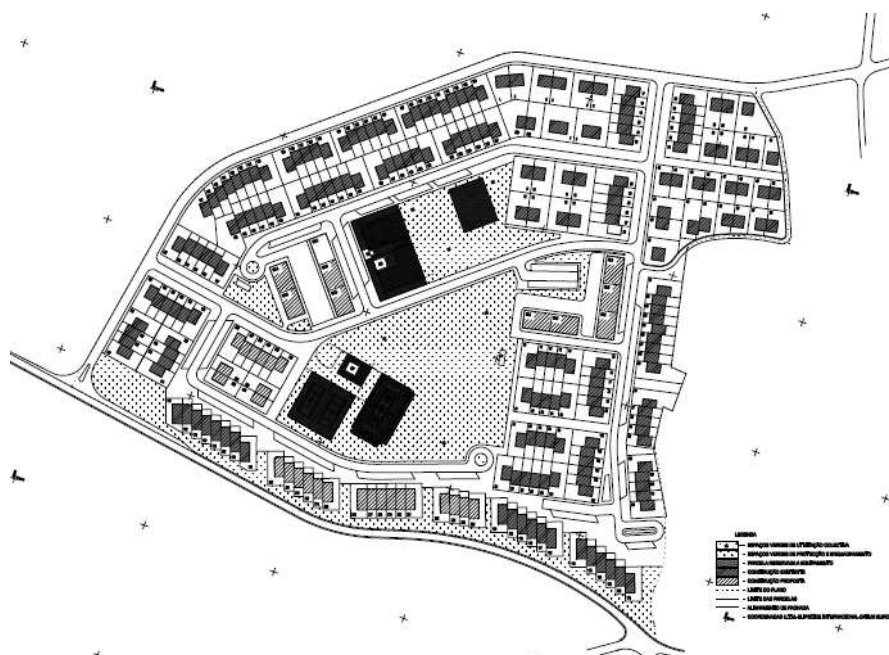


Fig.15 – PP da Póvoa de Baixo

g) Plano de Pormenor da Quinta do Outeiro (PPQO) ratificado pela R.C.M. n.º 173/2003 de 2003-10-10, publicada em Diário da República n.º 255, I Série-B, de 4 de novembro de 2003, tendo sido alterado pelo Aviso n.º 1465072010 publicado no D.R. n.º 142, II série, de 23 de julho, e ainda, retificado pela Declaração publicada no D.R. n.º 9, II série, de 13 de janeiro (Declaração de Retificação n.º 86/2011)

O PP da Quinta do Outeiro (com cerca de 8 ha), corporiza uma nova centralidade urbana à freguesia de Avanca. A riqueza plurifuncional da área envolvente composta por equipamentos (Pavilhão Gimnodesportivo, Complexo Escolar composto pela Escola Básica (EB) do 1.º ciclo e pela EB 2,3, a Piscina, etc.), indústria (Nestlé), serviços e habitação, dinamiza e potencia a compactação e nucleação urbana do espaço intersticial do aglomerado.

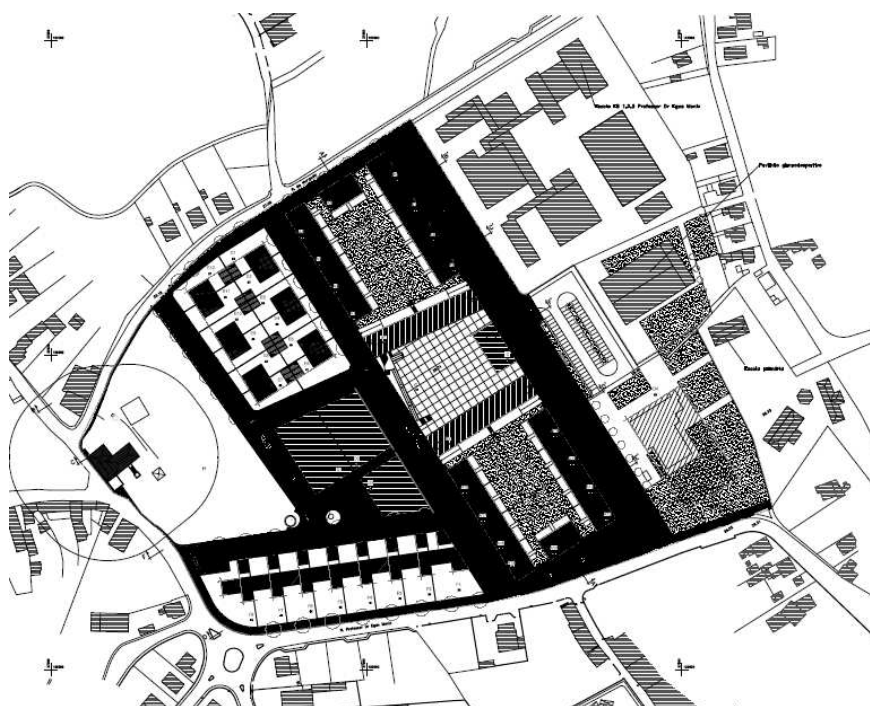


Fig.16 – PP da Quinta do Outeiro

A sua morfologia urbana assentou em dois quarteirões de habitação enquadrando um espaço intermédio com o uso de praça. O programa para o Plano de Pormenor engloba habitação, comércio, serviços e equipamentos. A habitação subdivide-se essencialmente em duas tipologias de construção e implantação: a primeira em habitação coletiva (de blocos de 3 pisos + cave), e a segunda, em habitação unifamiliar

geminada e habitação unifamiliar em banda. O programa de comércio concentra-se essencialmente, na galeria envolvente da praça. Os serviços ocupam o edifício central da praça em três pisos elevados, sendo o nível da praça liberto, ocupado apenas com o acesso ao edifício.

O PPQO, sofreu um processo de Alteração, em vigor desde julho de 2010, o qual se centrou na necessidade de se alargar o âmbito funcional dos usos admitidos nalgumas parcelas (parcelas D1, D2 e D3), tornando-o mais flexível e abrangente perante uma dinâmica emergente de funções relacionadas com serviços, comércio e/ou pequena indústria, que a conclusão das obras de urbanização do loteamento entretanto promovido e a respetiva colocação dos lotes no mercado, tornou mais clara.

5.2.2. Outros “Instrumentos” de Ordenamento

“A acessibilidade e a mobilidade de pessoas e mercadorias constituem hoje em dia um dos temas centrais das políticas urbanas na medida em que visam tanto a qualificação urbanística e ambiental como a própria competitividade dos centros na disputa por novas funções no quadro regional, nacional e até europeu. O padrão de mobilidade de uma cidade é desde logo objeto de primeira a avaliação do ponto de vista das condições de competitividade, designadamente em termos de decisões locais de novas atividades, e é também essencial à geração de dinâmicas inovadoras tornando-se por isso motor de uma reformulação (contínua) das acessibilidades e um fator de regeneração do tecido urbano.” (Acessibilidade, Mobilidade e Logística urbana – Série Política de Cidades 6 – DGOTDU-Política de Cidades Polis XXI, setembro de 2011)

“Repensar a mobilidade urbana passa pela otimização da utilização de todos os meios, pela organização da «co-modalidade» entre diferentes meios de transporte coletivos (comboio, elétrico, metro, autocarro, táxi) e particular (automóvel, motorizada, bicicleta, deslocação a pé). Passa igualmente pela consecução dos objetivos comuns de prosperidade económica, de gestão da procura de transportes como garantia da mobilidade, qualidade de vida e defesa do ambiente. Há igualmente que conciliar os interesses dos transportes de mercadorias e de passageiros, independentemente do meio de transporte utilizado.” (LIVRO VERDE, Por uma nova cultura de mobilidade urbana).

Enquadrado nas mais recentes preocupações das políticas e estratégias territoriais da União Europeia, onde a mobilidade urbana é reconhecida como um fator importante de contribuição para o crescimento e o emprego e é-lhe reconhecido um forte impacto no desenvolvimento sustentável dos territórios, o município de Estarreja tem vindo a promover Estudos e Planos, associados à melhoria da acessibilidade/mobilidade, de requalificação do espaço público, eliminando barreiras que de forma generalizada se espalham em meio

urbano e de criação de condições a uma melhor gestão das acessibilidades, com vista à diminuição do uso do automóvel.

Com efeito, analisando o percurso que ao longo dos últimos anos tem caracterizado a atuação da Câmara Municipal, é possível constatar a continuidade das preocupações e práticas nas políticas já assumidas (desde 2004) em matéria de acessibilidade com o objetivo de promover um território para todos, destacando-se o diagnóstico das situações de imobilidades existentes/Plano de intervenção, no âmbito da adesão à REDE NACIONAL DE CIDADES E VILAS COM MOBILIDADE PARA TODOS (REDE), o Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade enquadrado no programa RAMPA (Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade), à escala regional, o Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro (PIMT-RA) e presentemente, o início dos procedimentos, com vista à delimitação de uma ARU do Centro da Cidade de Estarreja.

A) O projeto REDE em Estarreja: A estratégia

No ano de 2003, ano europeu das pessoas com deficiência, a Associação Portuguesa de Planeadores do Território (APPLA), com a colaboração da Associação Portuguesa dos Deficientes (APD) e o apoio da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), lançou o Projecto da Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos (REDE) e o desafio a todos os municípios a aderirem ao objetivo: “adequar as cidades e vilas a todos os cidadãos sem que haja discriminações, para que sejam respeitados os valores fundamentais da solidariedade, da liberdade e da equiparação de oportunidades”. A Autarquia de Estarreja, procedeu a 6 de Maio de 2004, à assinatura do contrato de adesão com a APPLA, tendo-lhe sido atribuída a “Bandeira Verde da Mobilidade para Todos”, assumida como um compromisso com a sociedade civil para o ano em curso, tendo igualmente recebido o certificado como o 4º Município fundador da REDE. A APPLA, comprometia-se a elaborar o Plano de Intervenção de Acessibilidades (PIA), até 2005 e a CME, comprometia-se a corrigir os obstáculos à mobilidade até 2007 e assumia adicionalmente o compromisso de incluir, em Regulamento Municipal, medidas sensíveis à problemática da mobilidade. Recebido, em agosto de 2004, o PIA, continha um “inventário” dos “pontos negros” (as imobilidades!) na área central da Cidade (Fig.17)-área piloto de intervenção delimitada pela, Av. Visconde de Salreu, a Rua Dr. Souto Alves, a Av. 25 de Abril, a Rua dos Bombeiros, um pequeno troço da Rua Dr. Melo Andrade, fechando o circuito a Rua Visconde de Valdemouro com ligação novamente à Av. Visconde Salreu.

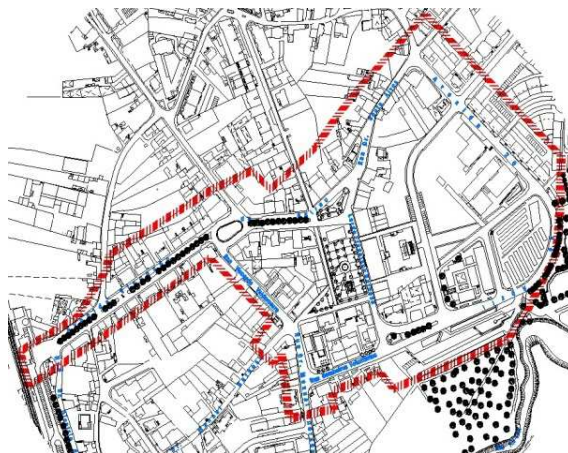


Fig.17 – Área de Intervenção da REDE



Fig.18 – Apresentação da CME, 6 de Dezembro 2010, no âmbito do Workshop sobre "Pessoas portadoras de deficiência e as barreiras do dia-a-dia". – Contrato Local de Desenvolvimento Social de Estarreja CLDS), Biblioteca Municipal de Estarreja

No âmbito do projeto REDE procedeu-se internamente ao desenvolvimento de:

a) Ações de sensibilização: Promoção de várias reuniões, que constituíram momentos de sensibilização, oportunidades de reflexão e autocritica coletiva, sobre a questão da mobilidade. O projeto Rede foi abordado, sempre numa perspetiva integrada e de articulação com as diferentes Divisões da autarquia, atendendo à transversalidade dos conceitos da mobilidade, de forma a se avançar com uma estratégia de atuação.

Efeitos: Integração na Comissão Municipal de Trânsito (CMT) de um representante da Divisão de Planeamento e Urbanismo com preocupações na área da Mobilidade/Acessibilidade;

b) Um Regulamento Municipal - Elaborado em sede de diversas reuniões com equipa Multidisciplinar, integrando alguns elementos da Comissão Municipal de Trânsito, representantes de outras Divisões e Executivo. Efeitos: o Regulamento foi aprovado pela Câmara Municipal de Estarreja, a 23 de Agosto de 2005, pela Assembleia Municipal, a 17 de setembro de 2005 e publicado em DR a 10 de novembro de 2005;

c) Um plano de execução de trabalhos de campo, de forma a se obterem, progressivamente, incrementos nas taxas de correção de “imobilidades”. Efeitos: A planificação dos trabalhos a par das ações estratégicas sumarizadas nas alíneas anteriores constituíram oportunidades de excelência para, debates mais alargados sobre a Cidade, tendo-se internamente promovido sessões de “brainstorming” (2006) sobre a necessidade de elaboração de projetos de requalificação em determinados troços urbanos, e participado em colóquios (2006) e Workshops (2010) sobre as questões das cidades acessíveis/sociedades mais inclusivas (Fig. 18).

O ‘projeto’ piloto, preconizado pelo PIA-projeto REDE em Estarreja - constituiu uma alavanca no processo de definição de uma multiplicidade de ações de promoção da mobilidade e acessibilidade, enquadradas numa estratégia e empenho municipal na construção de uma cidade mais acessível valorizando-se a qualidade urbana na dimensão mais fundamental: a dimensão humana. Foram entregues, pela Associação Portuguesa de Planeadores do Território, a 18 janeiro de 2007 e a 27 de janeiro de 2009, respetivamente, as Bandeiras de Prata e de Ouro (“2º Município do País a receber a Bandeira de Ouro”), após o relatório da Comissão de avaliação.

As intervenções promovidas pela autarquia, apoiaram-se em soluções diversificadas de requalificação do espaço público, designadamente:

- O rebaixamento e alargamento de passeios;
- A recolocação ou eliminação de obstáculos, como postes de iluminação, sinais de trânsito, caixotes de lixo;
- A criação de rampas de acesso em edifícios públicos;
- Novas passadeiras para peões e construção de passadeiras sobrelevadas em locais geradores de grande fluxo de peões e veículos;
- O projeto e conceção do Parque Municipal do Antuã já com ‘preocupações’ ao nível de percursos acessíveis;
- O estabelecimento de lugares de estacionamento para pessoas de mobilidade reduzida;

- Medidas de sensibilização relativamente ao estacionamento indevido;
- A requalificação da Praça Francisco Barbosa, com a pedonalização da Rua dos Paços do Concelho;

B) Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade – Rampa

“Pelo desígnio ESTARREJA ACESSÍVEL”, o município em 2011 (1 de março) candidatou-se ao Regime de apoio aos Municípios para a Acessibilidade, programa que inaugurou a segunda geração de planos de promoção de acessibilidades apoiados pelo Programa Operacional Potencial De Humano POPH (Inscrito no então Quadro de Referência Estratégico - QREN) referente ao eixo 6 (Cidadania, Inclusão e desenvolvimento Social), no âmbito da Tipologia de Intervenção 6.5 – Ações de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas no Âmbito da Deficiência.

Na sequência da candidatura, a 21 de setembro de 2011, o Município apresentou publicamente, o PLANO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE, com o objetivo de projetar um município acessível para Todos, proporcionando uma melhor qualidade de vida aos seus cidadãos: aos que residem, trabalham ou a visitam.

O desenvolvimento de um conjunto de ações consubstanciou este plano estratégico, designadamente ações de informação e comunicação, sensibilização, formação e participação, envolvendo populações, associações e entidades locais, de modo a inserir dinâmicas municipais capazes de manter este desígnio cívico de município inclusivo, na agenda de trabalho de toda a comunidade.

Ao nível do desenvolvimento dos estudos especializados em matéria de acessibilidade, foi desenvolvida uma abordagem detalhada do espaço público, equipamentos públicos, transportes, comunicação e infoacessibilidade, tendo-se concretizado num Plano Estratégico de prioridades de intervenção.

A 21 de novembro de 2012 e a 19 de março de 2013, foram apresentados e discutidos com entidades parceiras e membros de um conselho consultivo, designados para o efeito, as melhores soluções e estratégias para este plano. Até ao final de junho de 2013, concretizaram-se todas as ações previstas, relativas ao projeto RAMPA (data aprovada para conclusão de todas as atividades/ações, após pedido de alteração ao POPH, para prolongamento do período de concretização das mesmas).

A sessão de encerramento das atividades/ações inerentes ao Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade de Estarreja, teve lugar em ato público a 11 de julho de 2013, no Auditório da Biblioteca Municipal de Estarreja, onde foi apresentada uma síntese de todas as ações desenvolvidas, efetuada a entrega das publicações MANUAL DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS e SÍNTESE DAS AÇÕES, e assumido o compromisso político de dar continuidade a este desígnio “Acessibilidade e Mobilidade para Todos”, na construção de uma sociedade mais inclusiva e mais integradora.

Na continuidade das intervenções com vista à eliminação de barreiras arquitetónicas, urbanísticas e psicológicas, construindo e promovendo espaços urbanos mais democráticos, cita-se:

- Intervenções de reordenamento do trânsito através do estabelecimento de ruas de sentido único e a conceção de ruas de acesso condicionado;
- Beneficiação da Rua Dr. Tavares da Silva, atendendo à mobilidade pedonal e ciclável;
- Elaboração do Estudo - “PEGADA ACESSÍVEL DO EIXO CENTRAL DA CIDADE DE ESTARREJA - OFERTA DE ESTACIONAMENTO”;
- Criação de bolsas de estacionamento, destacando-se atualmente o Projeto do Quarteirão Norte, em fase de execução, e o parque na Rua Dr. Luís de Camões já em pleno funcionamento, totalizando ambos uma oferta de 112 lugares;

C) Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro (PIMT- RA)

No âmbito da promoção de estratégias de gestão de mobilidade com opções de repartição modal mais sustentáveis, de forma a contrariar os efeitos negativos da dependência do uso do automóvel e da reduzida cobertura da oferta do transporte coletivo e do crescente aumento do custo dos combustíveis, a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA) desenvolveu um Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes (12 de setembro de 2011), para os concelhos que integram a Região de Aveiro (PIMT-RA). Este plano, fisicamente concluído em setembro de 2013 tem como principal objetivo, dotar a Região de um documento estratégico e operacional, que sensibilize e fomente a articulação entre os diferentes modos de transporte visando a implementação de um sistema integrado de mobilidade com o mínimo custo de investimento e de exploração, que permita diminuir o uso do transporte individual e, simultaneamente, garanta a adequada mobilidade das populações, promova a inclusão social, a qualidade de vida urbana e a preservação do património histórico, edificado e ambiental. O PIMT-RA será também um documento de referência nas decisões a tomar pelos municípios no âmbito das suas competências, em relação aos transportes urbanos, mobilidade e sustentabilidade.



Fig.19- Região de Aveiro - PIMT-RA

A operacionalização das propostas do PIMT-RA vai incidir numa primeira fase numa das ações previstas no âmbito das propostas para a área da Gestão da Mobilidade, a criação de um Observatório da Mobilidade. O Observatório da Mobilidade constituirá uma estrutura cuja função será a de monitorizar as propostas do PIMT-RA (recolher, analisar e divulgar informação a todos os intervenientes e “stakeholders”, relativa às principais dinâmicas de mobilidade e acessibilidade), constituindo um primeiro passo para a futura Autoridade de Transportes Intermunicipal;

D) Proposta de delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU)

Atualmente, a Câmara Municipal de Estarreja está a iniciar o procedimento com vista à proposta de delimitação de uma ARU do Centro da Cidade de Estarreja, enquadrada no Regime Jurídico de Reabilitação Urbana (RJRU) consagrado pela Lei n.º 32/2012 de 14 de agosto e na Lei de Bases Geral da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio).

É no âmbito das mais recentes preocupações da política de cidades, na valorização de um melhor urbanismo, urbanismo de contenção, sustentável e social, que a estratégia municipal incide ao pretender privilegiar uma intervenção integrada de reabilitação física do edificado e requalificação dos espaços públicos envolventes, numa área central e “emblemática” do espaço urbano existente, que promova a sua atratividade, pela melhoria das condições socioeconómicas e pela promoção da mobilidade sustentável, atuando nas várias dimensões da vida urbana, ambientais, económicas, sociais e culturais.

E) Plano Estratégico de Desenvolvimento 2025 do Concelho de Estarreja

O Município promoveu recentemente, a 3 de fevereiro de 2015, uma sessão de trabalho “Estarreja 2025”, no auditório da Biblioteca Municipal, com vista à partilha de ideias e contributos, num processo de planeamento participativo no âmbito da elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2025 do Concelho de Estarreja (da responsabilidade da Sociedade Portuguesa de Inovação – SPI), no contexto do Quadro Comunitário 2014-2020.

5.3 O PDM de 2014

5.3.1. Cronologia do Processo

Quadro 4 – Cronologia do Processo de Revisão do PDM

Data	Procedimento
19/02/ 2004	Despacho (n.º 4) do Sr. Presidente da Câmara - reatar os procedimentos de revisão do PDM.
2004 a 2005:	Conversão da Comissão Técnica de acompanhamento (CTA), constituída em 21/11/1996, que orientou todos os trabalhos da revisão até ao momento da sua suspensão (2000-05-24), em Comissão Mista de Coordenação (CMC).
28/02/2005	Envio à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) da deliberação camarária n.º 85/2005, que determina o retomar do processo de revisão do PDM e fundamenta a conversão da CTA em CMC.
21/03/2005	Reunião preparatória na CCDRC para constituição da CMC
3/05/2005	Divulgação no Diário da República e nos órgãos de comunicação local e nacional, do período de “participação pública preventiva” (retoma da revisão do PDM).
Outubro de 2005	CCDRC envia (Of. N. 704414), em formato digital, a revisão das cartas da REN.
2/02/2006	1ª Reunião da Comissão Mista de Coordenação (CMC), após solicitação à CCDRC a 27 de Dezembro de 2005 (N/ Of.º n.º 19034).
20/06/2006	2ª Reunião da Comissão Mista de Coordenação (CMC), após solicitação a 16 de maio de 2006 (N/ Of.º n.º 8039).
6/06/2007(*)	1ª Reunião Setorial.
11/07/2007(*)	Continuação da 1ª Reunião Setorial.
10/07/2007	Emissão da posição técnica da Direção Regional da Beira Litoral (DRABL) no seguimento da reunião sectorial efetuada, sobre as propostas de delimitação/acerto dos perímetros urbanos nas implicações com o regime da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e com o Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Baixo Vouga.
18/09/2007	Envio ao Secretário de Estado, pelo Sr. Presidente da Câmara, documento que questionou a exigência do Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB) e as consequências (atrasos) no processo de Revisão do PDM.
24/10/2007	2ª Reunião Sectorial (solicitada a 17 de setembro de 2007). Agenda: o conjunto de exigências/constrangimentos, emanados pelo representante do ICNB, no sentido de serem esclarecidas as repercussões no âmbito do processo da Revisão.
17/03/2008	Remetido à Edilidade, pela CCDRC, o suporte informático da nova proposta da REN, com vista à prossecução dos trabalhos de revisão do PDM.
2008 (agosto)	O Relatório Ambiental (no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano) e o Relatório da Rede Natura 2000 (no âmbito das orientações impostas pelo ICNB) seriam adjudicados, respetivamente, às empresas QUEROVENTO, Serviços em Ambiente, Lda. e ECOINSIDE, Soluções em Ecoeficiência e Sustentabilidade, Lda.
2009	Entrega de proposta do “Relatório da Rede Natura 2000” , Relatório de Conformidade com a Zona de Proteção Especial (ZPE) da Ria de Aveiro.

16/07/2009	Reunião de Concertação com o ICNB, para ponderação da matéria constante no seu parecer, sobre o relatório “Relatório da Rede Natura 2000”.
21/12/2009	Envio à DRAP-C processo de desafetação de áreas inseridas em RAN (Ofício Nº 16713)
9/02/2010	Emissão de parecer favorável da DRAP-C, (Ofício nº 1319) à Carta da RAN.
12/03/2010	Envio ao ICNB (Ofício n.º 3263) processo relativo às propostas de “Anexação e desanexação ao Solo Urbano de áreas inseridas na Zona de Proteção Especial da Ria de Aveiro”.
6/05/2010	Envio à CCDRC (Ofício n.º 05618) processo de propostas de exclusão de áreas inseridas nos sistemas biofísicos da Reserva Ecológica Nacional (REN).
28/05/2010	Aditamento efetuado ao processo de desafetação de áreas da RAN (N/ Ofício n.º 6592).
14/06/2010	Reunião em Coimbra com representantes da CCDRC sobre o processo da REN/Novas Orientações.
2/09/2010	Novo parecer (favorável) da DRAP-C decorrente do aditamento ao processo de desafetação de áreas da RAN efetuado.
6/10/2010	Envio à CCDRC de aditamento ao processo de exclusão de áreas da REN, designadamente ao “Relatório de fundamentação das propostas de exclusão”, decorrente da reunião de 14 de junho.
28/10/2010	Reunião setorial com os representantes da DRAPC.
8/11/2010	Receção de parecer da CCDRC – solicitação de nova reformulação do Processo da REN (no relatório de fundamentação e peças desenhadas)
16/12/2010	Envio (N/Ofício nº 14505) à CCDRC a reformulação do processo da REN.
20/12/2010	Receção dos princípios e orientações da DRAPC (Eng.º Godinho) para proposta regulamentar.
28/01/2011	Parecer da CCDRC sobre o processo da REN.
12/04/2011	Envio de 6 coleções da proposta do PDM (Ofício nº 03434) ao Presidente da CMC da Revisão do PDM de Estarreja (RPDME) - Divisão Sub-regional de Aveiro da CCDRC de Coimbra.
24/05/2011	Emissão de parecer da representante da Autoridade Florestal Nacional (AFN) sobre a proposta do PDM.
25/05/2011	Emissão de parecer do representante da DRAPC sobre a proposta do PDM.
25/05/2011	Reunião Setorial da CMC nas instalações da CCDRC: apreciação e discussão da proposta de ordenamento.
15/06/2011	Reunião de Concertação com o representante da Administração da Região Hidrográfica do Centro (ARH do Centro), decorrente das considerações que esta entidade emitiu, na reunião de 25 de maio em Coimbra.
6/06/2011	Reunião Setorial com o representante da Autoridade Florestal Nacional.
18/08/2011	Emissão de parecer da CCDRC relativo à proposta de Regulamento da RPDME.
2/02/2012	Receção do Relatório Ambiental (versão final). Envio para recolha de pareceres às entidades às quais em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do PDME (ERAE).
6/07/2012	3.ª Reunião Plenária da CMC, na CCDRC.
13/07/2012	Reunião de concertação com representante das Estradas de Portugal, E.P.

10/12/2012	Envio da proposta final da Revisão do PDME à CCDRC.
10/01/2013	4ª Reunião Plenária da CMC, na CCDRC- Obtenção de parecer final.
4/03/2013 a 15/04/2013	Período de Discussão Pública.
3/04/2013	DRAP-C, após aprovação da carta da RAN, solicita apoio da equipa interna da CME para a (re) delimitação da RAN de acordo com novos critérios/orientações mais realistas. A nova carta, acompanhada posteriormente pelo respetivo parecer (DRAP-C) integraria nas peças finais a enviar à CCDRC, no âmbito do processo Pós - Discussão Pública.
22/04/2013	Reunião com a CRREN (REN), na Direção Geral do Ordenamento do Território - apresentação pela CCDRC das propostas de desafetação da REN. Desta reunião resultou parecer desfavorável sobre algumas propostas.
3/06/2013	Envio à DRAP-C Coimbra, alterações finais à carta da RAN, de acordo com os critérios acordados.
11/06/2013 a 26/06/2013	Retoma do apoio prestado, pela equipa interna, ao processo da RAN, conjuntamente com os elementos DRAP-C, núcleo de Aveiro, no sentido de se esclarecer aquela entidade, sobre as propostas efetuadas de acordo com os critérios da DRAP_C Coimbra.
6/08/2013	Emissão de parecer final (Ofício/25372013/DIAM/GESCOR N.º 20649) favorável da Direção Regional da Agricultura e Pescas do Centro (DRAP-C)-Carta da RAN.
13/08/2013	Receção, através da CCDRC, do parecer da CREN, (n.º 104/CNREN/2013 de 6 de agosto): Necessidade de se proceder a retificações da memória descritiva e justificativa da REN de Estarreja e na Carta da REN.
26/09/2013	Aprovação em Reunião de Câmara da proposta de revisão do PDME (Relatório de ponderação dos resultados do período de discussão pública; Relatório de ponderação de pareceres emitidos no âmbito da 4ª reunião plenária da Comissão de Coordenação Mista e os elementos que constituem o “projeto de versão final do PDME”).
7/10/2013	Remeteu-se à CCDRC, o processo completo da Revisão do PDM, para efeitos de obtenção de Parecer Final (artigo 78.º do RJIGT)
25/10/2013	CCDRC emite Parecer Favorável Final à proposta de RPDME (S/ Of.º de Ref. DOTCN 2299/13), com a condição expressa de se aguardar a aprovação e publicação no Diário da República (D.R.) da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho desenvolvida no âmbito deste processo, para posteriormente se submeter o PDM à aprovação da Assembleia Municipal e consequente publicação.
11/04/2014	Publicação na I Série do Diário da República, n.º 72, a Portaria n.º 84/2014 de 11 de abril de 2014, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, da delimitação da Reserva Ecológica Nacional para a área do município de Estarreja.
8/05/2014	Aprovação da Proposta do PDME (deliberação n.º 97/2014) em reunião ordinária de 8 de maio de 2014 da Câmara Municipal de Estarreja.
30/05/2014	Aprovação da versão final da Revisão do Plano Diretor Municipal de Estarreja (RPDME) pela Assembleia Municipal de Estarreja (AME), em sua sessão extraordinária realizada em 30 de maio de 2014.
2014 (junho a julho)	Submissão do PDME na Plataforma SSAIGT - Sistema de submissão para publicação e depósito de Instrumentos de Gestão Territorial.
14/07/2014	Publicação do PDME na II Serie do Diário da República - N.º 133 , Aviso 8186/2014.

(*) Na sequência das duas reuniões setoriais, o Instituto da Conservação da natureza e Biodiversidade (ICNB) apresentou um conjunto de orientações/exigências, entre as quais, a necessidade de validação da delimitação da ZPE (homologação que, se solicitaria ao ICNB, em 2007-07-23, tendo sido obtida em 2007-08-25) e a apresentação de um Relatório da Rede Natura 2000 que garantisse a transposição do conteúdo das orientações de gestão integrantes do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 para o modelo de organização do território municipal.

5.3.2. Enquadramento Estratégico/Operacional

A entrada em vigor do novo Plano Diretor Municipal do concelho de Estarreja, consubstancia um novo modelo de ordenamento, tendo em consideração as alterações de contexto decorridas no período em que decorreu a sua Revisão, designadamente ao nível dos enquadramentos legais que se iam sucedendo.

Não havendo dúvidas sobre a indispensabilidade e a urgência deste novo Instrumento de Gestão Territorial, o qual promove soluções mais adequadas e razoáveis à realidade do concelho de Estarreja, importa fazer uma breve referência aos princípios e objetivos estratégicos que nortearam o modelo de organização territorial agora vigente.

As premissas da estratégia de desenvolvimento:

- A importância geoestratégica da ‘Zona’ Industrial e a necessidade da sua expansão, face às transformações emergentes do mercado;
- Os principais núcleos industriais existentes e potenciais reservas para o desenvolvimento das suas atividades; apoiando a visibilidade de empresas/indústrias localizadas em Estarreja e dos produtos nelas fabricados, contribuindo para potenciar a capacidade exportadora instalada e o saber fazer local;
- A Cidade de Estarreja e as novas acessibilidades, de forma a garantir uma real regeneração e requalificação urbana;
- Os espaços intersticiais dos aglomerados urbanos, como referência estruturante da contenção urbana, potenciando colmatações da malha existente, independente do nível hierárquico do sistema urbano, mas fortemente dependente das especificidades de cada aglomerado;
- A fragmentação de alguns núcleos urbanos;
- A fragilidade da zona nascente à Cidade, de desenvolvimento norte-sul, zona essencialmente florestal, de fortes pendentes, pontuada por núcleos edificados;
- A polarização de Aveiro e Porto, que se assumem como centros urbanos de dimensão superior, exercendo um efeito catalisador através de uma oferta urbana de comércio e serviços especializados;
- O poente agrícola/ambiental, ecologicamente sensível e de alto valor paisagístico, qualificado maioritariamente como Zona de Proteção Especial e afeto aos Regimes da Reserva Ecológica Nacional (REN) e da Reserva Agrícola Nacional (RAN);

- A topografia e as áreas sensíveis sob ponto de vista ambiental, na definição da estrutura ecológica do Concelho;
- A crescente consciencialização da questão ambiental, como elemento estratégico do desenvolvimento sustentável;
- A rede viária emergente no contexto de uma nova acessibilidade para Estarreja: o importante eixo viário - A29 e a oportunidade de se estruturar, variantes à Cidade, variantes à zona industrial, novas ligações intermunicipais (Murtosa, Ovar) e assumir funções mais urbanas, para alguns troços e vias existentes, garantindo-lhes a qualificação de ruas urbanas;
- O potencial da Ria e seus esteiros, no planeamento de 'modos suaves' de transporte e, no planeamento de percursos atrativos e de áreas de atuação, capazes de responder a novas formas de procura turística, no contexto local, regional e nacional;
- A localização do concelho de Estarreja, num território mais vasto, Região de Aveiro, região de crescimento económico, de dinâmica populacional e de grande transformação, propiciando o surgimento de economias de escala, que certamente garantem condições mais eficazes de competitividade, por exemplo ao nível da programação de diversos equipamentos e infraestruturas, tomando a sustentabilidade como um dos vetores fundamentais para a prossecução das políticas de desenvolvimento.

Mais do que definir um modelo de ocupação territorial (fig. 20) vinculativo do desenvolvimento (normativo e territorializador), embora importante, o PDM definiu um modelo de desenvolvimento, como instrumento estratégico orientador das diferentes ações/projetos de decisão municipal nos próximos 10 anos, refletindo as principais preocupações do concelho.

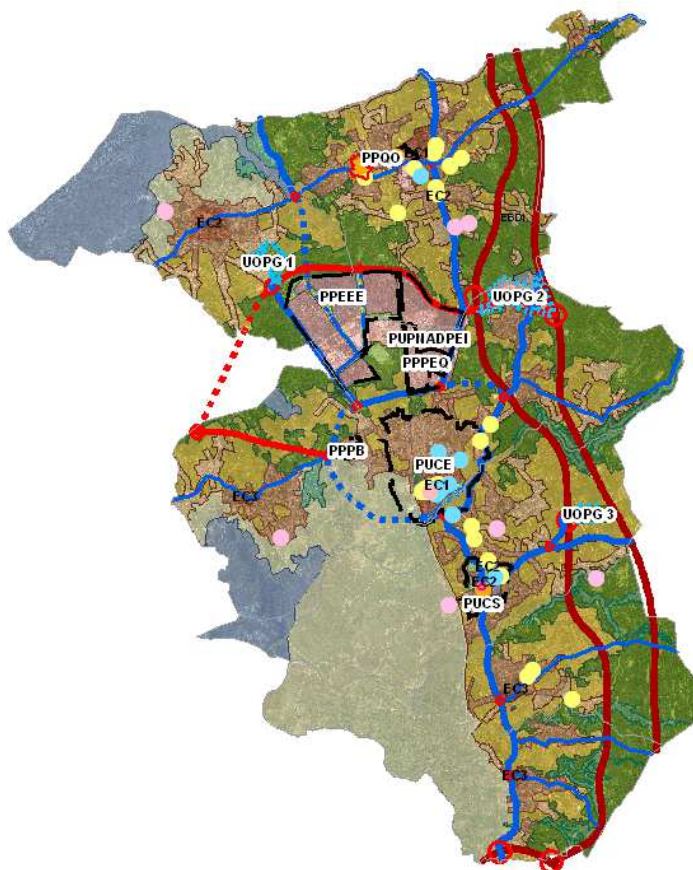


Fig. 20. Planta de Ordenamento do PDME

O referido modelo, resultante de uma análise SWOT constante do relatório do PDM, assume três grandes Objetivos Estratégicos para o desenvolvimento concelhio e que integram igualmente o regulamento do PDM:

1. Promoção da Sustentabilidade do Desenvolvimento Económico;
2. Proteção e Requalificação Ambiental e Paisagística;
3. Qualificação Urbana e Social.

O quadro seguinte identifica e sistematiza a relação entre um conjunto de objetivos operacionais/intervenções/investimentos e os objetivos estratégicos definidos, sendo que a avaliação do valor estratégico de um dado investimento (não básico) é iniciada com a determinação do seu “enquadramento operativo” em qualquer uma ou mais do que uma, das “Áreas Estratégicas de Atuação” (1.1 a 1.3, 2.1 a 2.2, 3.1 a 3.12), sendo que para cada uma das articulações encontradas, é feita uma apreciação qualitativa do respetivo valor estratégico, que se situará entre o “Determinante”, o “Muito Favorável”, o apenas “Favorável” e o sem valor ou “Neutro”.

Sendo o Plano Diretor Municipal de conteúdo fundamentalmente normativo e territorial, vetorizado por um processo globalizante de planeamento estratégico, o quadro estratégico seguinte, poderá assumir-se como um contributo para a realização de um outro instrumento de referência à execução da política municipal, designadamente o Plano Estratégico Concelhio.

Quadro 5 – Quadro Estratégico da Revisão do PDM

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (Áreas Estratégicas de atuação)		1	2	3
Enquadramento Operativo (de Investimentos) por “Áreas estratégicas de atuação”		Promoção da Sustentabilidade do Desenvolvimento Económico	Proteção e Requalificação Ambiental e Paisagística	Qualificação Urbana e Social
▼ Determinante; ● Muito Favorável; ■ Favorável; — Neutro				
Quadro de Intervenções				
1.1 Diversificar e qualificar a base económica local		▼	—	●
1.2 Integração da vertente Ambiental como fator de dinamização económica e social		▼	▼	●
1.3 Reestruturar os sectores agrícolas e pecuários tradicionais com base no potencial de extensão do solo rural		▼	■	■
2.1 Criação de condições para a fruição de espaços de valor Ambiental e Paisagístico, na ótica de Gestão Ativa de Recursos Naturais e da Biodiversidade		▼	▼	●
2.2 Virar o Concelho para a Ria		■	▼	■
2.3 Prevenir a degradação ambiental e minimizar as vulnerabilidades do território		●	▼	■
2.4 Desenvolvimento de Estudos/Planos/Projetos que promovam a salvaguarda e valorização do património ambiental e dos recursos naturais		●	▼	■
3.1 Requalificação, reordenamento e modernização da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar		●	■	▼
3.2 Criação de Estruturas que promovam a validação e certificação de conhecimentos		●	■	▼
3.3 Valorização e animação do Património cultural		■	●	●
3.4 Promoção e Dinamização da Vivência da Ria		●	▼	▼
3.5 Revitalização do tecido urbano concelhio		■	■	▼
3.6 (Re) Qualificação do espaço Público e do Ambiente urbano da Cidade de Estarreja		■	●	▼
3.7 Promover a fixação e atração de população ativa jovem		▼	■	▼
3.8 Qualificação da Rede de Transportes / Mobilidade / Acessibilidade		▼	■	▼
3.9 Promoção de um desenvolvimento urbano mais compacto		▼	●	▼
3.10 Salvaguardar e promover o património edificado		—	■	▼
3.11 Atenuar, combater e erradicar situações de exclusão, marginalização, debilidade social e pobreza		■	■	●

O conjunto de aspirações e preocupações de desenvolvimento do território de Estarreja procurou articular-se e consubstanciar-se no quadro conceptual definido pelas Políticas de Desenvolvimento Regional, Nacional e Europeia, corporizadas em diversos documentos estratégicos.

As opções de desenvolvimento definidas encontram enquadramento a diferentes escalas nos grandes desígnios/eixos da política de ordenamento do território, conforme se apresenta seguidamente:

a) Relação entre o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território - PNPOT (Lei nº 58/2007 de 4 de setembro) e os objetivos estratégicos do PDME

Quadro 6- Objetivos PNPOT/Objetivos Revisão do PDM

Objetivos do PNPOT	Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Estarreja		
	Promoção da Sustentabilidade do Desenvolvimento Económico	Proteção e Requalificação Ambiental e Paisagística	Qualificação Urbana e Social
Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos	na	a	a
Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social	a	a	a
Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública	a	a	a
Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições	a	a	a

na – não aplicável; a – aplicável

b) Relação entre a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - ENDS 2015 (Resolução Conselho Ministros n.º 109/2007, de 20 de agosto) e os objetivos estratégicos do PDME

Quadro 7 – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável/ Objetivos Revisão do PDM

Objetivos do ENDS	Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Estarreja		
	Promoção da Sustentabilidade do Desenvolvimento Económico	Proteção e Requalificação Ambiental e Paisagística	Qualificação Urbana e Social
Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”	a	a	a
Crescimento sustentado e competitividade à escala global	a	na	a
Melhor ambiente e valorização do património	na	a	a
Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social	a	na	a
Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território	na	na	a

na – não aplicável; a – aplicável

c) Relação entre as orientações da Proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro - PROTC e os objetivos estratégicos do PDME

Quadro 8 – Objetivos PROT-C/ Objetivos Revisão do PDM

Objetivos do PROT- C	Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Estarreja		
	Promoção da Sustentabilidade do Desenvolvimento Económico	Proteção e Requalificação Ambiental e Paisagística	Qualificação Urbana e Social
A concretização das opções constantes dos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, no respeito pelos princípios gerais da coesão, da equidade, da competitividade, da sustentabilidade dos recursos naturais e da qualificação ambiental, urbanística e paisagística do território	a	a	a
A proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais	a	a	a
O aproveitamento do potencial turístico, dando projeção internacional ao património natural, cultural e paisagístico	na	na	a
A mobilização do potencial agropecuário e a valorização dos grandes empreendimentos hidroagrícolas	a	a	na
Valorizar a natureza multipolar da rede urbana para o desenvolvimento de um sistema urbano verdadeiramente policêntrico, reforçando a integração entre sistemas urbanos sub-regionais	na	na	a
Densificar as interações inter-regionais, nomeadamente estruturando as redes regionais de equipamentos e serviços, e melhorando as redes estruturantes de transportes internas à região	a	na	a
Reforçar o potencial de desenvolvimento dos grandes corredores de transporte nacionais e transeuropeus que atravessam a região, modernizando infraestruturas, estimulando complementaridades entre centros urbanos e melhorando as articulações com as redes intrarregionais	a	a	a
Reforçar a rede regional de instituições de ensino superior,	a	na	a

Objetivos do PROT- C	Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Estarreja		
	Promoção da Sustentabilidade do Desenvolvimento Económico	Proteção e Requalificação Ambiental e Paisagística	Qualificação Urbana e Social
de I & D e centros tecnológicos, em articulação com os espaços de localização de atividades intensivas em conhecimento e conteúdo tecnológico			
Identificar a estrutura de proteção e valorização ambiental, integrando áreas ou corredores ecológicos relevantes do ponto de vista dos recursos, valores e riscos naturais e da estruturação do território	na	a	a
Proteger e valorizar o património arquitetónico e arqueológico, condicionando o uso dos espaços inventariados e das suas envolventes	na	na	a
Desenvolver novas formas de relação urbano-rural, com base na diversificação de funções dos espaços rurais e na organização de uma rede de centros de excelência em espaço rural	a	a	a
Definir orientações e propor medidas para o uso, ocupação e transformação do solo adequadas às especificidades dos modelos e padrões de povoamento, às características das estruturas urbanas e às exigências dos novos fatores de localização de atividades, em particular para contrariar os fenómenos de urbanização e edificação difusa para fins habitacionais ou instalação de atividades não rurais	na	na	a
Definir orientações e propor medidas para um adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas protegidas ou classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes	a	a	na
Identificar e hierarquizar os principais projetos estruturantes do modelo territorial proposto, bem como os que concorram para o desenvolvimento dos sectores a valorizar, e definir orientações para a racionalização e coerência dos investimentos públicos	a	na	na
Contribuir para a formulação da política nacional e	a	na	na

Objetivos do PROT- C	Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Estarreja		
	Promoção da Sustentabilidade do Desenvolvimento Económico	Proteção e Requalificação Ambiental e Paisagística	Qualificação Urbana e Social
regional de ordenamento do território, harmonizando os diversos interesses públicos com expressão espacial, e servir de quadro de referência e definir orientações para as decisões da Administração e para a elaboração de outros instrumentos de gestão territorial			

na – não aplicável; a – aplicável

Relativamente à estrutura de ordenamento, vertida na Planta de Ordenamento e no regulamento, com um carácter mais simplificado e flexível relativamente ao anterior PDM, enquanto instrumento de planeamento físico, esta reflete os princípios e normas atualmente vigentes em matéria de ordenamento, designadamente a contenção urbana e a conformação do tecido urbano, repondo a real dimensão dos aglomerados urbanos e a valorização do potencial e carácter industrial existente no concelho. Assumiu-se claramente, no tecido económico do concelho, os estabelecimentos industriais existentes, considerados estruturantes, sob ponto de vista do desenvolvimento e procedeu-se à reposição da verdadeira dimensão do potencial rural, através das Reserva Ecológica Nacional (REN) e da Reserva Agrícola Nacional (RAN) no concelho e da sua real articulação com os aglomerados urbanos.

A operacionalidade da proposta do Plano decorre igualmente da definição de prioridades de atuação em áreas consideradas estruturantes para o desenvolvimento do concelho. Neste contexto encontram-se definidas três Unidades de Planeamento e Gestão (UOPG's), que correspondem a áreas de intervenção referenciadas à estrutura espacial de ordenamento do concelho e cujas características exigirão um tratamento mais adequado ao nível de planeamento e uma gestão mais individualizada, tendo em conta as suas especificidades ou prioridades.

As UOPG assinaladas na Planta de Ordenamento são as seguintes:

- UOPG1 (Fig. 21) – Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana de Monte de Cima - visa a recuperação e ordenamento de uma extensa área, a sudeste da zona central de Pardilhó, já substancialmente ocupada e degradada, marcada por fortes assimetrias e graves problemas socioeconómicos e urbanísticos;

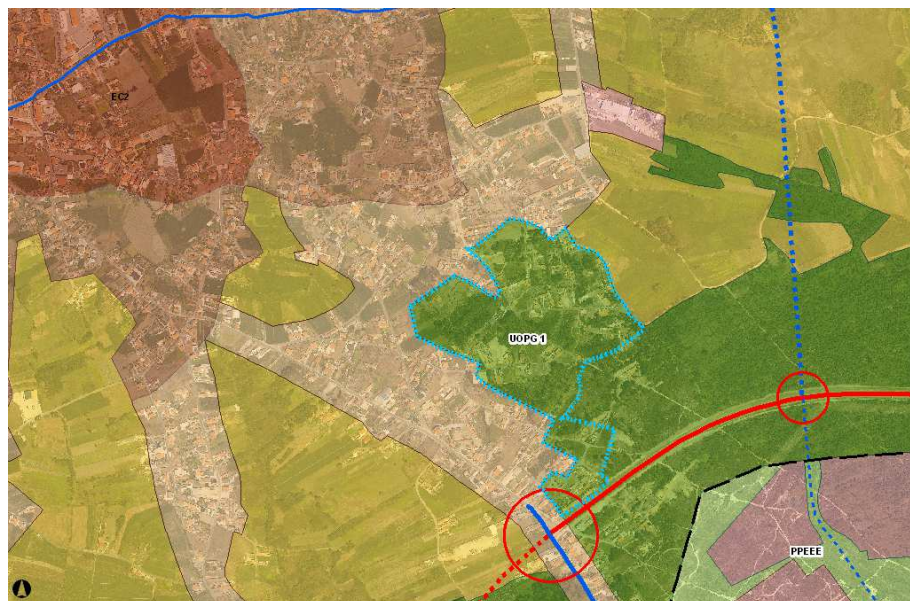


Fig. 21 – UOPG1 – Freguesia de Pardilhó

- b) UOPG2 (Fig.22) - Plano de Pormenor da Plataforma Logística de Estarreja - visa estruturar um espaço urbanizável de atividades económicas, abrangendo as Freguesias de Avanca e a União das Freguesias de Beduído e Veiros, entre a Autoestrada A1 e a A29, potenciando-se uma área vocacionada para a instalação de atividades económicas diversificadas nomeadamente, logística, armazenagem, comércio, estabelecimentos hoteleiros e serviços;

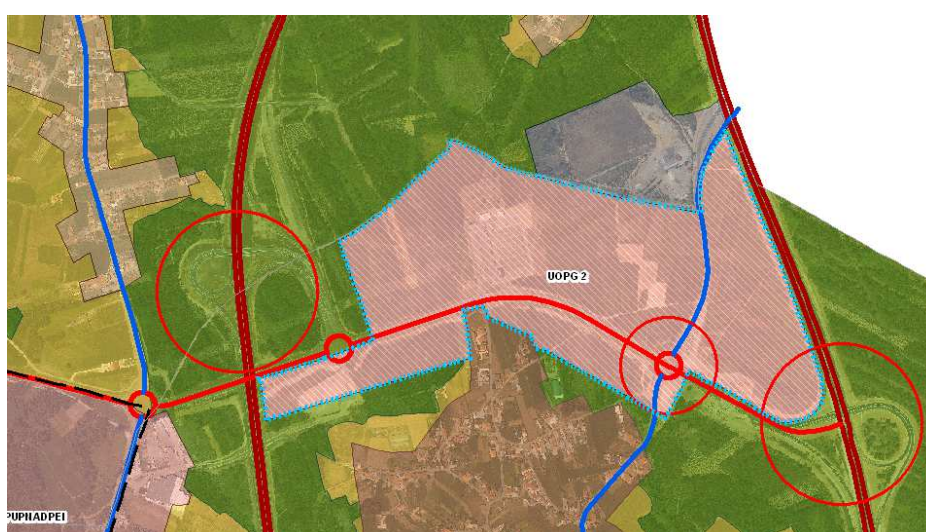


Fig. 22 – UOPG2 – Freguesias de Avanca e União das Freguesias de Beduído e Veiros

- c) UOPG3 (Fig. 23) – Plano de Intervenção no Espaço Rural – visa promover a atividade pecuária no concelho, sobre uma área em solo rural em Vale Gestosa, freguesia de Salreu, através do estabelecimento de regras de ocupação e da implementação de medidas e ações adequadas à ocupação do solo, por instalações agropecuárias, permitindo garantir uma alternativa à viabilização desta atividade socioeconómica, garantindo a utilização sustentável do território.

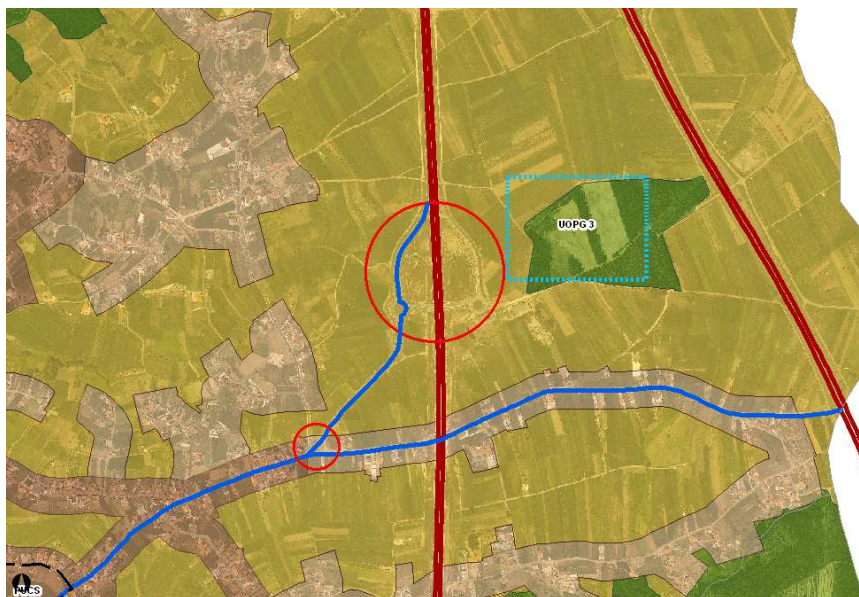


Fig. 23 – UOPG3 – Freguesia de Salreu

Funcionando como “projetos catalisadores”, estas UOPG’s constituem áreas de intervenções prioritárias e estratégicas, com objetivos e programas pré-definidos, os quais deverão orientar a gestão municipal e urbanística.

5.3.3. Especificação de indicadores – Execução do PDM2014

Com o objetivo de avaliar o desempenho/grau de concretização e de adequação do Plano Diretor Municipal de Estarreja, recentemente aprovado, no próximo ciclo de avaliação, operacionalizou-se o processo de monitorização, não só com a definição dos indicadores constantes do ponto 4. “*Avaliação do Estado do Ordenamento do Território- Sistema Municipal*”, como também através da seleção de um primeiro conjunto de indicadores do modelo de organização espacial do território, tendo como referencia elementos do

Programa de Execução das ações previstas pelo Plano e da Declaração Ambiental resultante da Avaliação Ambiental Estratégica do PDM.

Assim, materializam-se nos quadros seguintes os indicadores considerados pertinentes neste primeiro momento de compromisso entre o modelo estratégico de desenvolvimento municipal preconizado e a ação da Autarquia no fomento das condições à sua execução, ressaltando-se que um conjunto de propostas na área das acessibilidades rodoviárias é da responsabilidade e jurisdição da E.P. SA. É ainda sistematizado um conjunto de indicadores de ocupação e regime de uso do solo, para efeitos de futuras análises.

Quadro 9 - Ações previstas - Modelo de organização espacial do concelho

Ações Previstas	Critério	Indicador (es)	
Ordenamento do Território - Modelo Organização espacial			
-Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG's):	Elaboração dos Planos Municipais de Ordenamento do Território previstos	Fase de Elaboração	Nº/área de Unidades de execução delimitadas
UOPG 1 - Reabilitação Urbana de Monte de Cima	Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana		
UOPG2 – Plataforma Logística de Estarreja	Plano (s) de Pormenor		
UOPG 3 - Intervenção Rural em Vale Gestosa	Plano de Intervenção no Espaço Rural		
-Espaços Urbanizáveis:	Uso do Solo – área total	Grau de Infraestruturação	Taxa de ocupação dos espaços (% ocupação)
.Residenciais e Urbanos de Baixa Densidade	22,02 (1)		
.Espaços de atividades económicas	54,89ha (1)		

(1)- Dados da Ficha Estatística do PDME

Quadro 10 - Ações previstas – Acessibilidades rodoviárias

Ações Previstas	Critério	Indicador (es)	
Acessibilidades Rodoviárias			
Vias Propostas	Taxa de execução	Fase	Nº Km executados/Nº Km Propostos%
Construção do Prolongamento da EN 224 (Variante Norte existente) desde a EM 558 até à EN 109-5(1)			
-Vias Distribuidoras Concelhias Propostas			
Construção da Ligação da Intermunicipal Estarreja - Ovar até ao Nó na Variante á EN 224 (Variante Norte do Eco-parque Empresarial)			
Variante Poente á Cidade: Prolongamento da EM 558-1 (Av. do Engenheiro) à EN 109-5 (Rotunda de Veiros) (1)			
Variante Poente á Cidade: Ligação entre a EN 109-5 (Rotunda de Veiros) à Rotunda do Hospital (1)			
Variante Norte á Cidade: Continuidade da EM 558-1 (desde o Nó com a EN 109) para Nascente até à Estrada da Rede Municipal (ex EN 224)			
Vias Existentes	Intervenções	Nº vias	Nº de projetos
Projetos de melhoria de Acessibilidades			
Vias intervencionadas			

(1) - Responsabilidade e jurisdição da E.P. SA,

Quadro 11- Ações previstas – Sustentabilidade do desenvolvimento económico

Ações Previstas	Critério	Indicador (es)	
Sustentabilidade do desenvolvimento económico			
Espaços de atividades económicas:	Atratividade e Dinâmica Empresarial e Económica	N.º de empresas instaladas	Taxa de ocupação dos espaços de atividades económicas infra-estruturados com soluções ambientalmente sustentáveis
Eco Parque empresarial		15 (1)	15,74 % (2)
Atividades económicas instaladas no concelho		485 (3)	-

(1) -Dados de 2015 - Levantamento CME

(2) - Dados de 2013 do 1º Relatório de Monitorização e Controle - Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Pormenor do Eco-Parque Empresarial de Estarreja.

(3) - Dados de 2015 – Associação Empresarial dos Concelhos de Sever de Vouga, Estarreja, Murtosa e Albergaria-a-Velha (SEMA)

Quadro 12 - Indicadores de Ocupação e Regime do Uso do Solo

Indicadores de Ocupação e regime do uso do solo:	Critério	Valor (1)
Solo urbano	Área (ha)	2745,25
Solo Rural	Área (ha)	8071,75
Proporção de solo rural	Percentagem de solo classificado como rural em relação à área total município = 10817ha	75%
Proporção de solo Urbano	Percentagem de solo classificado como urbano em relação à área total município = 10817ha	25,4%
Proporção de solo rural classificado como agrícola	Percentagem do solo rural qualificado como agrícola em relação à área de solo rural	56%
Proporção de solo Rural classificado como Florestal	Percentagem do solo rural qualificado como florestal em relação à área de solo rural	33,3%
Solo Programado (urbanizável)	Área (ha)	76,91
Solo Urbanizado	Área (ha)	2586,98
Proporção de solo urbanizado	Percentagem de solo urbanizado em relação à área de Solo Urbano	94%
Proporção de solo Urbanizável	Percentagem de solo urbanizável em relação à área de Solo Urbano	3%
Solo Urbanizado- Espaços de atividades económicas	Área (ha)	478,12

(1)- Dados da ficha estatística do PDME

Os indicadores selecionados serão também objeto de avaliação/monitorização, no sentido de se avaliar o seu grau de adequação ao objetivo pretendido, ié, nível de desempenho do PDM. Refira-se ainda sobre este assunto, que o 2º Relatório de Progresso (2011), do projeto de definição do Sistema Nacional de Indicadores e Dados de Base do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (equipa interna da DGOTDU), tem como objetivo, “ *constituir uma ferramenta de suporte para a monitorização e a avaliação estratégica da implementação das políticas públicas de ordenamento do território e desenvolvimento urbano e, complementarmente, para as principais políticas públicas setoriais com maior impacte na organização e transformação do território e das cidades*” e aponta como próximos passos, entre outros, “ *Selecionar os indicadores relevantes para os REOT municipais e elaborar orientações técnicas sobre o âmbito e o conteúdo mínimo destes documentos*”.

6. Considerações Finais

Face à análise efetuada, julga-se poder afirmar que o balanço no período de vigência do PDM de 1993, traduz-se em ganhos evidentes de acessibilidade rodoviária, designadamente, na construção, ainda que parcial, da continuidade da Variante à EN 224 de ligação à EM 558, a norte do espaço de atividades económicas - zona industrial de Estarreja e na construção do IC1/A29, ainda que em corredor distinto do previsto e dos respetivos nós de ligação ao concelho, pese embora a sua passagem como via portajada não tenha tido o impacte desejável sobre o tráfego de atravessamento da EN 109.

A evolução ocorrida ao longo de 21 anos de vigência deste instrumento de planeamento, revelou níveis de concretização satisfatórios do quadro programático do ordenamento territorial do Plano, traduzido na dinâmica de elaboração/revisão de diversos instrumentos de gestão territorial, previstos no plano e conforme constante do ponto 5.1.4. Avaliação do Grau de Concretização / Execução.

O conjunto dos planos e projetos desenvolvidos estabeleceram uma mais-valia para a qualificação urbanística do território municipal, permitindo ao município apostar numa série de novos equipamentos (designadamente médias superfícies comerciais, equipamentos desportivos, culturais e lúdicos) e na requalificação do espaço público, tendo por desígnio um melhor ordenamento do estacionamento e a criação de melhores condições de acessibilidade/mobilidade, com impacte positivo na qualidade de vida da população do concelho de Estarreja.

Por outro lado, o PDM de 1993 revelou-se redutor naquilo que mais diretamente afeta a intervenção territorial, causando entropia à gestão urbanística, dificultando diversos tipos de operações urbanísticas e potenciais dinâmicas construtivas, designadamente nas áreas de perímetro urbano, devido à rigidez e exagero de normas, parâmetros e indicadores nele constante.

Neste contexto, verificou-se igualmente a total inoperância do PDM relativamente à capacidade de atração e fixação no município, dos escalões mais jovens da população ativa, com reflexos evidentes na dinâmica populacional, conforme constatado no ponto 4. Avaliação do Estado do Ordenamento do Território, traduzindo-se em índices de dependência total e de envelhecimento elevados.

O “Assumir e controlar a dinâmica e a perspectiva industriais”, como um dos vetores estratégicos do PDM 1993, também não teve o impacto esperado, uma vez que não se assistiu à deslocalização (unidades industriais deficientemente localizadas) de empresas para a Área de Desenvolvimento Programado – Espaço Industrial (ADP- EI) e consequentemente ao maior desenvolvimento daquela área.

Não tendo sido capaz de desencadear, de acordo com a sua estrutura regulamentar, processos catalisadores de um conjunto de dinâmicas previstas e expectáveis no seu modelo de organização espacial, acrescendo ainda as constantes alterações ao quadro legislativo do ordenamento do território, o PDM 1993 originou uma multiplicidade de situações/razões que impediam o correto ordenamento e comprometiam o desenvolvimento concelhio, as quais presidiram aos fundamentos da sua revisão e que constam do ponto 5.1.2. Fundamentos da Revisão do PDM.

A avaliação dos efeitos da aplicação das novas medidas constantes no PDM 2014, será elaborada no próximo ciclo de avaliação, onde assumirá grande importância os novos critérios e orientações de ordenamento, entretanto introduzidos, por força de um novo panorama legal, como a questão de um melhor ordenamento e valorização do solo rural, pela reposição da sua real dimensão e restrições significativas à sua ocupação e da reorientação e flexibilização das dinâmicas de construção no solo urbano, a par das mais recentes políticas de ordenamento do território e de urbanismo, que assentam numa lógica de ocupação do território com vista à contenção e compactação de perímetros urbanos e à qualificação urbanística do território municipal.

Neste sentido, a avaliação deverá ponderar a pertinência e abrangência dos indicadores constantes do ponto 4. Avaliação do Território Municipal e 5. Avaliação do Sistema Municipal de Planeamento, no sentido de eventualmente haver necessidade de serem também assumidos outros indicadores mais específicos, que promovam uma análise a outro tipo de intervenções no território, mais convergentes com políticas estratégicas de reabilitação urbana e a requalificação dos espaços públicos.

Referências Bibliográficas

Câmara Municipal de Estarreja, (2014). Estudos de Caraterização Territorial do Município, Plano Diretor Municipal de Estarreja.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, (2012). Retrato Social de Portugal.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, (2013). Movimentos Pendulares no Futuro Modelo de Organização Territorial da Região Centro de Portugal.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, (2013). O Mercado De Trabalho No Centro De Portugal: Uma Caraterização Com Base No Recenseamento Da População 2011.

Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, (1999). Relatório do Estado do Ordenamento.

Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, (2011). Sistema Nacional de Indicadores e Dados de Base do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. 2º Relatório de Progresso.

Gabinete dos Censos 2021, (2012). Caraterização da População e das famílias Residentes em Portugal, com Base nos Censos 2011. Revista de Estudos Demográficos, nº51-52.

Instituto Nacional de Estatística, (2009). Estimativas Provisórias da População Residente, 2008. Portugal, NUTs II, NUTs III e Municípios.

Instituto Nacional de Estatística, I.P, (2012). Anuário Estatístico da Região Centro. Estatísticas Oficiais.

Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, (2007). Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.

Prada, Olga, (2008). Relatório de Estado de Ordenamento do Território. Orientações Metodológicas Para a Sua Elaboração. Tese de Mestrado em Urbanística e Gestão do Território, Instituto Superior Técnico.

Tis.pt, (2013). Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro (PIMT-RA).

Referências Eletrónicas

www.ccdrc.pt

www.dre.pt

www.ine.pt

www.qren.pt

www.politicaedecidasesdgotdu.pt

<http://www.cm-estarreja.pt/seccao.php?s=bioria>

